

VIII Congresso Nacional

PSB



Caderno de Teses

Partido Socialista Brasileiro - PSB

30 de Novembro 1 e 2 de Dezembro 2001 Brasília-DF

Comissão Executiva Nacional 1999/2001

PRESIDENTE:

Dr. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

PRESIDENTE DE HONRA:

Deputado JAMIL HADDAD

PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE:

Governador RONALDO LESSA

SEGUNDO VICE-PRESIDENTE:

ROBERTO AMARAL

TERCEIRO VICE-PRESIDENTE:

Deputado LUIZ ROBERTO DE ALBUQUERQUE

PRIMEIRO SECRETÁRIO:

CARLOS SIQUEIRA

PRIMEIRO SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Deputado ALEXANDRE CARDOSO

SEGUNDO SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

RENATO CASAGRANDE

SECRETARIA DE MULHERES:

MARI MACHADO

SECRETÁRIO SINDICAL:

FRANCISCO PAULO NOGUEIRA FILHO

SECRETÁRIO NACIONAL DA JUVENTUDE:

SILVANO MEDEIROS DOS SANTOS

SECRETÁRIOS ESPECIAIS:

GILSON LUIZ CORREA DE MENEZES

Deputado ANTONIO CÉSAR RUSSI CALLEGARI

Dep. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA

Prefeito ADALBERTO LÉLIS FILHO

Deputado EDUARDO ACCIOLY CAMPOS

SEVERINO NUNES DE ARAÚJO

Deputado PEDRO ALMEIDA VALADARES NETO

JEFFERSON ARRUDA

LÍDER NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Deputado EDUARDO CAMPOS

LÍDER NO SENADO:

Senador ADEMIR ANDRADE

VIII Congresso Nacional

PSB



Soberania Nacional
e
Integração Latino-Americana

30

de Novembro

1^a e 2

de Dezembro

2001

Brasília-DF

APRESENTAÇÃO

As teses publicadas neste Caderno são contribuições de dirigentes e militantes socialistas de vários Estados da Federação. Elas são, em sua maioria, uma decorrência das discussões que aconteceram nos Congressos municipais e estaduais do nosso Partido, realizados no mês de outubro passado, preparatórios do VIII Congresso.

As contribuições tratam de uma série de temas que, de um modo ou de outro alcançam o conjunto do temário do nosso Congresso Nacional, previsto para os dias 30 de novembro e 1º e 2 de dezembro, em Brasília.

A abrangência dos assuntos abordados nas teses, revelam a riqueza dos debates que se verificaram nos âmbitos municipais e estaduais do Partido, e apontam ao mesmo tempo, para preocupações e propostas políticas, econômicas e sociais, para diferentes setores e regiões do nosso País.

Verifica-se, também, que os conteúdos dos trabalhos explicitam a necessidade de uma ruptura com o modelo econômico imposto ao País, ao mesmo tempo em que apontam para a construção de outro modelo de desenvolvimento permeado em todos os seus projetos e programas por uma preocupação de quitar a enorme dívida social brasileira.

As teses não ficaram restritas a aspectos estritamente eleitorais, embora estes, como não poderia deixar de ser, foram também considerados sob diversos ângulos, inclusive, no que concerne à importância de uma candidatura própria a Presidência da República, e também quanto a necessidade da superação da cláusula de barreira, com conseqüente eleição de uma bancada de 35 a 45 deputados federais, bem como no que tange a formulação de uma política de alianças para o pleito do próximo ano.

Esperamos que os congressistas consigam enriquecer as idéias contidas neste Caderno, de modo que o VIII Congresso Nacional possa aprovar uma Resolução política capaz de orientar o Partido nessa etapa difícil da vida nacional.

Brasília-DF, 30 de novembro de 2001

Carlos Siqueira
Primeiro Secretário Nacional do PSB

Índice

O Nordeste no contexto da crise nacional	07
Miguel Arraes	
Proposta de Programa de Governo: como os socialistas governarão ainda no regime capitalista	10
Roberto Amaral	
Desenvolvimento sustentável: políticas integradas para o Brasil socialista	15
Tese do PSB/Amapá	
Uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002	24
Carlos Siqueira	
Bases de um projeto para um Brasil socialista	27
Beto Albuquerque	
"Princípio da responsabilidade definida"	32
Deputado Alexandre Cardoso	
A História das mulheres no Brasil e no mundo	35
Mari Machado	
A Questão Internacional	40
Emílio Diniz	
ALCA: O Brasil não deve ingressar sem um plebiscito	46
Marcus Cunha	
Crises constitucionais e assembléia constituinte exclusiva	48
Reginaldo de Castro	
Por uma matriz energética auto-sustentada	52
Fernando Mousinho	
Gênero e Educação	55
Profª Jacy Proença	
No sentido da construção de uma política tecnológica para o Brasil	59
José Antônio Vale Antunes	
Projeto real para transformação de uma economia virtual	65
Franklin Capistrano	
Socialismo "O espaço do cidadão"	69
Tese do PSB/SP	
Tese do PSB de Alvorada/RS	74
Tese do PSB de Alvorada/RS	
A livre organização dos trabalhadores	76
Vicente Selistre	
Construção Partidária	81
José Eurides de Moraes	

Contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade	84
Marcus Cunha	
Reafirmar os fundamentos mínimos para a Democracia	86
Jandir Zanottelli	
Proposta de tese da JSB/Pelotas: candidaturas e alianças no Campo da Esquerda - o PSB, como projeto alternativo, sustentável e articulado	88
Tese da JSB/Pelotas	
Por um Brasil Socialista	91
Pequenos negócios grande desenvolvimento da sociedade	93
Rogério Fraga	
A produção tecnológica como solução para o País	94
Luís Carlos de César	

O Nordeste no contexto da crise nacional

Miguel Arraes – Presidente Nacional do PSB

A situação do Nordeste é profundamente afetada pela política do poder central, conduzida pelos arautos da globalização, que dão as costas para as desigualdades brasileiras. Praticam uma política de ajuste fiscal que preconiza o corte de gastos públicos para cumprir metas ditadas por organismos internacionais como o FMI e praticamente elimina políticas regionais de desenvolvimento. O País necessita de políticas regionais para viabilizar economicamente suas distintas regiões, articuladas com uma estratégia de integração nacional. Uma porcentagem crescente do racionamento nos gastos públicos é destinada ao atendimento de tais metas, em prejuízo da saúde, da educação, da segurança e do crescimento da economia. O Nordeste serve como exemplo para explicar esta debilidade que se acentuou no governo de FHC. Além disso, a região vive em estado de calamidade, concentrando mais de 50% das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, como mostra o recente estudo do economista Marcelo Néri da Fundação Getúlio Vargas.

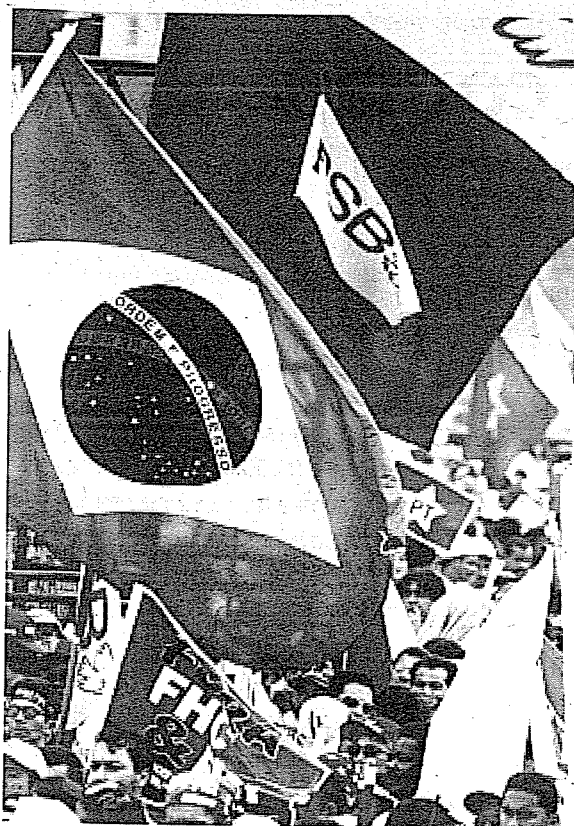


São pessoas que sobrevivem com no máximo R\$ 80,00 por mês, mas essa renda cai para R\$ 16,92 no sertão, ademais, só 30% dos pequenos produtores rurais conseguem estocar algum alimento para a época da estiagem. O percentual de indigência no Nordeste está acima de 50% em todos os Estados, sendo que chega a mais de 60% em alguns como o Piauí e o Maranhão. A região abriga, por conseguinte, mais de 26 milhões de miseráveis, mais da metade encontrada em todo o País.

Essa calamidade permanente não pode ser atribuída à seca. Esta costuma ser invocada para explicá-la, para justificar a fome. Na verdade, ela apenas aumenta e generaliza as carências, escondendo os fatores estruturais que a provocam. O corte dos recursos públicos paralisou a ampliação da infra-estrutura da região e sucateou o pouco que existia. Levantamento da Associação Nacional dos Transportadores, recentemente divulgado, revela que das 10 piores rodovias federais, 9 se encontram no Nordeste. Depois de abandonada durante décadas, a rede ferroviária foi privatizada por 14 milhões e nenhum reparo foi feito no decorrer de vários anos.

Os concessionários nada investiram e reivindicam mais de oitocentos milhões de recursos públicos — seis vezes o que teriam pago pela concessão — para dar início à manutenção da malha ferroviária. Não conservaram sequer o que ainda funcionava, verificando-se, ao contrário, a paralisação de novos trechos.

As receitas de Estados e Municípios sofreram elevadas reduções, promo-



vidas pelo atual governo, reduzindo-se, em consequência, sua possibilidade de conservar estradas, escolas, manter e ampliar os serviços públicos. Enquanto isso, o Governo Federal libera escassos recursos destinados a obras esparsas cuja realização se eterniza apesar da insistente solicitação de seus patrocinadores, carentes de discurso eleitoral para suas áreas de influência.

Mesmo assim, proclama-se que os indicadores econômicos mostravam um crescimento do NE superior à média nacional. Até isso deixou de existir, o índice de crescimento está agora abaixo da média nacional, além de não constituir atestado de prosperidade. Os índices favoráveis, agora desaparecidos, não resultavam da articulação de novas iniciativas com atividades já existentes ou firmadas em riqueza da região, elevando de forma articulada o conjunto da economia. Os investimentos privados, elemento positivo sobretudo em meio a tão grande carência, não influíram sobre o conjunto de atividades, nem tinham essa pretensão. Grupos do Centro-Sul vieram atraídos pelos incentivos

fiscais e outras facilidades. Muitos deles fabricavam no Sul produtos que já vendiam no Nordeste, sendo mais indicado instalarem-se na região com isenção fiscal, para suprir um mercado que já haviam conquistado. E esses incentivos fiscais são responsáveis por uma guerra fratricida entre os diversos Estados, contribuindo para enterrar qualquer política articulada de desenvolvimento regional, a partir das especificidades do Nordeste.

O complexo econômico em que se sustentava o NE, herdado da fase colonial, faliu. Faliu o latifúndio da cana de açúcar, a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva. Desapareceram também as indústrias

manufatureiras que foram agregadas a este complexo, como a indústria têxtil e as pequenas metalúrgicas fechadas pela mudança no preço do aço, há dez anos. Nada surgiu para preencher o vazio decorrente do desaparecimento dessas e de outras atividades.

A região também perdeu instrumentos importantes para pensar outras soluções nesse contexto de crise. Fernando Collor fechou centros de pesquisas e FHC retirou das universidades as condições para trabalharem nessa direção. A globalização, portanto, chega para agravar ainda mais essa situação que se torna cada vez mais insustentável. Seus defensores pregam o << Estado mínimo >>, ignorando que essa receita não foi aceita sequer no País que a preconiza, os Estados Unidos, que ao vivenciarem situação parecida, decorrente da crise de 1929, tiveram que recorrer a recursos públicos para o projeto do Vale do Tennessee.

É preciso, portanto, reorganizar a luta em defesa dos interesses do Nordeste, reaprendendo com as experiências de mobilização social de nosso pas-

sado recente. A luta pela redução das desigualdades regionais do Nordeste forçou a intervenção do poder central, no fim dos anos 50. O País vivia uma fase conturbada, com a morte de Vargas e a eleição de JK sob as mesmas bandeiras, mas em ambiente de grande mobilização da direita e fortes pressões internacionais. Construía-se Brasília e era implantada a indústria automobilística, símbolos desse período. Mesmo assim uma importante mobilização de diversos setores sociais nordestinos quebrou a inação do governo JK, obrigando-o a adotar uma política para o Nordeste. Desse movimento suprapartidário participavam diferentes tendências políticas, inclusive os bispos da região que organizaram encontros para fortalecer a iniciativa.

A SUDENE é fruto desse movimento. Nasceu com o propósito de uma ação coordenada na região, visando atualizar sua infra-estrutura, promover a industrialização e desenvolver projetos de reforma agrária e colonização. As diretrizes políticas iniciais da SUDENE propiciaram grandes avanços para a região. O fato de aplicar de maneira planejada com novos critérios as verbas orçamentárias da União permitiu que o novo órgão obtivesse rápidos resultados na oferta de infra-estrutura especialmente na distribuição de energia. O golpe de 1964 interrompeu essa política. Assim, contido pelo golpe, o amplo movimento que se formava para redirecionar o desenvolvimento do NE voltou à estaca zero. Foi restabelecida a aliança das forças conservadoras e hegemônicas em nível nacional, com os setores econômicos e políticos das oligarquias locais que sustentavam, na ditadura e agora, a mesma política.

A denúncia mais forte contra as alterações do projeto SUDENE veio através de um documento elaborado por bispos e superiores religiosos do NE, que teve grande repercussão no Brasil e no exterior (Eu ouvi os clamores do meu povo, 06.05.73). Neste documento a Igreja fez um amplo diagnóstico da rea-

lidade nordestina, com dados precisos que já mostravam o desmonte da política sistêmica de combate às desigualdades regionais que orientou os primeiros passos da autarquia. Entre outros pontos o texto denunciou:

- abolição do Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDN), até então a cargo da SUDENE;

- redução dos recursos orçamentários que representavam 1,4% da receita federal para 0,4%;

- transferência de recursos para a SUDAM, PROTERRA e o Programa de Integração Nacional, com destaque para a Rodovia Transamazônica;

- corte nos recursos destinados ao turismo, pesca e reflorestamento.

Esses cortes, analisam os religiosos, foram acompanhados pela intensificação da velha política de concessão de privilégio para as elites. Assim, os grupos que mantinham em seu poder a produção de bens com importância econômica para a região, como o açúcar, por exemplo, continuavam "agitando a bandeira da pobreza regional e conseguindo privilégios e regalias que nunca se convertem em benefícios para o povo". Este golpe contra a SUDENE se completou com o controle de órgãos federais pelas oligarquias da região, que acabou levando à criação da indústria das secas.

O documento dos religiosos continua atual, pois mostrava que a inserção internacional a qualquer preço, hoje e antes, acaba matando iniciativas concretas de combate às desigualdades regionais. "A consequência dessa opção reside na mudança do objetivo nacional de desenvolvimento. Ao torná-lo uma função de operação de capitais estrangeiros no território nacional, o desenvolvimento passava a ser definido não em termos dos interesses da sociedade brasileira, mas em relação aos interesses de lucro das empresas estrangeiras e dos seus associados em nosso País. Explica-se, assim, porque uma das prioridades da política nacional de desenvolvimento - a anulação das disparidades regionais

- tenha sido sacrificada" sentenciava, em 1973, o texto dos bispos.

O Presidente da República, aliado às oligarquias de sempre, despreza este movimento de grande importância histórica. Novamente FHC utilizou a mídia para um golpe simbólico. Ao extinguir a SUDENE por Medida Provisória pisoteou um símbolo que já não tinha conteúdo. Assim, deve ter pretendido contabilizar mais um ponto em favor de sua cruzada contra a chamada era Vargas - que teve seus defeitos mas introduziu mudanças significativas na política brasileira e na vida da população. Basta lembrar, como marca de mudança, que a jornada de trabalho de oito horas só foi adotada depois da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder. Na prática, FHC está levando o País de volta para a República Velha, ao cortar direitos dos trabalhadores e ao transformar as relações federativas em troca de favores das elites regionais com o poder central.

A fragilidade da representação política das áreas periféricas torna-as dependentes do poder central, a quem passa a dar, com as exceções de regra, um apoio incondicional, sob o manto da defesa das causas que ele encarna. Isso possibilita a permanência de uma política que, por definição, não permite medidas corretas para a solução dos problemas que afligem o NE.

Assim, a questão da água, por exemplo, fundamental para a região, fica resumida a algumas barragens e adutoras, sem dúvida necessárias em muitos lugares, mas insuficientes. Além disso, acabam servindo de moeda eleitoral, dentro de uma visão estreita do problema, quando deveríamos estar discutindo outras alternativas. É um equívoco centrar o debate público somente no destino do Rio São Francisco, quando deveríamos impulsionar estudos sobre as potencialidades não aproveitadas de todos os rios e lençóis subterrâneos em diversos Estados, além do estudo e do planejamento das diversas bacias hidrográficas, de modo a evitar os incon-

venientes da construção de barragens que prejudicam o manejo racional de suas potencialidades, ameaçando o acesso da população urbana e rural a um bem cada vez mais escasso.

Esse exemplo mostra a necessidade de reformulação das diferentes estruturas federais na região, transformadas em feudos de correligionários do governo, de onde não partem sequer propostas destinadas a enfrentar os gravíssimos problemas da região. É direito elementar que os serviços públicos estejam à disposição da população, sem discriminação de qualquer espécie. No entanto, todo mundo sabe que a regra utilizada é a troca de favores, ao sabor das conveniências dos que neles mandam.

O desprezo voltado ao NE, como atestam os expressivos dados antes citados, está coerente com a tese de inviabilidade da região, sustentada por setores da elite nacional. É coerente, também, com as teses gerais de globalização que ignoram as distorções sociais e os problemas regionais para cuidar da macroeconomia, ou seja, dos interesses do sistema financeiro internacional.

Devemos contestar essas falsas premissas e mostrar mais uma vez a viabilidade da nossa Região, sua contribuição para construção da Nação, a capacidade de trabalho e de enfrentamento das adversidades que têm nosso povo. Devemos exigir nossos direitos, que não podem ser confundidos com os das elites que detêm a hegemonia econômica.

Para isso, precisamos unir forças políticas e sociais que coloquem em primeiro plano as questões urgentes da população mas também as que podem abrir perspectivas para um futuro diferente. Precisamos engajar nesse movimento os nordestinos que aqui residem mas também os que migraram para outras regiões, o que nos ajudará a mostrar aos nossos compatriotas de outras regiões a gravidade das injustiças aqui acumuladas. Temos que impedir o aprofundamento das desigualdades para conservar a unidade necessária à construção da integração nacional.

Proposta de Programa de Governo: como os socialistas governarão ainda no regime capitalista

Roberto Amaral – Vice Presidente Nacional do PSB

O programa do PSB visa à erradicação do capitalismo e à construção de um Estado democrático, solidário e socialista. Esta proposta não é, portanto, um novo programa de governo socialista, mas um programa de governo a ser executado pelos socialistas do PSB ainda no atual regime. É uma proposta que, olhando para o futuro, pretende alterar o presente. O objetivo é dizer que o PSB está maduro para o desafio de ser governo. Diz mais: que queremos ser governo. O PSB entende que o brasileiro não pode esperar pela revolução socialista. Ele enfrenta problemas que reclamam solução ainda sob o regime capitalista.

A primeira meta do Governo do PSB será a geração de emprego. Ela decorrerá da política de crescimento econômico e exigirá a reforma social do Estado. A Reforma Agrária, uma das formas dessa nova linha de desenvolvimento, abrirá caminho para o aumento da produção e para uma reforma urbana capaz de reduzir a tensão social das cidades.

A reforma do ensino pretende erradicar o analfabetismo antes de atingir seu objetivo final: a universalização e gratuidade inclusive do terceiro grau. A reforma tributária e a nova política fiscal serão instrumentos de contenção do déficit público, mas acima de tudo de redistribuição de renda e de revisão das aplicações dos recursos públicos. A despesa será subordinada à receita e os gastos voltados para o favorecimento do crescimento econômico, da geração de emprego, da educação e da saúde. São propostas e compromissos que atendem a cinco grandes diretrizes. A primeira trata da dignificação do brasileiro. A segunda, da afirmação da soberania da nação. A terceira, da consolidação e do aperfeiçoamento da democracia. A quarta enfoca a dignificação da vida política. A quinta, a recuperação do trabalho como valor ético que cimentará a sociedade.

A política econômica será comandada pela Estratégia do Desenvolvimento Econômico e Social. Ela romperá com dois entraves: os princípios monetaristas do governo neoliberal-conservador que, na prática, subordinam os interesses nacionais aos interesses do capital especulativo internacional, e a tradição da esquerda corporativista que, também na prática, subordina os interesses da população aos privilégios de segmentos específicos. Romper com o monetarismo significa vencer o obstáculo da transi-



ção da estabilidade monetária sem equilíbrio social para a estabilidade com equidade social. Romper com o corporativismo significa enfrentar a questão da redefinição do papel do Estado numa perspectiva comprometida com toda a sociedade. Para isso serão promovidas as seguintes reformas:

*** Descentralização política** – O Governo do PSB recuperará a Federação, promoverá a distribuição do poder e incentivará a participação popular. A descentralização elegerá o município como sede do poder. Criaremos o Ministério do Desenvolvimento Municipal.

*** Reforma agrária** – O Governo do PSB promoverá o assentamento de famílias a partir de uma política de promoção da cidadania plena, da formação cultural e técnica, do crédito barato, da ajuda na comercialização. A reforma agrária é uma prioridade e o MST instrumento indispensável à sua realização. A organização dos trabalhadores rurais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) serão prestigiadas. A reforma será viabilizada através dos mecanismos constitucionais da desapropriação de terras e da pro-

gressiva tributação de áreas desvinculadas da função social. A política agrícola se voltará para estancar o êxodo rural e aumentar a produção de alimentos como forma de erradicar a fome.

*** Reforma Tributária** – O Governo do PSB promoverá uma reforma capaz de recompor a capacidade financeira do Estado. Trata-se de providência essencial para a restauração da qualidade do serviço público e para a realização dos investimentos exigidos nas metas estabelecidas neste programa. A estrutura de impostos será racionalizada e simplificada, a base de arrecadação será expandida e a evasão e a sonegação fiscais, estimadas em 50%, reduzidas. Os encargos do INSS serão transferidos para o faturamento das empresas e se-

rão eliminados todos os demais. Apenas o FGTS será mantido. Ao desonerar a folha salarial estaremos liberando recursos para expansão do parque produtivo. A nova política fiscal implicará:

- Implantação do orçamento cidadão que assegure transparência e controle social do gasto público.
- Melhoria do aparelho de fiscalização para eliminar a fraude e a impunidade.
- Aumento da tributação sobre o consumo para desonerar a produção.
- Fim do sigilo bancário para o fisco e combate à corrupção e ao desperdício.

*** Reforma Creditícia** – O Governo do PSB promoverá uma reforma creditícia capaz de garantir acesso ao crédito sem custos elevados aos microempreendedores, às cooperativas de trabalhadores, àqueles que não dispõem de patrimônio e garantias exigidas pela rede bancária comercial. Uma rede de instituições que operem neste campo será criada e acoplada a entidades de assistência gerencial e mercadológica.

*** Reforma do Judiciário** – O Governo do PSB promoverá a democratização da

Justiça, garantindo o acesso de todos ao pleito judicial. A reforma vai garantir a independência da Justiça, extinguir sua feição corporativa e legitimá-la socialmente. Dessas diretrizes e objetivos decorrem:

- A reestruturação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.
- O estabelecimento de políticas policiais e prisionais.
- A reorganização da carreira da magistratura e da justiça estadual de segunda instância.
- A reformulação dos tribunais superiores.
- A expansão dos juzizados especiais e de pequenas causas e a restauração dos juzizados de paz.
- A implantação da Justiça Agrária itinerante e o fortalecimento da Justiça do Trabalho.

*** Reforma do Ensino** – O Governo do PSB promoverá e desenvolverá a educação pública, democrática e de qualidade. Para superar a exclusão e o atraso será preciso ousadia e o estabelecimento de um pacto nacional. Assim o poder público poderá promover, com investimentos massivos, um salto gigantesco. Para o combate ao analfabetismo, que atinge 18,3 milhões de brasileiros com mais de 15 anos de idade, impõe-se a decretação de sua ilegalidade. Assim como é crime, passível de penalidade dos pais e responsáveis, a ausência das crianças na escola, também será crime a aceitação, privada ou pública, do analfabetismo. O ensino básico universal, gratuito e obrigatório, continuará sendo dever do Estado, mas no contexto das necessidades da nação apenas isso não é insuficiente. A progressiva universalização do ensino médio, prevista pela LDB, deverá ocorrer de forma acelerada. A estes pontos somam-se outras medidas:

- A educação será, preferencialmente, pública e atuará como instrumento de democratização da informação, da cultura, da promoção social e da realização plena da cidadania.

- Os recursos públicos passarão de 4,03% para 7,5% do PIB, prevendo-se um aumento de 1%/ano durante os primeiros quatro anos — um montante referencial equivalente a 11,5% do PIB. Esses aumentos serão garantidos através de emendas à Constituição com a definição da destinação mínima de recursos: 25% para a União e 30% para estados e municípios.

- A gestão será democratizada em dois anos com a participação paritária dos segmentos da comunidade educacional para garantir a autonomia ampla das instituições de ensino.

- A formação e aperfeiçoamento dos profissionais do magistério obedecerão a LDB.

- Será estabelecido o piso nacional de cinco salários mínimos para a jornada semanal de 20 horas/aula.

- A educação infantil vai garantir, em cinco anos, atendimento nas creches para 25% da faixa etária de 0 a 3 anos e na pré-escola para 50% das crianças entre 4 a 6 anos.

- Os ensinos fundamental e médio serão totalmente universalizados em cinco anos.

- O ensino superior será fortalecido para atender 50% dos jovens entre 18 a 24 anos em dez anos.

- A erradicação do analfabetismo deverá ocorrer ao final de cinco anos. Instituir-se-á a ilegalidade dessa condição, tutelada pelo Estado e com penalização de pessoas físicas e jurídicas.

- Todos os estabelecimentos públicos do país oferecerão, em cinco anos, ensino supletivo.

- Será criada uma rede de escolas cooperativadas para a população de baixa renda.

- A política do livro didático será totalmente reformulada.

- Centros de formação profissional serão criados conforme as necessidades do desenvolvimento.

- Serão implementadas ações nas áreas rurais com vistas a uma educação de qualidade.

- O recenseamento escolar urbano e rural passará a ser anual a partir do terceiro ano de governo.

- O capital intelectual será elevado à condição de fundamento prioritário do desenvolvimento. O apoio às universidades e centros de pesquisa garantirá a apropriação do conhecimento em ciência e tecnologia em áreas estratégicas como saúde, informática e biotecnologia.

*** Reforma política** — A Reforma Política que o Governo do PSB promoverá com o apoio do Congresso Nacional e a pressão da opinião pública compreenderá, além da descentralização do poder, a democratização dos meios de comunicação e um projeto de código eleitoral. As linhas mestras são:

- As concessões dos meios de comunicação, livres de qualquer forma, direta ou indireta, de monopólio ou oligopólio, serão subordinadas ao interesse público e conservadas enquanto atenderem às regras constitucionais. A liberdade de programação será acompanhada de controle social. As rádios e tevês comunitárias serão estimuladas.

- O fortalecimento dos partidos, do pluripartidarismo e do voto proporcional será consolidado no novo código eleitoral. Será assegurada a livre existência e expressão político-eleitoral das minorias. O princípio da fidelidade partidária será implantado e o financiamento público das campanhas regulamentado.

OUTRAS POLÍTICAS

Direitos Humanos — A igualdade de todos perante a lei implica a supressão de privilégios e a defesa dos oprimidos. O Governo do PSB tem compromisso com a promoção social, cultural e política das mulheres, fundada no ideal de igualdade entre os seres humanos. Toda e qualquer forma de preconceito, racismo ou xenofobia será combatida. A corrupção, o crime organizado e a violência urbana serão atacados. Os direitos humanos dos excluídos serão assegurados. O Governo do PSB concluirá o processo de

demarcação de terras indígenas, reformulará a FUNAI e lutará pela aprovação do novo Estatuto dos Povos Indígenas.

Segurança Pública — No governo do PSB a segurança pública resultará de uma ação articulada de todos os poderes da República e de todas as instâncias da sociedade. Se o ponto de partida é a retomada do desenvolvimento econômico, uma das ações concretas e imediatas é a reforma dos aparelhos judiciário e policial: As polícias serão integradas. O sistema penitenciário passará por reforma radical.

Urbana — A política urbana será integrada às políticas ambiental, de transporte, de saúde, social e educacional, visando à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida. O transporte coletivo terá prioridade. A democratização do solo penalizará a especulação imobiliária. As reformas financeira e fundiária viabilizarão a construção de casas populares. Os serviços de água e esgoto serão universalizados.

Saúde — É preciso manter a erradicação da poliomielite, eliminar o sarampo e outras doenças preveníveis por vacinação, controlar a dengue, a doença de Chagas e a esquistossomose, reduzir à metade a incidência de malária e tuberculose, baixar o índice de mortalidade infantil para menos de 20 por mil nascidos vivos. A promoção da saúde por meio de políticas públicas e programas de melhoria das condições de vida e de incentivo a condutas saudáveis constituirão a base do modelo. A organização do sistema público, dentro dos princípios da Constituição de 1988, deverá ser orientada para o usuário mais pobre: 70% da população. O Governo do PSB promoverá a imediata execução da lei n.º 8.080, de 19/9/1990, que fixa o gradativo alcance de um gasto mínimo de 8% do PIB com a saúde. A legislação que regulamenta a prestação de serviços pelos planos de saúde será revista para assegurar ao SUS a cobrança dos serviços prestados pela rede pública aos pacientes conveniados às empresas de medicina privada.

- Extinção da CPMF e alocação para o SUS de recursos do Orçamento da União. Nos primeiros quatro anos de governo as verbas deverão atingir 5% do PIB. A contribuição dos estados e dos municípios não poderá ser inferior a 10% do total das suas receitas.

- Estabelecimento de preceito constitucional para definir os percentuais orçamentários mínimos que União, estados e municípios destinarão à saúde.

- Prevenção de riscos de natureza comportamental, como o tabagismo.

- Prevenção de enfermidades, particularmente através da vacinação e do controle de vetores.

- Expansão do atendimento na comunidade.

- Reorganização do atendimento hospitalar em complementação ao atendimento ambulatorial.

- Implantação de política de remuneração digna aos profissionais de saúde.

- Reformulação da política de distribuição de medicamentos.

Indústria e Comércio Exterior – A política industrial do Governo do PSB impedirá que, nos domínios da alta tecnologia, o país fique a reboque dos países industrializados. O gap tecnológico e industrial já ocorre em áreas vitais para a soberania nacional. O Estado agirá para superar a defasagem. Cuidará, igualmente, de desconcentrar o parque industrial para combater as desigualdades regionais. No comércio exterior será adotada uma política de estímulo às exportações. Num cenário de déficit em conta corrente no balanço de pagamentos e maior crescimento da economia nacional poderíamos ter um salto nas exportações de 12% a 14%. Nosso governo promoverá o Programa de Promoção de Exportações acompanhado da correção gradual da taxa de câmbio. As importações serão seletivas e darão prioridade aos insumos básicos, máquinas e equipamentos.

Trabalhista e Sindical – O trabalho será o agente do desenvolvimento no Governo do PSB. O direito ao emprego se so-

breporá ao direito do lucro das empresas. Uma das metas do governo será elevar o salário mínimo, gradativamente, até que sejam atendidas as prescrições constitucionais. Vamos propor ao Congresso o fim do contrato provisório de trabalho e estimular a redução da jornada de 44 para 40 horas semanais. A gestão das empresas públicas será feita com a participação do trabalhador, do usuário e de entidades da sociedade civil. O Governo do PSB reafirmará a independência do movimento sindical e apoiará a luta de conscientização dos trabalhadores para a construção de um projeto socialista.

Econômica – Controlar o crescimento da dívida pública, iniciada no período pós-Real, e fazer um ajustamento fiscal é o grande desafio do Governo do PSB. Propomos a redefinição do perfil da dívida interna pública, trocando títulos a vencer por outros de prazo de mais longo vencimento, abrindo linha de crédito a juros de nível internacional para detentores de títulos que venceriam em até 12 meses. A política fiscal independente do capital financeiro será instrumento da redistribuição de riqueza, da solidariedade e da radicalização democrática. Heranças e fortunas serão tributadas progressivamente. O projeto econômico do PSB visa a assegurar a retomada do crescimento a taxas médias de 6% ao ano para atender ao crescimento da PEA (População Economicamente Ativa) que é de 2,7% ao ano.

Creditícia e Cambial – A política creditícia será dirigida às agências públicas de financiamento – notadamente BNDES, BB e CEF – que servem ao fortalecimento da economia e ao desenvolvimento social. O BNDES será proibido de financiar empresários na compra do patrimônio estatal. O Brasil deixará de financiar empresas estrangeiras com o dinheiro de nossos trabalhadores para gerar desemprego aqui e criar emprego lá fora. Será drenada a sangria representada por programas como o Proer. O câmbio será corrigido gradualmente, mantendo-se a política de bandas, mas alargando seu intervalo. Uma correção

cambial levada a cabo com as precauções recomendadas não corre o risco de ameaçar a estabilidade monetária.

Juventude – No Brasil, ingressam todo ano no mercado de trabalho 2 milhões de jovens, mas pouco mais de um milhão consegue emprego. O neoliberalismo roubou dos jovens a esperança. O Governo do PSB desenvolverá um plano massivo de escolarização e de criação de empregos. Um de seus instrumentos será o Programa de Incentivo Empresarial ao Primeiro Emprego. Será criado ainda o Programa Nacional de Defesa e Promoção da Juventude Brasileira, dividido em duas etapas:

- Resolução das questões imediatas, com ênfase no combate ao desemprego, através da criação de postos de trabalho que absorvam os profissionais recém-formados nos ensinos médio, profissionalizante e superior, bem como os sem qualificação ou que perderam o emprego.

- Criação do Sistema Nacional de Proteção à Infância e à Adolescência com atenção para quatro áreas: saúde, educação, esporte e cultura. O desporto será estimulado com a criação de centros esportivos polivalentes, principalmente nas comunidades de baixa-renda. A cultura será incentivada com a criação de espaços e programas de apoio à produção local dos jovens.

Energia Em um mundo em crise de recursos hídricos, o Brasil é detentor de 20% da água doce do planeta. A distribuição, porém, é concentradora e excludente. O compromisso do Governo do PSB será:

- Garantir a todos o acesso aos recursos hídricos através da proteção e perenização de mananciais e lençóis subterrâneos.

- Desenvolver políticas de incentivo a formas alternativas de produção energética.

- Cobrar resultados na implementação da política de energia nuclear.

- Fortalecer a Petrobrás no desenvolvimento da prospecção em águas

profundas que pode assegurar a autonomia do país em dez anos.

Meio-Ambiente – A política ambiental terá como pressuposto a compreensão de que a sociedade é a continuação da natureza. Vamos pedir ao Congresso a recuperação dos originais da Lei dos Crimes Ambientais vetados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para atender à pressão dos grandes proprietários, dos madeireiros e de grupos internacionais. O Programa Nacional do Alcool será retomado. Na defesa do meio ambiente, o Governo do PSB observará, entre outras, as seguintes premissas:

- Rechaçar a transformação dos países subdesenvolvidos em depósito do lixo tecnológico ou atômico.
- Estimular a pesquisa sobre tecnologias limpas.
- Fazer cumprir a Constituição que define como obrigação do poder público a preservação da diversidade do patrimônio genético e considera a Mata Atlântica patrimônio nacional.

Serviços públicos – Instrumentos de solidariedade e integração da nação, eles serão melhorados no Governo do PSB. É dever do Estado assegurar aos cidadãos o direito ao transporte urbano, à rede pública de saúde, à escola, à habitação. O PSB promoverá a defesa dos consumidores exercendo maior controle sobre práticas monopolísticas e cartéis. Os procons serão fortalecidos. O programa de privatização de estatais estratégicas será suspenso. As privatizações consumadas passarão por auditoria independente.

Investimentos – Será dada prioridade

aos investimentos em educação, formação profissional, pesquisa e tecnologia. Como instrumento de fomento à produção de bens de consumo popular será criado o Banco do Trabalhador para administrar os recursos do FAT. Os investimentos públicos serão retomados e canalizados para a área de serviços e para empreendimentos que gerem mais empregos.

Externa – A política externa do PSB estará fundada nos princípios da soberania e autodeterminação dos povos. Expressará nosso desejo de convivência pacífica, mas atuará com firmeza para mudar as relações com as potências hegemônicas. Somos oposição a intervenções e bloqueios. O Governo do PSB promoverá uma profunda auditoria da dívida externa e compatibilizará sua amortização ao não comprometimento do desenvolvimento. A luta contra toda a perseguição – política, étnica ou religiosa – e o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional são bandeiras socialistas. O Mercosul será fortalecido.

Cultural – O orçamento do Ministério da Cultura dobrará no primeiro ano. A política cultural terá dois eixos interdependentes: a consolidação da auto-imagem nacional e sua projeção internacional. O PSB promoverá a afirmação endógena dos valores que constituem a brasilidade, sem qualquer tendência xenófoba, para que o contato com outras culturas possa resultar em assimilação enriquecedora e não em subordinação neocolonial. A língua é prioridade porque fortalece a nacionalidade,

mas não encerra as possibilidades de criação cultural. Há, para a atividade artística brasileira, a necessidade de reconhecer que o conhecimento dos mil Brasis é uma das formas de fazer cada Brasil mais panbrasileiro.

Regionais – O Governo do PSB adotará uma Política de Desenvolvimento Regional equilibrado. Vamos incrementar investimentos públicos em infra-estrutura econômica com metas a serem atingidas em oito anos. Na Amazônia, será promovido o desenvolvimento harmônico do potencial de riquezas naturais da região, respeitando a vulnerabilidade ecológica e o espaço vital das nações indígenas. Um zoneamento ecológico e econômico definirá as áreas de proteção ambiental e os pólos de desenvolvimento. No Nordeste, onde vive quase metade dos excluídos, o desafio é integrar a região na economia nacional. O projeto Novo Nordeste compatibilizará desenvolvimento social e crescimento econômico. Será criado o Fundo Emergencial de Ação contra a Pobreza.

Forças Armadas – O Governo do PSB consolidará o Ministério da Defesa, cujo titular será, sempre, preferencialmente, um civil. As Forças Armadas serão reequipadas e modernizadas para cumprir seu novo papel na sociedade democratizada. O programa espacial, a defesa da Amazônia e o controle do espaço aéreo implicarão conhecimentos que beneficiarão o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, assegurando a autonomia tecnológica das Forças Armadas.

Desenvolvimento sustentável: políticas integradas para o Brasil socialista

Tese do PSB/Amapá

1. UM PROJETO PARA O BRASIL – Desenvolvimento Sustentável: Políticas Integradas Para o Brasil Socialista

Como país em desenvolvimento, o Brasil necessita emergencialmente implantar políticas públicas que considerem princípios de adequada gestão de seus recursos naturais. Mais do que isso, o Brasil tem que conceber instrumentos para promover o bem-estar humano sem aceitar que seu capital natural seja degradado.

Até agora, a despeito de uma retórica de sustentabilidade por parte do Governo Federal, o que tem prevalecido são iniciativas que absolutamente não levam em consideração as políticas públicas sustentáveis.

No passado, os recursos naturais de nosso País foram explorados à exaustão. Um caso ilustrativo é a jazida de 42 milhões de toneladas de manganês no Amapá, a qual, de 1957 até meados da década de 90, foi praticamente esgotada.



Governador João Capiberibe

A cada ano, durante aproximadamente quatro décadas, cerca de um milhão de toneladas de minério de manganês foram extraídos, gerando-se, ao final da exploração, inúmeros problemas sociais, que hoje demandam uma resposta que, certamente não, será a empresa que exauriu o minério que se prontificará a fornecer.

A perda irreversível de capital natural - como é o caso do manganês do Amapá - configura um custo repassado às futuras gerações, que se agrava por esta perda ser considerada como aumento da renda nacional. Durante quarenta anos, o Brasil foi se despojando, para sempre, de um minério (manganês), que não se encontra facilmente no mundo, e isto foi contabilizado positivamente como um incremento em nosso Produto Interno Bruto. É esta percepção errônea, que um novo conjunto de políticas públicas deve buscar alterar profundamente.

Mas talvez a implicação mais importante deste contexto seja que a deterioração ambiental afeta mais profundamente os setores já marginalizados da sociedade, no campo ou nas áreas urbanas, setores esses que geralmente sobrevivem em condições ambientais extremamente limitadas e, portanto, mais vulneráveis à erosão e ao esgotamento do solo, à poluição das águas e aos desastres naturais, como inundações e estiagens.

Logo, nosso grande desafio é conceber políticas públicas que possam conduzir a uma melhoria real nas condições de vida para a população, principalmente aos excluídos, sem perturbar funções ecossistêmicas essenciais. Faz-se necessário que o Brasil adote efetivamente políticas públicas sustentáveis, que conciliem o reconhecimento da limitação dos recursos naturais com o máximo de progresso social, e que recupere a cidadania do povo brasileiro.

1.1. O que entendemos como desenvolvimento sustentável

A lógica de produção entre os povos tradicionais das florestas (índios e extrativistas em geral) não só é distinta como também antagônica à lógica da "economia do crescimento", porque esta não é antropocêntrica, pois não coloca o ser humano no centro do conceito de produção.

É por este motivo que, no marco da conjuntura do desenvolvimento sustentável, o estudo dos movimentos dos povos das florestas tem uma grande quantidade de valores e conhecimentos que aportam em uma formação inicial de um conceito de desenvolvimento sustentável, que, mais tarde, foi ampliado com uma maior fundamentação teórica.

Deste modo, se abstrairmos os preconceitos ideológicos, podemos estar em condições de aprender com os povos tradicionais, um conceito original de desenvolvimento sustentável, pois o modo de produzir os bens necessários a manutenção de suas necessidades, era amparado em uma lógica de relação baseada no respeito à natureza, que consideravam a fonte da vida.

Nada obstante, foram realizadas, nas últimas décadas, vários esforços no sentido de revisar os conceitos convencionais de desenvolvimento econômico. Surgiram, com certa frequência, a utilização de termos como crescimento sustentável e desenvolvimento sustentável, porém ainda para diferentes contextos ambientais e de desenvolvimento.

No início da década de 90, vários autores estabeleceram um rico debate em relação ao significado da palavra sustentabilidade. Então, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento -CMMAD construiu, com vários autores, um conceito que se tornou uso corrente: "desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer as possibilida-

des das futuras gerações em satisfazer suas necessidades".

Esse conceito vem sendo ampliado e apresenta-se sobremaneira explícito na Agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), que se constitui num plano de ação até o ano 2000. Na Agenda 21, o desenvolvimento sustentável constitui-se em esforços para mudar os padrões de produção e consumo e para integrar o meio ambiente ao processo de planejamento. Para os países em desenvolvimento, coloca-se como imperativo a erradicação da pobreza, como também a solução das restrições impostas pela dívida externa, tecnologia e comércio mundial.

Além disso, a Agenda 21 prevê investimentos para a busca de energia limpa; para proteger a atmosfera e combater a desertificação; para o uso sustentável das florestas; para racionalizar o uso de água doce; proteger e regular o uso dos recursos marinhos e administrar o crescimento demográfico.

Por esse prisma, o desenvolvimento sustentável é extremamente interessante na medida em que conduz a oportunidade de conciliar objetivos de crescimento econômico, com solução de questões sociais e proteção do meio ambiente. A questão não é deter o crescimento, mas conciliá-lo com a qualidade ambiental.

1.2. Políticas Públicas para um desenvolvimento sustentável

Deve ser ressaltado que a ciência econômica convencional não considera a base ecológica do sistema econômico dentro de seu arcabouço analítico, levando assim à crença no crescimento ilimitado.

Porém, o sistema econômico deve ser visto como um subsistema do ecossistema, e se o último é uma entidade não-crescente, existe então uma escala absoluta de fluxos de recursos naturais que se deve considerar quanto à expansão da economia.

Com efeito, a noção de desenvolvimento sustentável representa uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, indicando que, sem a natureza, nada pode ser produzido de forma sólida. Ela mostra o que é possível do ponto de vista material, o que deve ser confrontado com a aspiração de mais e mais riqueza que, na sociedade moderna de hoje, constitui o que é desejável.

Para serem relevantes, as políticas de governo para a sustentabilidade têm que ser capazes de redirecionar o curso dos eventos econômicos de tal maneira que as atividades que destroem capital natural ou dissipam recursos renováveis, perturbando os correspondentes ecociclos, sejam freadas.

Uma política comprometida com a sustentabilidade tem que desencorajar aquilo que cause ameaças à saúde a longo prazo dos ecossistemas e à base biofísica da economia, tal como ineficiência, lixo, poluição, uso excessivo de recursos não-renováveis, dissipação de recursos esgotáveis etc. De forma oposta, ela tem que impulsionar aquilo que é desejado: emprego, bem-estar, um ambiente tranquilo, segurança pessoal, serviço público de qualidade, uso balanceado dos recursos naturais etc...

Um dos primordiais aspectos das políticas de governo, alicerçadas no desenvolvimento sustentável, diz respeito ao tratamento a ser dado a hábitos de consumo e estilos de vida. De um lado, níveis excessivos de consumo de bens e serviços, pelos mais ricos, devem ser contidos. De outro, a maciça influência dos meios de comunicação, para aumento do consumo, deve ser revista e contida dentro de parâmetros de prudência ecológica indispensáveis para a sustentabilidade.

A diminuição do consumo deve ser contemplada numa perspectiva de longo prazo. Afinal de contas, a sustentabilidade implica em mudanças no estilo de vida para se assegurar a manutenção do capital natural.

A política de governo para a sustentabilidade deve conter medidas para estimular aqueles setores que

efetivamente adicionem valores, contribuindo para a cobrança correta de todos os custos dos produtos comercializáveis e uma menor degradação. Há uma possibilidade palpável que consiste no ecoturismo, que exige porém cuidados adequados no monitoramento de certificação de obediência a normas de proteção ambiental. Além disso, tecnologias ambientalmente saudáveis devem ser, de alguma forma, incentivadas.

O desenvolvimento sustentável deve englobar as dimensões sociais e econômicas, apesar de ser direcionado por princípios biofísicos, que o faz conter uma significação ecológica inevitavelmente forte. Com efeito, a simples tentativa de superar a exclusão social, por meio das políticas tradicionais de desenvolvimento parece inapropriada, tendo em vista que um processo de desenvolvimento, que não possa ser saudavelmente sustentado, não representa um meio confiável para que se derrote a exclusão social.

Assim, considerações ambientais devem estar misturadas com propostas de equidade social (medidas para geração de emprego e renda são indispensáveis neste contexto), eficiência econômica e factibilidade política. Em qualquer circunstância, a formulação de políticas para a sustentabilidade, em todos os setores da ação governamental, deve apoiar-se, primeiro, em critérios biofísicos de uso sustentável da natureza, combinados com instrumentos para a correção dos desequilíbrios socioeconômicos e a promoção do bem-estar da população.

Por último, as políticas para a sustentabilidade devem prever uma reforma institucional. De fato, as instituições sociais existentes, que favorecem o efêmero contra o duradouro, as tendências homogeneizadoras da globalização em lugar da diversidade (tanto biológica quanto cultural), uma atitude passiva quanto ao meio ambiente em oposição à fixação de limites biofísicos, devem ser ajustadas aos re-

quisitos da sustentabilidade. Novas instituições são exigidas para a conservação dos ativos naturais, para encorajar a regeneração dos recursos renováveis, para proteger a biodiversidade, para gerar tecnologias mais ambientalmente benignas para promover estilos de vida menos intensivos no uso de energia e materiais, para manter constante o capital da natureza em benefício das gerações futuras, para proteger o saber dos povos indígenas e tradicionais, incluindo seus direitos de propriedade intelectual. Novas formas de regulação democrática e uma nova versão de economia mista, diferente da neoliberal, são possibilidades que devem ser contempladas.

2. PRESSUPOSTOS PARA UM PROJETO DE GOVERNO SOCIALISTA SUSTENTAVEL

2.1. Uma economia sustentável

Mudar o rumo do desenvolvimento econômico é, antes de tudo, uma decisão política. As soluções técnicas estão disponíveis e vão sendo aplicadas de acordo com as peculiaridades locais. O histórico brasileiro nos mostra uma incapacidade de produzir modelos de desenvolvimento voltados para nossa realidade optando-se pelo caminho da orientação mundial, apontada atualmente pelas diretrizes do Consenso de Washington.

A sustentabilidade, por outro lado, é entendida como resultado do equilíbrio entre aspectos econômicos, sociais e ambientais das atividades produtivas e do uso dos recursos naturais de forma perene e com equidade social. As estratégias de desenvolvimento devem considerar as potencialidades locais, devendo haver um acurado planejamento regional, que envolva de fato a sociedade civil de maneira participativa e busque equilibrar as disparidades, que findam por permitir a existência de regiões muito ricas convivendo com outras miseráveis.

Contudo, redistribuir o desenvol-

vimento econômico só se faz de maneira sustentável, havendo também uma ruptura com o atual modelo concentrador e excludente. Desta maneira, é fundamental redefinir o modelo agrícola e fundiário praticado neste país, bem como inverter a lógica da exploração do lucro e da acumulação capitalista, agregando valor às atividades do setor produtivo, incentivando modelos agrícolas e florestais adaptados à incrível diversidade ambiental e climática existente em nosso País e favorecendo os setores sociais excluídos (pequenos e médios produtores e empresários) através do acesso ao financiamento, organizando e racionalizando a exploração dos bancos pesqueiros e reservas minerais e colocando na retenção de valor ao produto final a meta a ser alcançada, fortalecendo a dinâmica regional e fixando as populações tradicionais em seus locais de origem. Isto significa usar a dinâmica da globalização no aspecto econômico, porém golpeando seu caráter de universalização do lucro, criando mecanismos que fortaleçam nosso desenvolvimento regional e mantenham os recursos financeiros em nosso país.

Além disso, deve-se colocar, como prioridade zero, a distribuição de renda, o que só pode acontecer na medida em que o crescimento econômico se dê como instrumento de inserção da espessa camada de excluídos nos processos produtivos e orientar as políticas públicas de exploração dos recursos farto em nosso país. Isto significa crescer economicamente, distribuindo e preservando.

Um aspecto fundamental é que permaneça restrito aos estados da Amazônia, atualmente empenhados em implementar a sustentabilidade como programa de governo, diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos de acesso e proteção de nossa biodiversidade. Existe hoje apenas uma lei de proteção e acesso à biodiversidade, já regulamentada, em todo o Brasil. Esta lei, de autoria da Deputada Estadual Janete Capiberibe, do estado do Amapá,

representa um grande avanço nessa questão.

Esta fonte infinita de recursos naturais para os mais variados setores da economia é hoje razão da cobiça de pesquisadores internacionais, laboratórios e instituições do mundo todo que se organizam no sentido de impedir as regulamentações protetoras da maior reserva de biodiversidade do mundo, que se estende desde a selva amazônica, passando pela quase extinta Mata Atlântica, pelos cerrados e ecossistemas do Pantanal etc.

Contudo, apenas proteger não se traduz em política pública sustentável, é imprescindível que o Estado invista maciçamente em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias para que o domínio da exploração da riqueza do próximo milênio também esteja em território nacional.

Fica clara a necessidade da intervenção estatal no desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias, bem como a transferência destas para grupos locais, sendo definidos critérios de utilização e retorno social e ambiental no uso dessas tecnologias, devendo serem previstos incentivos para que isto ocorra segundo os mesmos critérios no âmbito da iniciativa privada. Não se trata aqui de uma nostalgia do Estado-empresendedor, mas do necessário incentivo para equilibrar tecnologicamente nosso País para o mercado ultra-competitivo, que hoje se desenha na globalização.

2.2. A equidade social

Nosso País tem tido historicamente seu desenvolvimento orientado para interesses econômicos externos e para o restrito grupo da elite econômica nacional. Foi assim no Brasil-Colônia e assim permanece com o neo-liberalismo de FHC, principalmente com a submissão das decisões soberanas de nossa política econômica ao aval das equipes técnicas do FMI e do Banco Mundial, tendo nosso País nunca abandonado o status de neo-colônia.

Por outro lado, medidas enérgicas e inadiáveis como as reformas do Estado, nas áreas tributária, partidária e da previdência - são hoje instrumentos de retórica largamente utilizados pelo atual governo para justificar seu imobilismo e sua inversão de prioridades, que interessam exclusivamente ao Palácio do Planalto.

O modelo concentrador de riquezas que, nos últimos anos, vem relegando a grande maioria de nossa população ao estado de pobreza e um outro segmento significativo do povo brasileiro na mais absoluta miséria, precisa ser imediatamente rompido. A realidade descrita contrasta brutalmente com os números superlativos registrados nos lucros dos bancos e do capital especulativo, tão queridos da atual política econômica.

A equidade social significa atender prioritariamente e de maneira qualificada as necessidades das gerações atuais e futuras e depende totalmente da ampliação da cidadania para toda a população, e por parte do Estado da desburocratização do acesso aos serviços públicos, e do cumprimento do seu dever constitucional de promover e manter a dignidade social como objetivo perseguido incansavelmente. Isto se traduz em buscar dar conta de todas as dimensões do ser humano, oferecer educação pública de qualidade, voltada para a realidade local, com valorização dos aspectos culturais e merenda escolar regionalizada, atendimento na rede de saúde pública universal, segurança saneamento básico etc... Significa colocar o combate e erradicação da pobreza num foco de equilíbrio com as perspectivas de desenvolvimento econômico e uso sustentável dos recursos naturais.

É preciso mudar a ótica segundo a qual a economia é o centro para onde tudo converge. Mais do que uma política econômica, o País necessita de uma economia política.

É certo também que a situação de degradação e desamparo social deve ser combatida com ações sociais de lar-

go alcance, como as que são há muito implantadas no estado do Amapá como a Bolsa Família e Visão para Todos, sendo que a primeira fornece uma bolsa pecuniária à família que mantenha o filhos na escola e a segunda oferece a oportunidade do atendimento oftalmológico gratuito aos cidadãos maiores de cinquenta anos, devolvendo a visão possibilidades aos membros da terceira idade.

A experiência de inserção social inclui ainda criar políticas para as minorias admitindo que alguns setores se encontram mais expostos à exclusão e necessita de políticas setoriais, como é o caso das mulheres, os jovens e afro-descendentes, além dos idosos, deficientes físicos, populações tradicionais, como é o caso da parteiras, que antes eram perseguidas e não tinham seu trabalho reconhecido hoje são valorizadas e, capacitadas, prestam um necessário e importante serviço de saúde pública, gozando o respeito de toda a população, podendo ingressar no sistema de saúde e atuar como parceiras do Estado.

2.3. Municipalização

Parcerias entre os poderes executivos federais, estaduais e com as prefeituras, visando a geração de empregos, é uma diretriz voltada para fixar a população. As áreas prioritárias para a municipalização são a educação, a saúde, a aquisição da merenda escolar e a manutenção de obras públicas. Mas existem critérios para que um município seja beneficiado com recursos adicionais: deve utilizar mão-de-obra, matéria-prima e bens de consumo locais; não alocar mais de 60% dos recursos orçamentários na contratação de funcionários; adotar critérios ambientais na promoção de atividades econômicas e criar conselhos comunitários para participar e fiscalizar as ações das prefeituras.

2.4. Vantagens comparativas do Brasil

O Brasil apresenta diversas vanta-

gens comparativas frente a outros países: incrível multiplicidade de ecossistemas em níveis diversificados de conservação, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, as maiores reservas de biodiversidade do mundo, imenso potencial turístico e grandes áreas agricultáveis são fatores que colocam o Brasil em posição estratégica diante da nova configuração geopolítica mundial. Contudo, ainda não possuímos um projeto que coloque este conjunto de riquezas na perspectiva de uma exploração racional, sendo o exemplo concreto da perversidade do atual modelo, o desenvolvimento pensado e executado para a Amazônia.

2.5. Parcerias com a sociedade civil e iniciativa privada

A existência de governos socialistas exige mudança de atitude do poder público com os movimentos sociais, procurando implantar práticas irreversíveis, objetivando conquistas definitivas. No Amapá, as organizações comunitárias ganharam dimensão histórica e novas funções a partir das administrações socialistas na Prefeitura de Macapá (1988-1992) e no Governo do Estado (1995- até hoje), quando João Alberto Capiberibe, companheiro socialista, assumiu esses cargos.

A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente poder ser alcançada através de um esforço conjunto com a sociedade e de movimentos sociais fortes e autônomos. Neste sentido descentralizar as atividades tidas como tipicamente governamentais, repassando recursos e responsabilidades para organizações da sociedade civil, movimentos sociais e da iniciativa privada, tem sido um importante instrumento de distribuição de renda, participação popular, divisão de responsabilidades cidadãs e de controle sobre as ações do Poder Público, resultando no fortalecimento das comunidades locais.

Porém, essa descentralização não significa isenção do dever de prestar o

atendimento à comunidade, ficando obrigado o Estado a acompanhar e fiscalizar de perto a aplicação dos recursos públicos na perseguição de resultados, que se traduzam em melhor qualidade de vida para o conjunto da sociedade.

Os efeitos positivos do envolvimento e participação popular podem ser imediatamente vistos nas melhorias que acompanharam a implementação da gestão democrática nas escolas públicas, através das caixas-escolares. Assim como nas caixas-saúde, agilizando procedimentos e reduzindo custos na administração e manutenção dos órgãos da educação e saúde pública. Contudo, descentralizar é ter coragem de transferir o dinheiro e deveres para a população através das organizações não-governamentais e instituições da iniciativa privada e isto não se faz sem quebrar as resistências da burocracia que insistem em manter poder de decisão e privilégios, que se encontram enraizados nas estruturas da administração pública brasileira.

A democratização do Estado passa também pela ruptura com o atual modelo de organização estatal, pensado pelos agentes internacionais em conjunto com nossa burocracia encastelada em Brasília, e implica em uma radical democratização do Estado, com a implementação da democracia participativa, onde a sociedade aponta as decisões e orienta as políticas públicas. O exemplo desta mudança de atitude por parte dos nossos governantes se dá através do Planejamento e Orçamento participativos, bem como da execução descentralizada em andamento no Amapá.

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA TODOS: A EXPERIÊNCIA DO AMAPÁ

As políticas públicas hoje realizadas no Estado do Amapá, são o resultado do rompimento de um processo histórico, espoliativo e avassalador, que, por séculos, caracterizou a exploração econômica e social da Amazônia.

A decisão política sobre o tipo de desenvolvimento que a sociedade quer para o Amapá foi tomada. O modelo antigo, em processo de substituição, é o resultado de um somatório de iniciativas resultantes da transferência de conflitos sociais de outras regiões; da busca de resultados econômicos de curtíssimo prazo; da desvalorização das potencialidades naturais e da omissão na aplicação de tecnologia adequadas.

A implementação do novo modelo, que tem como princípio a sustentabilidade e como lema a participação popular e promoção da cidadania, esbarrou numa realidade adversa. O Estado encontrava-se absolutamente dilapidado e exposto ao controle tradicional das elites, que se locupletavam com o orçamento e tiravam proveito do descalabro total nas contas públicas, através de superfaturamentos e negociações.

Essas elites não se encontravam dispostas a abrir mão facilmente da lucrativa "sociedade" com o Estado. O ambiente econômico era dos grandes projetos: ICOMI, JARI CELULOSE, MINERAÇÃO NOVO ASTRO etc. Após sugarem até a última gota em condições comerciais absolutamente favoráveis à acumulação e francamente danosas à economia local, abandonavam o Estado sem maiores explicações ou preocupações com o prejuízo social, econômico ou ambiental provocado.

Além disto, havia sido criada uma zona de livre comércio, que transformava o Estado em entreposto de venda de produtos importados sem incremento do setor produtivo, que operou a transformação dos antigos comércios em importadoras, bem como acarretou uma migração que fez do Amapá o Estado com maior índice crescimento populacional do País: 5,7 %. Porém, foi realizado um estudo que provou serem os rendimentos com a cadeia produtiva do açaí, fruta que produz um alimento muito consumido na região, superiores ao faturamento anual da Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana.

Por outro lado, as instituições estaduais, com a criação do Estado do Amapá pela Constituição Federal de 1988, foram construídas por uma liderança conservadora e advinda da tradição militar, fruto da ditadura, que após exercer por cinco anos o cargo de governador biônico (1979-1984), e com o irrestrito apoio das elites políticas e econômicas, se tornou o primeiro governador eleito do Estado, exercendo o mandato no período de 1990-1994. Assim, participou ativamente de toda a construção dos demais poderes, inclusive indicando todo o colégio de Desembargadores, a cúpula do Judiciário Estadual, bem como os membros do Tribunal de Contas etc.

Além da fragilidade das instituições recém-nascidas, encontrava-se no Estado um incipiente movimento popular. Ao romper com o modelo tradicional, o atual governador, João Alberto Capiberibe, procurou adequar o programa de governo à realidade do Estado e aos interesses locais, tomando a decisão irrevogável de direcioná-lo a um ousado e inovador modelo de desenvolvimento, até então nunca experimentado por nenhum governo, que passa pela defesa intransigente do tripé: desenvolvimento econômico, com equidade social e preservação ambiental. Com sua implementação e a aceitação da sociedade, o Governador João Alberto Capiberibe foi reeleito em 1998.

A experiência sustentável do Amapá se fortalece a cada dia, porque tem estratégias diferenciadas, que podem colocar à disposição dos atores sociais instrumentos que lhe permitem a geração de riqueza, sem nenhum tipo de exclusão, e tem como experiência emblemática a transformação operada pelas Cooperativas dos Castanheiros do Município de Laranjal do Jari, COMAJA (Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Jari) e COMARU (Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Iratapuru), que, do regime do escambo e do atravessador da castanha do Brasil interior, passaram diretamente para a

economia de mercado, beneficiamento e transformação do produto no local de origem, bem como à exportação direta para a Europa e cooperação com agroindustriais franceses para o intercâmbio de tecnologias voltadas à maior agregação de valor ao produto final.

Este é um aspecto importante e que merece destaque. O estado do Amapá vem buscando, desde o início da implantação do novo modelo, uma integração com o Platô das Guianas numa ação de inserção do nosso Estado no mercado internacional globalizado com vantagens reais para a população local. A cooperação vem se mostrando vantajosa em vários sentidos, que vão desde o ecoturismo até o intercâmbio de tecnologias e a abertura para fornecimento de produtos e mercados, como o do Caribe Francês, com resultados francamente positivos para as balanças comerciais dos agentes envolvidos.

Neste sentido, caminham algumas experiências como:

ORDENAMENTO TERRITORIAL:

- Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE
- Gerenciamento Costeiro - GERCO
- Gestão Ambiental Integrada - GAI

CONTROLE DAS CONTAS PÚBLICAS

- Modernização da Administração Financeira
- Socialização do Orçamento
- Reforma Administrativa

GESTÃO DESCENTRALIZADA

- Parcerias com as ONG's
- Caixa Escolar
- Caixa Saúde
- Caixa Hospital
- Regionalização da Merenda Escolar
- Projeto SUMANO
- EDUCAÇÃO
- Escola Bosque
- Educação Rural
- Educação Especial

EQUIDADE SOCIAL

- Bolsa Escola Família

- Bolsa Trabalho
- Projeto Menina Mulher
- Projeto Na Cuia Grande
- Projeto Cria Pães

DIVERSIDADE ÉTNICA E CULTURAL

- Escolas Indígenas
- Centro de Cultura Negra
- Quilombo Histórico do Curiaú
- Museu do Desenvolvimento Sustentável

SAÚDE

- Hospital da Mulher
- Parteiras Tradicionais
- Programa Visão para Todos
- Farmácia Viva

SEGURANÇA

- Polícia Interativa
- Batalhão Ambiental
- Sistema Único de Segurança
- Operações Especiais

3.1. Programa de desenvolvimento sustentável do Amapá - PDSA

O modelo em implantação busca ser propositivo, integrado, coerente e afinado com o que a Amazônia apresenta de mais valioso: seu potencial de riquezas naturais, sua inserção estratégica no cenário internacional, a diversidade biológica de seus ecossistemas e a peculiar identidade cultural de sua sociedade. Somar a sabedoria local com os avanços científicos disponíveis, a fim de encontrar um caminho próprio para a região, é o desafio que escolhemos para as próximas décadas.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá-PDSA, em continuidade à construção de projeto de desenvolvimento iniciado no primeiro mandato do atual Governador, está baseado em princípios que:

- a) incorporam a visão de longo prazo e privilegiam o consenso e a participação;
- b) asseguram a conservação da biodiversidade;
- c) promovem a inserção e a integração regional e internacional;

d) favorecem a criação de empregos, melhoria da renda e diminuição das desigualdades;

e) respeitam a capacidade dos ecossistemas e a qualidade do meio ambiente; enfim, buscam possibilitar à população amapaense o acesso e o pleno exercício da cidadania, sem comprometer as futuras gerações.

O conceito de sustentabilidade, apesar de não ser novo para a Amazônia, só recentemente vem sendo traduzido na praticidade das ações. Sem exceção, todas as iniciativas, no passado e no presente, que não souberam se adaptar à singular dinâmica dos solos, das plantas e dos animais, não viabilizaram as expectativas originais. Geraram riquezas, porém temporárias, passageiras, concentradas fora da região.

O desenvolvimento que está sendo construído para o Amapá, tem como arcabouço arquitetônico a própria natureza: múltiplo, diversificado e original, combinando ousadia com respeito, antigo com moderno, biológico com cultural.

A incorporação da variável ambiental como referência para estabelecimento de uma nova relação homem x natureza, orientada pelo duplo objetivo de utilizar racionalmente os recursos naturais e de garantir, ao mesmo tempo, sua preservação, é o que constitui o ideal para o Amapá do presente.

Portanto, trata-se de aprofundar conhecimentos sobre a natureza e de integrar a aplicação do valioso conhecimento das populações tradicionais com a ciência e tecnologia mais avançada em seu manejo, aproveitando suas potencialidades/oportunidades, mas evitando o uso predatório.

As atividades econômicas só poderão contribuir para um processo de desenvolvimento sustentável na medida em que respeitem a capacidade de suporte dos ecossistemas e a qualidade ambiental, gerem empregos com melhor remuneração possível e consolidem um mercado interno dinâmico, que incorpo-

re a maioria da sua população.

Para o crescimento do mercado interno no Estado e o êxito de inserção nos mercados nacional e internacional, é determinante o aumento da competitividade, com níveis superiores de produtividade e qualidade, mediante transformação produtiva que contemple, principalmente, a expansão e a modernização das atividades agro-silvo-pastoris, extrativo-vegetal, agro-industriais, mobiliária, de pesca e a promoção do ecoturismo e das demais atividades terciárias.

A atuação do Governo do Estado do Amapá pauta-se pela busca de maximizar a ação pública, visando uma sociedade justa especialmente equilibrada, em que a participação de parcelas da população pobre no processo de desenvolvimento seja, incorporando-se fundamentos éticos e morais, um guia para a construção de um mundo melhor.

Esta dimensão incorpora o modelo de gestão integrada e descentralizada e busca estabelecer parcerias institucionais múltiplas entre a União, o Estado, os Municípios, a iniciativa privada e a sociedade organizada, o que requer a construção de consensos sociais em torno da ação do governo, através dos processos de participação e negociação.

A implementação do modelo de desenvolvimento sustentável no Amapá direciona-se no sentido de valorizar as vantagens comparativas que o Estado apresenta frente a outras regiões da Amazônia e do País. Há uma grande diversidade de ecossistemas em nível adequado de conservação, baixa densidade populacional, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, vastas áreas com biodiversidade intacta, cenários de grande beleza natural e acesso estratégico aos mercados internacionais.

Marcado por uma geografia particular, o Estado apresenta uma posição estratégica em relação às demais unidades federativas que pode viabilizar, do ponto de vista do trânsito flúvio-mari-

nho, a implantação e consolidação de atividades comerciais de mercado interno e externo.

A proximidade com principais centros internacionais, realçada pela franquia de navegabilidade atlântica e flúvio-amazônica, bem como pela vasta e diversificada riqueza de seus recursos naturais, possibilita ao Amapá perspectivas de maior relacionamento com o resto do mundo.

A intensificação das relações internacionais é uma estratégia que vem ao encontro do propósito de aproveitar o potencial produtivo do Estado, buscando atrair investimento e a captação de recursos externos, como também minimizar o nível de dependência do Governo Federal, com vistas a acelerar o crescimento da base produtiva, dando um salto qualitativo rumo ao desenvolvimento.

A ausência de políticas voltadas para a agregação de valor à produção, ao longo dos anos, fez com que a exploração de recursos naturais se configurasse em transferência de riquezas para outras economias. Assim, o centro das decisões empresariais e os benefícios resultantes das atividades se efetivaram em outros mercados, restando ao Amapá a redução ou exaustão de seus estoques de recursos, além dos problemas ambientais e sociais decorrentes.

O modelo centrado na utilização sustentável das riquezas naturais do Amapá busca, incessantemente, a agregação local de valor nas atividades econômicas, através da transformação de matérias-primas em produtos elaborados. Logo, a agregação de valor apresenta-se como a articulação das atividades do setor produtivo, de forma a adequar nossos produtos como mercadorias finais.

O planejamento com visão de longo prazo não se limita a planejar as ações que devem ser realizadas adiante, mas estabelecer as que devem ser efetivadas hoje, para que a sociedade se mantenha no caminho que conduz, no presente, ao desenvolvimento futuro.

A tarefa de implementar o desenvolvimento sustentável somente pode ser alcançada através do esforço conjunto. As práticas de parceria e descentralização devem ser adotadas em todos os níveis e diferentes esferas, de modo que resultem em condições objetivas para que a criatividade e as energias da sociedade sejam canalizadas para a solução dos problemas da coletividade. Para tal, deve ser permanente a busca pelo fortalecimento dos mecanismos de parceria entre o governo e a sociedade, entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e entre os Governos Estadual, Federal e Municipal.

O governo atua de forma descentralizada, buscando aumentar a capacidade de realização do setor público estadual, promover a motivação dos níveis descentralizados, reduzir custos e alavancar recursos em benefício dos objetivos sociais.

A garantia da equidade depende de políticas públicas articuladas, que não desvinculem o econômico do social e que, prioritariamente, contemplem a elevação dos níveis de emprego e renda, a melhoria dos padrões de educação, saúde e moradia, a promoção e a proteção da criança, a participação política da população e o fortalecimento das demais condições de cidadania.

3.2. Os êxitos alcançados no Amapá

O modelo de desenvolvimento implementado pela União, em quase meio século de administração do Amapá, ainda como Território Federal, não foi capaz de induzir políticas que integrassem áreas potenciais a programas de expansão infra-estrutura e de desenvolvimento do sistema produtivo, bem como mobilizar o potencial participativo da sociedade. Assim, ao longo deste período, houve um aprofundamento das desigualdades de desenvolvimento e de níveis de vida entre as regiões e segmentos sociais.

Além das deficiências que se refletem num quadro de fragilidade

econômica e de desequilíbrio na ocupação do espaço físico tanto urbano quanto rural, o estilo de gestão pública empregado, baseado em práticas clientelistas, paternalistas e corporativistas, culminou por tornar a população dependente do Governo, carente de auto-confiança e, conseqüentemente, alienada de sua cidadania.

A adoção do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá -PDSA, em 1995, com respaldo nos princípios da Agenda 21 (Eco-92), através da transformação do conceito de desenvolvimento sustentável em matriz de políticas públicas em todas as esferas governamentais, foi a opção do atual Governo para superar a situação de carência político-administrativa e cultural que caracterizava o Amapá.

A tomada de decisão pelo PDSA não se faz de maneira aleatória, mas na consideração das grandes oportunidades e perspectivas de desenvolvimento, incorporando padrões contemporâneos de equidade social e conservação do meio ambiente, tendo como objetivo final um processo amplo e abrangente de mudança sociais e a ampliação e democratização de oportunidades e avanços econômicos para todos os cidadãos.

Esse processo de mudanças, de superação de problemas e alavancagem para o desenvolvimento do Estado do Amapá foi assumido numa perspectiva de longo prazo, de modo a assegurar o tempo necessário para a maturação das políticas e ações governamentais e a consolidação das profundas transformações econômicas, sociais, institucionais e ambientais.

Para tanto, a política de desenvolvimento sustentável para o Estado não se limitou aos aspectos de transformação estrutural da economia e da sociedade, cujos resultados têm prazo de maturação relativamente lento. Considerando a gravidade dos problemas sociais e a profundidade das desigualdades espaciais, fez-se necessário combinar os projetos estruturadores com ações de impactos imediatos e de resultado

rápido sobre as condições de vida da população.

A adoção de uma estratégia convergente para três grandes objetivos: reestruturação e modernização da base econômica, reorganização e desenvolvimento da estrutura social e conservação e recuperação do meio ambiente, fez o Governo do Estado, nestes sete anos - 1995/1998 - implementar ações voltadas à consecução das metas preconizadas, como também ao atendimento das necessidades prementes da população, destacando-se:

a) a reforma e modernização da administração pública, possibilitando maior grau de eficiência à administração estadual e melhoria no atendimento à população em vista da melhor dinâmica, agilidade, economia, controle, transparência e maior nível de racionalidade.

b) a descentralização das atividades governamentais e a transferência voluntária de recursos do Estado para os segmentos organizados da sociedade e prefeituras municipais, com repercussão positiva no desenvolvimento de ações e no aumento da capacidade resolutiva do Estado.

c) a instituição de um organismo com o objetivo específico de formação de recursos humanos e a efetivação de uma política de desenvolvimento, com ênfase na profissionalização e valorização do servidor público.

d) o implemento de um programa de reequilíbrio financeiro, envolvendo medidas de crescimento da receita própria e racionalização de gastos públicos, que determinou a elevação da capacidade de investimento com recursos próprios e uma melhor condução da política de desenvolvimento.

No que concerne ao desenvolvimento econômico, a velha condição de mero fornecedor de matéria-prima "in natura" tem evoluído para um modelo diversificado das atividades produtivas, fundamentado na agregação de valor ao produto local, concebido segundo os princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental.



O turismo assumiu importância fundamental como atividade econômica, tornando-se uma prioridade de desenvolvimento, o que ensejou o resgate de estruturas de valor histórico, cultural e social, a revitalização de manifestações culturais, a criação de novos atrativos, além de investimentos em infra-estrutura básica e ações de apoio à formação de mão-de-obra e marketing.

No campo das relações internacionais, foram articulados importantes acordos bilaterais de intercâmbio e cooperação técnica e financeira em áreas estratégicas para o apoio do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá, destacando-se: comércio, cultura, educação, saúde, transporte e energia.

Concernente à infra-estrutura dos setores de energia, saneamento e transportes, graças à recuperação da capacidade de investimento com recursos próprios, foi possível melhorar o nível de urbanização das sedes municipais através da pavimentação de ruas e ampliação do fornecimento de água e energia elétrica em níveis superiores ao crescimento da demanda, o que representou a superação de déficits históricos nessas áreas.

No setor de serviços à população, a preocupação maior tem sido a busca da melhoria de qualidade de vida das comunidades, não somente no aspecto material mas também no sentido de sua participação no processo decisório e de execução das ações, finalizando o pleno exercício da cidadania.

Os programas de saúde destacaram especial atenção às ações preventivas, com a revitalização do programa de agentes comunitários, aumento da cobertura vacinal, melhoria das condições sócio-sanitárias e ambientais. Na ampliação e melhoria dos serviços oferecidos à população, foram priorizadas ações de redefinição do modelo de gestão e organização, de desenvolvi-

to de recursos humanos, da ampliação da rede assistencial e da dotação de equipamentos e contratação de profissionais de saúde.

O compromisso de construção de uma educação pública de qualidade, induziu ações voltadas para a valorização e capacitação profissional, estruturação e modernização das escolas, assistência ao educando, descentralização financeira, gestão compartilhada com a comunidade e melhoria do quadro nutricional, através da merenda escolar regionalizada. O resultado desse trabalho tem grande significado pelo alcance quase total da universalização do ensino no Estado e pelo nível de remuneração dos professores, além da crescente melhoria nos níveis de aprovação, contrapondo-se à redução das taxas de evasão e reprovação.

Os esforços governamentais no setor de segurança pública, com base na garantia dos direitos individuais e do bem-estar coletivo, têm-se dado por meio de ações preconizadas na mudança de mentalidade e controle da conduta policial, na integração das instituições que compõem o quadro de segurança pública e na parceria com as comunidades de bairros. Nessa direção, polícia interativa, polícia cidadã e polícia participativa são expressões que traduzem um novo perfil das forças de segurança, caracterizado pelo exercício da função de proteger a população, mediante uma consciência democrática e de respeito à cidadania.

O conhecimento científico dos recursos naturais, a busca de tecnologia para o aproveitamento e a modernização do sistema produtivo em bases sustentáveis fundamentaram as ações na área de ciência e tecnologia. Em função disso, importantes acordos de cooperação técnica e financeira foram firmados com entidades nacionais e internacionais; foram realizados investimentos em estudos e pesquisas e na formação de

recursos humanos em proporções nunca antes experimentadas. Como resultado, destaca-se o aumento da produção e utilização de fitoterápicos, a ampliação do conhecimento sobre os recursos naturais, o aperfeiçoamento de tecnologias de beneficiamento e conservação de produtos locais.

Na área ambiental, a proposta de se criar os alicerces necessários à proteção dos recursos naturais do Estado está sendo apoiada pelo Programa de Educação Ambiental, através de uma ação indutiva contribuindo para a formação de uma consciência capaz de reconhecer as irracionalidades na exploração e no uso dos recursos naturais, dotando a população de conhecimentos e instrumentais, que levem à ruptura com a chamada cultura da indigência ambiental.

As ações efetivadas no primeiro mandato de governo, com a adoção de novas práticas, valores e crenças na conformidade dos princípios de sustentabilidade, representaram os primeiros passos no sentido da construção coletiva, estabelecendo uma ponte com o futuro, ou seja, a construção dos alicerces necessários ao prosseguimento de processo de desenvolvimento.

Os resultados alcançados evidenciam os acertos das ações públicas do PDSA, colocadas em prática nos últimos quatro anos, e que se traduzem pela minimização dos problemas econômicos, sociais e ambientais preexistentes no Estado, permitindo deduzir que a eficácia dessas ações, expressa pelo nível de satisfação da população com qualidade de vida, será ampliada gradativamente, à medida que os projetos executados com o máximo de integração horizontal possam potencializar seus efeitos multiplicadores no atendimento das necessidades básicas da população.

Uma proposta de estratégia eleitoral do PSB para 2002

Carlos Siqueira – Primeiro Secretário Nacional do PSB

A importância das eleições de 2002 para o PSB

As eleições de 2002 seguramente serão um marco na história do PSB, na medida em que representarão também um momento de afirmação do nosso partido, que pela primeira vez, após a sua reorganização em 1985, lançará candidato próprio à Presidência da República. Essa será a segunda candidatura à Presidência em toda a história política do PSB. Em 1950, o Partido Socialista também teve um candidato, que foi o seu fundador, o ex-ministro João Mangabeira.

É importante realçar a dimensão política dessa candidatura, não apenas como uma questão exclusivamente eleitoral, embora inegavelmente também o seja, mas porque é o momento do partido firmar sua identidade política e ideológica, apresentando à sociedade um programa de governo capaz de reverter o quadro político e econômico em vigor e abrir caminhos para mudanças estruturais em nosso país.

A candidatura socialista será apresentada ao país numa conjuntura em que se constata de um lado, a desestruturação do próprio Estado brasileiro e a entrega a preço sub-avaliado, em um processo de privatização extremamente questionável, de empresas estratégicas para o Brasil. Por outro lado, vivemos uma imensa concentração de renda e um aumento significativo do empobrecimento de vasta parcela da população. Verificamos, também, índices de desemprego recordes, mesmo calculados pela metodologia oficial, que não é a mais confiável. A isto tudo soma-se uma completa ausência de políticas sociais eficazes e que sejam capazes, de pelo menos, minorar a situação a que foi levada a grande maioria do povo brasileiro.

Neste quadro de devastação social temos uma política de estabilidade que se transformou num fim em si mesma, atendendo de modo subserviente as políticas dos organismos multilaterais, que caracterizam uma submissão sem precedentes do nosso país à orientação desses organismos, que nada mais são do que instituições a serviço eixo Londres – Wall Street. Portanto, nesse panorama político, social e econômico em que nos encontramos é de fundamental importância que o Partido tenha uma candidatura que represente mais que um projeto meramente eleitoral.





Candidaturas majoritárias

O PSB vem desenvolvendo esforço no sentido de motivar o lançamento de candidaturas majoritárias – a governador e a senador – no maior número possível de unidades federativas, especialmente nos Estados eleitoralmente mais expressivos. Essas candidaturas, além de terem por finalidade o fortalecimento do Partido, terão seguramente condições de oferecer palanques para nosso candidato à Presidência da República e serão fundamentais para o sucesso da campanha socialista.

Neste momento, o Partido Socialista já tem a perspectiva de lançamento de candidaturas a governador em 11 Estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Amapá, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará, além de várias candidaturas ao Senado Federal. Elas contribuirão com o Partido para a eleição de bancadas mais expressivas para as Assembleias Legislativas e também para a Câmara Federal.

É importante destacar que as candidaturas majoritárias do PSB agreguem aos programas de governo estaduais, uma plataforma comum que defenda as seguintes propostas:

- 1) Defesa da soberania nacional;
- 2) Defesa do Pacto Federativo;
- 3) Política de redução das desigualdades regionais, especialmente para o Nordeste e a Amazônia;
- 4) Democracia participativa e o
- 5) Desenvolvimento sustentável

O objetivo desta plataforma comum é mostrar à população o impacto que as questões nacionais têm no âmbito dos Estados, ao mesmo tempo em que visa a unificação do discurso dos candidatos socialistas em todo o País.

De igual modo, os candidatos a deputado federal e a senador do PSB, também deverão ter uma plataforma mínima comum, com o compromisso de defender os seguintes temas:

- 1) Defesa da soberania nacional;
- 2) Defesa da integração latino-americana;
- 3) Proposição de apoio a projetos

de lei que visem a distribuição de renda e patrimônio;

- 4) Democracia participativa;
- 5) Fortalecimento do Poder Legislativo e mudanças no funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
- 6) Convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva;
- 7) Combate à implantação da Alca.

Candidaturas proporcionais

A prioridade que o Partido deve estabelecer para a eleição de uma expressiva bancada de deputados federais não é uma questão de preferência – mas uma necessidade de consolidá-lo, superando a cláusula de barreira (obter no mínimo 5% do eleitorado nacional para a Câmara Federal e pelo menos 2% em no mínimo 9 Estados).

Esse desafio não pode ser postergado para as eleições de 2004, porque deixaria o partido extremamente vulnerável a especulações sobre a sua

sobrevivência política, como ficarão, igualmente, todos os partidos que não conseguirem superar a cláusula de barreira. Nesse sentido é fundamental destacar que o critério fixado pela lei dos partidos políticos para a superação da cláusula de barreira é exclusivamente a votação para a Câmara Federal.

Além de consolidar o PSB, a superação da cláusula de barreira permitirá que a bancada socialista tenha uma influência maior nas decisões do Congresso Nacional. Com isso nosso Partido terá, também, ampliado substancialmente o seu tempo no rádio e na televisão para programas partidários e de propaganda eleitoral, com um aumento no Fundo partidário, que viabilizará a estruturação do partido de uma maneira mais eficaz.

E, mais do que isso: existe uma perspectiva muito clara, provavelmente já nas próximas eleições municipais de que tenhamos, se não totalmente, mas pelo menos em parte, o financiamento público de campanha. Esse financiamento será feito com base em um único critério: a votação de cada partido para a Câmara Federal.

É uma tarefa gigantesca, monumental sobre a qual estamos realizando uma discussão que aprofundaremos com companheiros de cada Estado, durante o VIII Congresso Nacional do PSB.

Resolução ao VIII Congresso

Proponho ao VIII Congresso Nacional do PSB que aprove uma Resolução no sentido de que os candidatos a Deputado estadual pelo partido, só tenham legenda se estiverem comprometidos - assinarem termo de compromisso que será registrado em cartório - a apoiar os candidatos à Câmara Federal.

Não nos interessa ter um candidato a deputado estadual que esteja comprometido com candidaturas federais de outros partidos, no momento em que a eleição de parlamentares federais é de vital importância para o Partido Socialista.

Política de alianças

Para alcançarmos esse objetivo e termos efetivamente uma bancada expressiva na Câmara Federal é extremamente importante que se formule também uma política de alianças, que considere as candidaturas majoritárias nacional e estaduais, mas sem perder de vista a absoluta necessidade da eleição de deputados federais.

Em muitos estados, obviamente, não teremos chapas próprias para deputados federais, mas teremos como ingressar em coligações com outros partidos, apoiando nossas candidaturas a governador e a senador, em contrapartida teremos a garantia da aliança na proporcional, ingressando numa coligação que já tenha como garantia o quociente eleitoral.

Onde o PSB ainda for um partido com certa debilidade eleitoral, ou seja, onde ainda não estiver enraizado o suficiente para ter chapa própria para deputados federais e estaduais, ele deverá integrar essa coligação, condicionando o apoio a candidaturas a governador a ter uma vaga na chapa proporcional a deputado federal.

Dessa forma, todo o partido naquele estado deverá se empenhar para apoiar um único candidato a deputado federal e elegê-lo, porque é isso que vai garantir o sucesso eleitoral, contribuindo enormemente para a eleição de uma bancada expressiva. Estes são os critérios que estamos propondo ao VIII Con-

gresso Nacional do PSB como estratégia eleitoral para o ano de 2002, com relação as eleições proporcionais.

É importante ressaltar, ainda, que na medida em que obtenhamos 5% do eleitorado nacional para a Câmara Federal e 2% em 9 Estados, isto implicará na construção de um patrimônio para o Partido Socialista Brasileiro que será de extrema importância nos próximos quatro anos.

Esta é portanto, uma prioridade da qual não podemos abrir mão, porque dela dependerá não apenas o sucesso eleitoral, mas a garantia da estrutura necessária para a consolidação do Partido Socialista Brasileiro nos próximos anos e seu conseqüente crescimento.

Diante da necessidade de compatibilizar os projetos estaduais - eleição para Governador e para a Câmara Federal - propõe-se que: as coligações, com quaisquer partidos, para governos estaduais e para a Câmara Federal terão obrigatoriamente que passar por uma discussão e aprovação da Comissão Executiva Nacional, que emitirá resolução a ser encaminhada a cada direção estadual e aos Tribunais Regionais Eleitorais, aprovando ou rejeitando as propostas de coligação. As coligações para a eleição às assembleias legislativas terão que ser aprovadas pelas respectivas direções estaduais.

Esta é uma política que o PSB levará a cabo em cada Estado, discutindo com as direções estaduais, com os candidatos a deputado estadual e federal e com os candidatos a governador, no sentido de fazer com que o nosso partido definitivamente se estruture e se estabeleça de modo definitivo com todos os benefícios decorrentes da superação da cláusula de barreira. Isto significará, seguramente, um marco na história política do nosso partido.

Bases de um projeto para um Brasil socialista

*Beto Albuquerque

Antes de falar sobre um projeto Socialista para o Brasil é preciso, inicialmente, refletir sobre a égide do pensamento que hoje domina a política e que hegemoniza a economia no país e no resto do mundo.

A globalização da economia é fato histórico. A descoberta da América já era uma expressão da globalização, a conquista dos mares já era um desejo de conquistar outras economias. Foi a globalização clássica que justificou há séculos atrás a conquista dos mares, também motivada pelo espírito de dominação e ampliação do poder.

Hoje estamos diante da mais perversa globalização, que é a globalização virtual, de especulação, do domínio monetário, a globalização financeira que coloca economias e povos submetidos a fluxos financeiros em escala mundial, capaz de quebrar a economia nacional em qualquer país em questão de instantes e desencadear processos com efeito dominó. A globalização virtual não permite aos subdesenvolvidos qualquer perspectiva de projeto, desenvolvimento. No Brasil, nesses últimos quatro meses em que nós vimos o dólar subir em relação ao real, assistimos a degradação da nossa moeda e o aumento do nosso endividamento.

Em razão dessa sinuca financeira de desvalorização do real a que fomos submetidos, a dívida brasileira, neste período, subiu 100 bilhões de dólares. Subiu de 500 para 600 bilhões de dólares em 4 meses de desvalorização. A nossa dívida, as nossas economias, a poupança, o preço do petróleo, o preço dos combustíveis, tudo está submetido à lógica do capital. Desvalorizou o real, os estados devem mais, os municípios devem mais, as pessoas devem mais, as coisas ficam mais caras e o Brasil deve muito mais.

A CPMF, tão questionada hoje no Brasil, tem uma estimativa de receita de 18 bilhões de reais por ano, portanto, em 4 meses de perda do poder da moeda nacional, foram consumidos o equivalente a 10 anos de arrecadação de CPMF. Esses são os números do grau de subserviência.

O recente acordo feito com o FMI significou a elevação do comprometimento do nosso PIB de 49% para 53%, ou seja, o total da dívida brasileira nesse momento compromete 53% do PIB brasileiro. Já estamos devendo mais da metade de tudo o que produzimos anualmente.

Hoje, 9,5% desse PIB são comprometidos todos os anos apenas para pagar os serviços dessa dívida. Isto é muito mais que o nosso país gasta anualmente com universidade pública, com saúde pública, com assistência social, previdência e com investimentos na agricultura.

*Beto Albuquerque é Deputado Federal do RS, Secretário Estadual dos Transportes do governo gaúcho, Presidente Estadual do PSB do Rio Grande do Sul e 3º vice-presidente nacional do PSB.



O momento em que vivemos atualmente é de subserviência do Brasil ao neoliberalismo, a invenção mais recente do mundo capitalista. Apenas, de 10 anos para cá, com métodos novos, com outras formas de dominação, que não apenas aquelas de transferir as tecnologias, como se fez desde o processo de industrialização. O capitalismo pensou formas de se atualizar e de consolidar a hegemonia ideológica para atingir seus objetivos. O neoliberalismo é a atualização mais recente do capitalismo. É, sem dúvida, um meio deliberado de escravização financeira de nações e povos, em uma forma muito mais audaciosa, em épocas de internet, de fazer a exploração.

Hoje a exploração financeira se faz através de um botão, e os volumes financeiros vão e vem de uma nação para outra apenas ao toque de um computador do sistema de especulação financeira, seja em Buenos Aires, ou São Paulo, seja em Santiago do Chile ou Washington, Tóquio ou Londres.

O neoliberalismo, espertamente, encontrou uma maneira de transferir o poder político do estado para a mão de poucos conglomerados ou aglomerados da política e da economia no mundo com a intenção de construir em definitivo o controle no exercício do poder político mundial.

O poder político passa a ser cons-

tituído não apenas pelo domínio tecnológico, pela produção das fábricas, mas especialmente pelo domínio financeiro e monetário, que trabalha para constituir a hegemonia do pensamento. No mundo atual estamos diante da luta entre credores e devedores.

A nação brasileira hoje é refém do mercado, mas não do mercado como se fosse livre, e sim do mercado dirigido. E o mercado não faz desenvolvimento sozinho, como pensam os protagonistas do neoliberalismo. Hoje, quanto mais crescemos na economia, mais brutalmente injustos ficamos como nação.

O professor e historiador Décio Freitas publicou ano passado um documento importante em que dizia o seguinte: "na generalidade dos países subdesenvolvidos altas taxas de crescimento econômico não se fazem acompanhar de queda da pobreza. Ao contrário, a pobreza aumenta".

Isso quer dizer que o crescimento econômico em vários países da América Latina, entre eles o Brasil, o PIB e a pobreza crescem pare e passu. Cresce o PIB, cresce a pobreza. Os índices de crescimento econômico são iguais aos índices de crescimento da miséria.

Em qualquer estratégia para reduzir a pobreza é preciso instituir uma estratégia de redistribuição de renda e riqueza, mas não será o tão falado mercado a instituição capaz de promover essa

mudança. Só o estado pode proporcionar os serviços e condições para que os cidadãos sofram menos pobreza.

A expansão da pobreza, por sua vez, é perigo altamente explosivo, não há estabilidade política sem integração e paz social.

Está claro hoje que o discurso do desenvolvimento no rumo do primeiro mundo tem promovido políticas devastadoras para o povo. Seguramente, é melhor crescer menos, sendo mais justo o crescimento.

Hoje, no Brasil, os números divulgados pelo IPEA e por vários institutos de pesquisa, que não necessariamente tem fontes relacionadas com quem pensa o socialismo, quem milita na esquerda, possuem conclusões importantes sobre a situação social brasileira. A ONU realiza análises fundamentais sobre a conjuntura do Brasil. Os dados do quadro contido neste texto demonstram a profunda distorção e contradição do nosso país. Enquanto metade da população brasileira vive na linha da pobreza e da miséria absoluta, sem as condições mínimas de vida digna, os bancos têm lucros assustadores, concentrando cada vez mais a riqueza do Brasil na mão de poucos.

É verdade que o Brasil, em tempos de neoliberalismo, fez alguns novos ricos. Mas os miseráveis já são milhões. Metade da população brasileira está entre a miséria e a renda de até três salários mínimos.

A orientação econômica do neoliberalismo determina que o povo ao aplicar seu dinheiro no sistema financeiro, o faça com juro de menos de um por cento ao mês. O sistema financeiro, ao realizar empréstimos, o faz com juro de 15 por cento ao mês.

Esta é a mesma lógica utilizada pelo capital externo ao fazer empréstimos para o Brasil.

O Brasil hoje é um país servil a esses interesses, aos ditames, metas e recomendações dessa política.

É tão refém, que na mais recente

crise energética brasileira, figuras ilustres da república, ministros, disseram que não sabiam da importância da energia elétrica para o desenvolvimento.

O neoliberalismo, ao incidir sobre nações, especialmente do terceiro mundo, como o Brasil, o Chile, o México, a Argentina, à época estrangulados por processos de descontrole inflacionário e, portanto, com abalos permanentes do ponto de vista econômico, político e institucional, logrou êxito. Estas economias desagregadas, instáveis, incertas foram escolhidas a dedo para que triunfasse a nova dominação monetária e a exploração do capital.

Nestas condições, a Argentina, por exemplo, acatou a decisão de igualar o peso ao dólar. Durante certo tempo, a Argentina pensou haver descoberto a salvação. Em seqüência, o que ficou claro é que a Argentina não tem saída como economia independente, não possui mais patrimônio e depende, a cada período, de injeções de dinheiro internacional. É uma nação cada vez mais devedora.

No Brasil, não foi exatamente a mesma fórmula; aqui não se equiparou o dólar ao real. Aqui se ancorou a economia brasileira ao chamado capital externo, que, através das altas taxas de juros, possui remuneração como em nenhum outro lugar do mundo. No Brasil, os especuladores americanos, graças à política econômica e monetária escolhida pelo neoliberalismo, têm a possibilidade de realizar aplicações financeiras em bolsas ou em letras do tesouro que rendem em um ano o que levaria 25 anos para faturar em aplicações realizadas em seu país de origem. Nós assentamos nossa política econômica, para dizermos que somos grandes, pujantes, competitivos e estamos no caminho do primeiro mundo, em capitais voláteis, que hoje estão nos bancos brasileiros, mas daqui a minutos podem estar em outra economia vulnerável. Dependemos deles e pagamos caro para que fiquem por aqui.

O Brasil, para aderir ao

neoliberalismo, teve que se adequar ao chamado "consenso de Washington". Por isso, desde Collor e hoje com FHC, identificou figuras políticas que se adequassem ao modelo de gestor desse projeto. Não bastam governantes políticos, é preciso que o governante seja um "tecnopol", um homem político e técnico e, de preferência, com origem de centro-esquerda, para que pareça moderno.

Sua mensagem deve passar a idéia de rebeldia, não de subserviência. Nessa lógica surgiu a figura do Collor, que aparentava ser um tecnopol, bem falante, sempre carregando livros, como se fosse um intelectual. Collor falhou. Ele não foi um bom gestor. Abriu a economia, mas não dialogou com o congresso e não passou credibilidade internacional, seus rompantes juvenis não garantiram ares de firmeza ao capital internacional, preparado para ancorar suas economias no nosso sistema financeiro.

Bom tecnopol tem sido Fernando Henrique, oriundo de centro-esquerda, falando várias línguas, postura majestática, vai ao mundo (por isso viaja tanto), para dizer que aqui os juros são melhores que em qualquer outro lugar.

No Brasil, criou-se o pânico da inflação como método de ascensão neoliberal. Para "combatê-la" vale tudo. Sob ameaças de retorno da inflação, como desculpa, FHC segue a risca o receituário neoliberal: privatiza as estatais brasileiras, a exemplo da Cia. Siderúrgica Nacional-CSN, privatizada ainda no governo de Itamar, quando FHC era ministro da economia e Ciro Gomes os apoiava.

Sob o medo da volta da inflação, se arrocharam salários, desvinculou-se o salário mínimo dos aposentados, entregou-se ao capital estrangeiro os setores energético e telefônico, privatizaram-se os bancos, achincalhou-se a universidade pública e, em oito anos, a DÍVIDA EXTERNA subiu de 45 para 600 bilhões de dólares.

O argumento de abrir a economia para o capital externo sempre este-

ve apoiado na idéia de que isso aumentaria a exportação brasileira. O que ficou evidente foi o contrário, cresceram as importações e isso não inibiu os países ricos de imporem medidas de contenção aos produtos brasileiros. Por certo FHC gerou muito mais empregos fora do Brasil.

Todas as medidas adotadas em outros países e no nosso levam ao aprofundamento da dependência e, portanto, hoje vivemos uma situação semelhante à de De la Rúa na Argentina e Cárdenas, no México. Ambos ganharam a eleição, mas não levaram, porque no nível de atrelamento em que se encontravam as economias desses países, era praticamente impossível reverter o quadro econômico e a deplorável miséria do povo. Sem que antes se faça o rompimento com esta lógica é impraticável sonhar com mudanças.

As nações submetidas ao neoliberalismo acabam constituindo eleições em que se ganha, mas não se leva, pois o Estado não possui mais nenhum poder político, nenhum poder decisório sobre questões fundamentais. Nada de estratégico está sob o comando do Estado.

Não adianta ganhar na política em um país onde a previdência já não seja pública, onde as universidades federais já estejam semiprivatizadas, onde o sistema de saúde já tenha sido transferido ao meio privado, onde as estradas todas, como as herdadas pelo atual governo aqui no Rio Grande do Sul, já tenham sido transferidas a iniciativa privada. A reversão é quase impossível.

Depois que vendemos a casa é preciso pagar caro para tê-la de volta. É por isso que a Vale do Rio Doce não voltará mais às mãos do povo. Todas as iniciativas no sentido de esvaziar o poder político do estado, único capaz de injetar políticas públicas importantes, dificilmente poderão ser revertidas, no caso de privatizações já consolidadas.

Ainda há tempo para refletir e chegar a conclusões que apontem não para a reforma, mas para a ruptura com o modelo econômico que aí está.

Só reformas já nos trouxeram até aqui e o projeto aqui colocado em prática é apenas das elites brasileiras.

A proposta da ALCA, onde o acordo de comércio livre serve para quem manda no processo, obviamente não abrirá o mercado norte-americano para a exportação da mercadoria brasileira. Os países desenvolvidos que promovem o discurso da abertura são os países mais fechados na proteção de

suas economias, eles ditam a sua liberdade e os nossos limites.

Não se trata, portanto, de dizer necessariamente não à globalização, o problema é como traçar o nosso destino e nos integrarmos, resguardada a nossa capacidade de soberania, de independência e de estabelecimento de uma política latino americana solidária com os demais países submetidos a essa política.

A passagem de um modelo de dependência econômica para um outro modelo, o da autonomia como nação, certamente não será tranqüila, nem fácil. Exigirá muitos esforços da população.

Trata-se de ousar pensar novos paradigmas que possam mudar o rumo da história e enfrentar o modelo econômico hegemônico e dominante no mundo.

Renda de R\$ 70,00 mensais	Renda de 1 a 3 SM mensais	Bancos-lucros do 1º semestre/2001
54 milhões de brasileiros	25 milhões de brasileiros	Bradesco: faturamento de 1 bilhão e 42 milhões de dólares no 1º semestre/2001 Itaú: Faturamento de 1 bilhão e 450 milhões no 1º semestre/2001

NOVOS PARADIGMAS

Em primeiro lugar, o paradigma do qual não é possível abrir mão: o da SOBERANIA NACIONAL. Não é verdadeiro que o mundo hoje é um só e que não existem fronteiras. As fronteiras existem, especialmente para os países subdesenvolvidos.

O Brasil, ao abrir mão de investir na qualificação dos cidadãos do país, perdeu a grande chance de estar preparado para enfrentar a questão do avanço tecnológico no mundo.

Ao entrar na lógica de que primeiro era preciso fazer crescer o bolo para depois repartir, investiu em bens materiais, e não investiu nas pessoas. Os países do chamado primeiro mundo investiram tudo nas pessoas, e depois o que essas pessoas produziram ou criaram, foi vendido como tecnologia para as demais nações.

Em segundo lugar, é preciso investir na SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL, propondo um pacto aos países com dívida externa, que somam 138 hoje

no mundo, para que a mesma seja renegociada e auditada a fim de que seja dado fôlego para investimentos sociais.

Em terceiro lugar, primordial é trabalhar pela INCLUSÃO SOCIAL, pois não há possibilidade de desenvolvimento quando metade da população vive em condições de miséria e passa fome. Lutar incansavelmente para que todos os cidadãos tenham condições de vida digna é crucial neste momento.

Fundamentalmente, o Brasil precisa traçar o seu destino ter um projeto próprio de desenvolvimento, UM PROJETO PARA A NAÇÃO BRASILEIRA, E NÃO APENAS PARA AS ELITES DO BRASIL.

1. Para se construir um Brasil Socialista é preciso um choque de compromisso social. A fome merece muitos esforços para combatê-la, tem que ser resolvida agora, pois é preciso resgatar a cidadania das pessoas. É impossível educar alguém faminto, pode-se fazer o melhor programa de educação do mundo, não se educa quem não come. O combate à fome e a miséria são desafi-

os que estão postos na ordem do dia do Brasil, do contrário somos um país em ebulição, sem paz social, sem estabilidade, sem justiça.

2. Para se construir um Brasil Socialista é preciso haver um choque de crédito, às pessoas, às empresas, e aos negócios brasileiros. Temos no Brasil 3 trilhões de PIB e apenas 15% desse valor utilizado para crédito. Não existe política para esse setor e os créditos que os nossos bancos públicos têm, não são para o povo. O papel desempenhado pelo Banco do Brasil, o BNDES, a CEF e os bancos regionais deve ser rediscutido. Até hoje essas instituições financeiras subsidiaram todas as privatizações, mas não há dinheiro para financiar a infraestrutura pública do Brasil.

Atualmente, oferecer 750 milhões de reais de financiamento barato subsidiado para uma multinacional, como a FORD, é fácil e isso é feito através do BNDES. No entanto, dar 750 milhões na construção de uma hidrelétrica é difícil. É preciso democratizar a relação das instituições financeiras brasileiras para com

cidadania. É preciso financiar o desenvolvimento e não os empreendimentos capitalistas que não querem correr riscos.

3. Para se construir um Brasil Socialista é preciso haver um choque de educação. É fundamental horizontalizar as oportunidades de ensino público em todos os níveis e, num mutirão social, erradicar o analfabetismo. É preciso garantir que todas as crianças tenham acesso à escola e garantir sua permanência. Combater a exploração do trabalho infantil e a invasão da infância através do abuso e da violência contra meninos e meninas. Não há nação que se constitua independente sem investimento na educação. Ao modelo atual serve o povo analfabeto, mais fácil de ser manipulado. Educar é construir a consciência de cidadania.

4. Para se construir um Brasil Socialista é preciso um choque de investimentos na AGRICULTURA, especialmente NA FAMILIAR. Este setor, que determina a independência de qualquer nação, sendo quem fornece alimento para a população, tem que ter apoio pleno. 70% dos alimentos produzidos hoje no Brasil são de origem da agricultura familiar. Este segmento hoje compreende os assalariados rurais, os posseiros, os meeiros, os arrendatários, sendo, portanto, um grande contingente de trabalhadores que precisa do apoio do poder público. Ter política para a agricultura significa a manutenção do homem, da mulher e do jovem no campo. Não há como enfrentar a fome sem investimento nesse setor.

5. Para construir um Brasil Socialista é necessário estar atento a questão do humanismo, dos direitos humanos, da justiça social. O Brasil perdeu a grande oportunidade há 30 ou 40 anos atrás, quando fez uma opção de não investir nas pessoas. Investir no humano, na formação e formação dos cidadãos, na formação da juventude, na qualificação,

na atualização da educação, na modernização dos pequenos também, não apenas dos grandes. Para que sejam garantidos os direitos dos homens e mulheres é preciso também investir na segurança pública, formando e remunerando agentes responsáveis por essa área, com base no respeito à cidadania.

6. Para se construir um Brasil Socialista é fazer a integração latino-americana. A união dos devedores. A América Latina deve hoje 750 bilhões de dólares. Cada latino americano deve 1500 dólares e 30% do que a América latina exporta de bens e serviços são para pagar serviços da dívida. Todos se encontram na mesma situação, é preciso buscar um novo modelo, que seja solidário e não excludente.

7. Para se construir um Brasil Socialista o modelo econômico tem que ser solidário. Dar terra a quem precisa é prioridade, é assim que se democratiza os meios de produção. No entanto, em 15 anos de luta o MST conseguiu assentar 350 mil famílias e em 8 anos de governo, FHC fez com que 900 mil famílias perdessem sua propriedade. A agricultura é uma área absolutamente vinculada a redenção da inclusão social.

8. Para se construir um Brasil Socialista a nação deve assumir como sua a tarefa de garantir os direitos básicos do povo. Não se trata aqui de fazer um debate a respeito do tamanho do estado e sim das obrigações que ele deve cumprir. Nenhum país se desenvolveu sem a presença do estado regulando a economia, cuidando da saúde e da educação do povo, garantindo a boa política de distribuição de terra, fazendo valer, através da participação política do povo, a justiça e a paz social. O apoio às pequenas e microempresas é fundamental.

9. Para se construir um Brasil Socialista é crucial adotar uma nova política fiscal. Em nosso país, ela precisa ser revista. A tributação da renda e da fortuna hoje é absolutamente desigual e

injusta. Quem muito ganha e tem, paga pouco ou nada em relação ao trabalhador. Os setores privatizados e altamente competitivos têm de ser melhor tributados, a exemplo das grandes fortunas.

10. Para se construir um Brasil Socialista deve se investir na infra-estrutura, na ciência, na tecnologia e na pesquisa que são áreas indispensáveis para a consolidação de um país diferente. O meio ambiente, sem o qual é impossível ter uma previsão de futuro em qualquer economia é algo hoje na ordem do dia, e os países que mais poluem são os primeiros a não quererem assinar acordo de preservação ambiental. Em síntese, nossa referência deve ser de desenvolvimento sustentável.

11. Para se construir um Brasil Socialista é preciso governar organizando a sociedade, estimulando a participação popular, assegurando o poder popular e garantindo a presença dos movimentos de massa nas decisões do governo. Os movimentos e a sociedade civil são a garantia principal da governabilidade, esta deve ser a aliança prioritária.

12. Para construir um Brasil Socialista, é preciso valorizar um sentimento que se deve acalantar como cidadãos, como homens, como mulheres, não apenas como militantes políticos, de que é possível viver em uma sociedade com infância digna, com juventude próspera e velhice honrada. Não creio que isso seja um sonho demasiado grande e que seja impossível conviver com o desejo de ser feliz. Este deve sim ser um desejo compartilhado por todos. Ser socialista não significa ter ódio de quem tem, mas ter amor a quem não tem.

13. Fiquemos com o Brasil da Cidadania e da participação popular, não com o Brasil do Mercado, da usura, da exploração e do endividamento, da fome e da miséria.

“Princípio da responsabilidade definida”

Deputado Alexandre Cardoso

O Princípio da Responsabilidade Definida nas normas legais é fundamental ao Controle Social, fundamental às reformas – principalmente à Reforma Tributária.

I – Introdução:

Quando a lei define que a responsabilidade é de todos, o responsável normalmente não é identificado.

A análise de nossas normas legais, principalmente no ordenamento social, permite, de forma quase invariável, a transferência das responsabilidades entre os entes federados, na execução de ações fundamentais à cidadania.

A transferência da competência tem sido, em virtude de interesses menores, utilizada de forma demagógica, para proteção de situações graves que impedem a sociedade de identificar os verdadeiros responsáveis.

O documento que se segue apresenta uma proposta que, antes de mais nada, defende responsabilidade e transparência, fundamentais aos princípios socialistas, aos que têm a democracia como forma de atuação política e, principalmente, onde a verdade e a igualdade são a base do projeto social.

II – Análise do Problema:

O PSB entende ser fundamental o enfrentamento desse modelo que permite a transferência das responsabilidades. As situações elencadas abaixo, ficam, na maioria das vezes, sem respostas e sem soluções, provocando na sociedade, não só a descrença, mas, principalmente, a desesperança, resultando no afastamento da politização.

– Meu filho não tem onde estudar!

– Eu não tenho onde morar!

– A desnutrição é grave!

– Na minha rua não tem esgoto nem água!

– De quem é o doente?!

A responsabilidade (a culpa) é do: Presidente, Governador ou do Prefeito?!

Um programa de descentralização e de redimensionamento de municípios daria aos prefeitos competência e estruturas para serem produtores de cidadania. Entretanto, nos últimos 12 anos, foi criada, no Brasil, uma situação que necessita ser discutida. Os 4.170 municípios foram transformados em 5.656, o que dá uma média de um município novo a cada três dias, de um cargo-comissionado municipal a cada duas horas, sendo estes, fatores, também, determinantes para a fixação do homem no interior. Certo ou errado, foi a única política em grande escala que diminuiu a migração para as grandes metrópoles brasileiras. A outra consequência foi a descaracterização do conceito de município, em mais de cinquenta por cento

das cidades brasileiras. Acrescentamos, ainda, que esta mesma descaracterização se estende a municípios com mais de um milhão de habitantes, onde a sociedade tem enorme dificuldade de exercer algum controle social sobre o chefe do poder executivo.

A problemática acima, juntamente com a falta de explicitação, clara, da competência dos entes federados, tem sido fator impeditivo da reforma tributária, fundamental ao processo de democratização do nosso país.

A competência para execução das políticas de ordenamento social, é dúbia, e, na maioria das vezes, seus executores têm compromissos demagógicos e irresponsáveis.

A reivindicação da competência ou a sua transferência, na existência de interesses pecuniários, chegam à Justiça. Entretanto, a solução dos problemas que não implicam aumento de receita, invariavelmente, ocorre através do compartilhamento ou transferência de responsabilidades. A dificuldade, da sociedade, em identificar a responsabilidade, gera descrença na população.

Diversos setores poderiam ser exemplos da sobreposição de competência, de transferências e de reivindicação de responsabilidades, principalmente, quando os entes federados podem privatizar e obter receitas financeiras. A escolha do setor de saneamento é em virtude de concentrar todos esses pontos.

A matéria usada como exemplo merece alguns destaques, bem como demanda a transcrição de alguns artigos da Constituição Federal e de algumas leis complementares que ajudaram, em virtude da falta de explicitação, a provocar a atual crise do setor, associada na maioria das vezes, à irresponsabilidade das gestões.

1º - Existe uma disputa entre Estados e Municípios relativa à competência sobre o setor.

2º - A matéria chegou ao Supremo, que decidiu não decidir, enquanto o poder legislativo não se manifestar.

3º - Destaque de matéria constitucional:

- Art. 23 da C.F. "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:"

•

•

•

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

- Art. 24 da C.F. "Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre :"

•

•

•

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

- Art. 25 da C.F. "Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição."

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

•

•

•

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

- Art. 30 da C.F. "Compete aos Municípios:"

I - Legislar sobre assuntos de interesse local.

•

•

Além do já exposto, utilizamos a exemplificação do saneamento, também, em virtude da atualidade da matéria, dos conflitos por que passam o setor e do enorme distanciamento das verdadeiras necessidades do homem. Queremos registrar que a política de privatização do Governo Federal, de alguns Estados e de muitos Municípios, tem ampliado a crise no setor e impossibilitado o controle social das soluções. A disputa pela competência entre Estados e Municípios, sem levar em conta os princípios da eficiência e da ética é um outro fator de complicação.

Assim sendo, o setor de saneamento é um exemplo vivo da transferência de responsabilidades, quando o problema é promover o desenvolvimento sustentável e recuperar a degradação ambiental, e de requerer responsabilidades, na hora de receber a fatura. Se tivéssemos identificado os responsáveis, de forma clara, há dez anos atrás, estaríamos com o saneamento e, por conseguinte, a saúde com dez anos de avanço. A sobreposição das responsabilidades e a transferência dessas, impediu, entre outros, o controle social, a queda dos índices de mortalidade, na verdade, fez do homem uma vítima.

III - Conclusão:

O controle social será muito mais eficaz e a participação política muito mais forte e eficiente na proporção direta da identificação do "Princípio da Responsabilidade Definida."

O Partido Socialista Brasileiro, fará valer este princípio nas suas proposituras, e em todos níveis de Legislativo, analisará mudanças que possam impedir as transferências das competências. A radicalidade tem a ver com a necessidade imediata de enfrentar um modelo que tem como princípio ocultar o responsável e promover a desesperança e a despolitização.

Os mecanismos compensatórios de Municípios e Estados deverão ser os Fundos de Participação, que em sua essência são mais democráticos e muito menos burocráticos e fisiológicos. Perseguir esse princípio é também enfrentar ações orçamentárias na União e nos Estados, que podem responder aos anseios populares, mas, na maioria das vezes, estão desconectadas com um planejamento integrado, este é o caso de algumas emendas orçamentárias.

O ente federado ao requerer ou transferir a sua competência, principalmente no ordenamento social, às vezes

acobertado pela lei, tem patrocinado na sociedade uma descrença e afetado de forma impactante o processo político e a democracia.

O PSB quer deixar claro, ao cidadão, de quem ele pode cobrar. A proposta de identificar o responsável de forma mais clara na norma legal é um caminho para a inclusão do homem neste processo. A amplitude da responsabilidade é, na maioria das vezes, efêmera, protetora de princípios não muito éticos e principalmente superficializadora do debate. A matéria coloca em pauta a transparência, a inclusão e a reforma

política. A responsabilidade pode até ser de todos, mas é fundamental que o responsável seja identificado.

O PSB desenvolverá um programa em todos os níveis, de emendar normas legais, visando a explicitação da responsabilidade dos entes federados. As novas proposituras também serão norteadas por este princípio.

O Partido Socialista Brasileiro adota nas normas legais o "Princípio da Responsabilidade Definida".

[Tese aprovada no VIII Congresso Estadual do PSB-Rio de Janeiro]

A História das mulheres no Brasil e no mundo

Mari Machado - Secretária Nacional de Mulheres

Historicamente as mulheres têm sido tratadas de forma diferenciada na sociedade. A trajetória das mulheres foi omitida pela história oficial. No entanto, muitas mulheres no decorrer da história tem lutado pela afirmação dos direitos de gênero e pelos direitos humanos. Algumas morreram em praças públicas, queimadas como bruxas. Durante muito tempo a igreja católica exerceu um papel fundamental na imposição da submissão à mulher, tanto que por longo período, e por decisão da igreja, as mulheres foram consideradas seres sem alma.

A própria revolução francesa, marco de transformação da sociedade, uma vez que alterou o modelo de organização social e econômica de uma época, foi uma revolução machista. Rousseau, pensador iluminista, marcou muito bem essa postura ao afirmar que o papel das mulheres era dar sustentação aos homens no processo de mudança em curso.

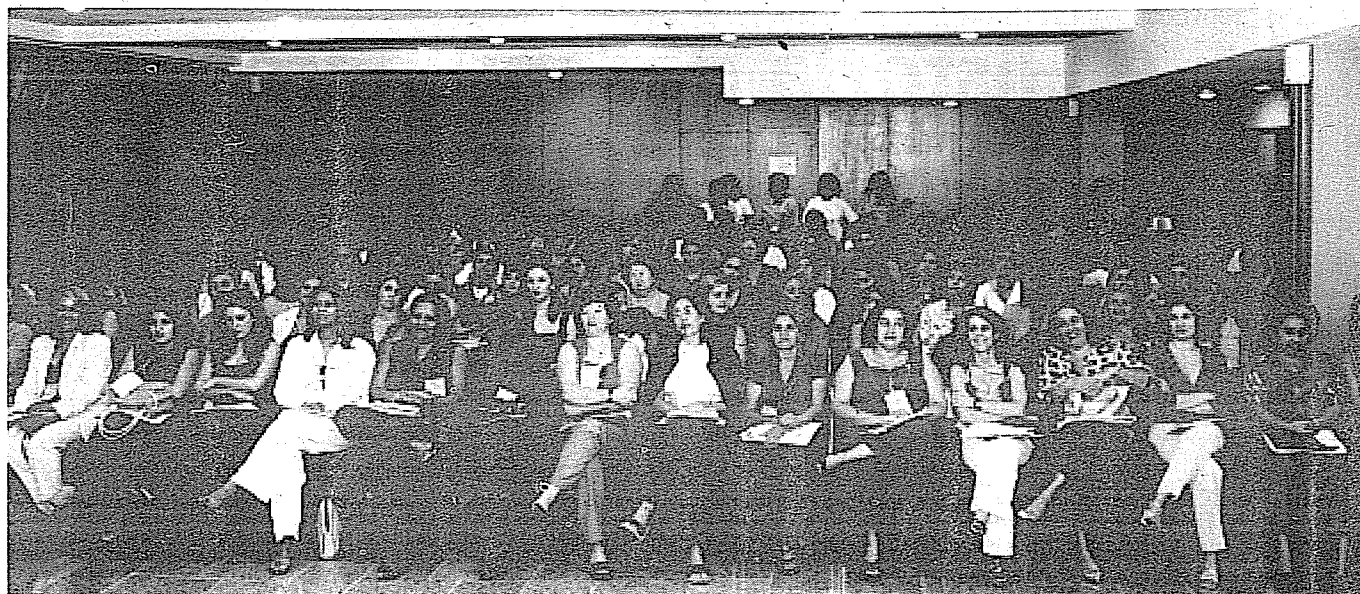


A industrialização da sociedade acabou por impor a necessidade do trabalho feminino. Com ela veio também a exploração da mão de obra da mulher que passou a conviver com a jornada dupla de trabalho, com a carga horária excessiva (16h de trabalho), a falta de creches e equipamentos sociais que possibilitassem o exercício profissional. Nesse período surge também a exploração do trabalho infantil.

No ano de 1857, no dia 8 de março, ocorre o assassinato de 129 trabalhadoras de uma indústria têxtil em Nova Iorque, data que passou a ser reconhecida como o Dia Internacional da Mulher. O final do século 19 foi marcado pela luta em prol do direito ao voto para a mulher.

No Brasil este direito foi alcançado em 1932, no governo de Getúlio Vargas. Já em 1928 as mulheres haviam votado no Rio Grande do Norte, sendo que seus votos foram cassados pelo Congresso da época. Esse Estado foi também o primeiro a eleger uma prefeita. O início do século vinte foi marcado pela manifestação formal de várias mulheres em favor dos direitos femininos, o período da década de 60, no entanto, foi o mais radicalizado da luta, quando o mundo todo passava por um processo de revolução cultural. Foi nessa época que as mulheres queimaram sutiãs nas praças e falaram em alto e bom tom sobre a desigualdade existente entre os gêneros.

A década de 70 foi marcada na América Latina pela presença da ditadura



militar em vários países. Foi, portanto, um período em que todos os movimentos foram abafados pelo poder militar e isso também se refletiu no movimento de mulheres. No entanto, o ano de 1979 foi declarado como o ANO INTERNACIONAL DA MULHER, o que possibilitou que as mulheres pudessem em todo o planeta debater seus problemas específicos, dando ao movimento uma conotação internacional.

A década de 80 foi marcada pela criação de equipamentos sociais que beneficiassem as mulheres. Foi nesse período que se criou o primeiro Conselho da Condição Feminina, em São Paulo e também se iniciou a discussão sobre a questão da violência contra a mulher. A máxima de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher" começa a ser questionada e a sociedade passou a entender que a violência contra as mulheres deve deixar o âmbito privado e sim passar a ser um debate público. Nessa década também foi realizada a Constituinte, em 88, quando a constituição passa a contemplar vários avanços na conquista de direitos da mulher. O debate promovido pelas mulheres no Congresso Nacional ficou conhecido como o "lobby do baton". A Constituição de 88 reconhece, pela primeira vez na nossa história, que homens e mulheres são iguais perante a lei.

O período dos anos 90 foi marcado pela discussão da participação da mulher na política. Passamos a compreender que não basta participar, temos que ocupar espaços de poder para ter a possibilidade de incidir nas decisões políticas do país. É marcante para o Brasil a campanha das MULHERES SEM MEDO DO PODER. Nessa época acontecem diversas conferências e encontros internacionais afirmando a perspectiva de uma luta unificada em torno dos direitos da mulher. Os direitos sobre o próprio corpo, a afirmação da necessidade de excluir a violência contra a mulher no âmbito doméstico, a luta pelo fim da desigualdade salarial, pelo direito ao emprego e fim da pobreza marcaram esta década. A Marcha Mundial de Mulheres foi emblemática e reuniu mulheres de todos os países em outubro de 2000.

Surgem organizações não governamentais e movimentos que debatem os vários aspectos da problemática da mulher, desde a questão da saúde até a questão do assédio sexual.

Iniciamos o século XXI com a política de cotas em pleno andamento. Hoje os partidos políticos são obrigados a obedecer ao critério de que nenhum dos gêneros pode ter mais de 70% das vagas nas chapas para disputas eleitorais. Sabemos que esta política afirmati-

va é direcionada para as mulheres, mas ainda encontramos dificuldade em cumprir a meta dos 30%. As mulheres ainda carregam a maior responsabilidade no âmbito doméstico e, portanto, encontram dificuldades para assumir o desafio de ser candidatas. Nossa representação é ainda de 6% no Congresso e no Senado Federal, o mesmo ocorrendo nas câmaras e assembleias.

Mas, é preciso considerar que vivemos uma conjuntura adversa, enfrentamos enormes diferenças no âmbito da sociedade.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer que a luta feminista representa uma nova forma de ver o mundo, onde homens e mulheres têm espaços iguais na sociedade e usufruem das mesmas oportunidades. Historicamente a sociedade se organizou sobre pilares machistas, onde as mulheres foram relegadas a papéis secundários e, mesmo quando foram protagonistas de fatos importantes, a história oficial omitiu.

O movimento de mulheres surge de uma forma mais organizada para justamente promover o debate com a sociedade sobre a discriminação vivenciada pelas mulheres, levando homens e mulheres a repensarem seus papéis no processo de estruturação social.

A partir do surgimento de lideranças feministas, o poder público passa a

ter uma nova preocupação: a de que a sociedade é composta de dois gêneros e que ambos tem os mesmos direitos e um não pode ser excluído para que o outro se afirme.

A sociedade patriarcal foi superada, pelas próprias condições de organização social. Foi preciso que muitas mulheres tenham sofrido, inclusive com acusações altamente preconceituosas, para que o mundo atentasse para a problemática de gênero. Hoje aproximadamente 30% das famílias são chefiadas por mulheres e nas demais situações são as mulheres que administram grande parte do orçamento doméstico.

Por que promover a discussão de mulheres em um partido político? E por que no PSB?

Sob dois aspectos é importante a interação da mulher com a política:

1. É preciso estabelecer condições para que se afirme a presença das mulheres nos partidos.

2. É preciso que os partidos adotem em seus programas políticas direcionadas para as mulheres.

Atualmente as mulheres representam 51 % da população mundial, são, no entanto, 2/3 dos pobres do mundo e também dos analfabetos.

Não podemos pensar em um novo modelo de sociedade sem olhar para a especificidade da situação da mulher, que é na maioria das vezes pobre, além de discriminada. Também é preciso considerar que é a mulher objetivamente quem pode traduzir aos partidos políticos as verdadeiras necessidades da sociedade. São elas que conhecem a carência de esgoto, de água, de luz e onde devem ser feitas as melhorias de condições de vida de uma comunidade.

As mulheres representam 49,8% do eleitorado brasileiro e a exigência de que os programas partidários de governo contemplem suas expectativas é uma realidade.

Não há debate político que possa obter real repercussão na sociedade se não contemplar o recorte de gênero.

Mas, não defendemos a militância

das mulheres em qualquer partido. Na maioria das agremiações partidárias há interesse em contemplar quadros femininos para que as mesmas sirvam de massa de manobra, uma vez que são úteis na hora de fazer a campanha política, carregar a bandeira, mas para a tomada de decisões não são chamadas.

O PSB, no entanto, tem uma outra visão. Nosso desafio de trazer as mulheres para participarem da vida partidária têm o objetivo de promover a cidadania dessas companheiras, abrindo espaços nas instâncias de decisão política, entendendo-as como agentes da construção de uma sociedade nova, incentivando suas candidaturas como forma de incidir nos poderes constituídos pela sociedade democrática.

Como vivem as mulheres brasileiras hoje?

As mulheres representam 70% da população mundial que vive em situação de miséria absoluta e são 2/3 dos analfabetos do mundo.

No Brasil, as mulheres são 50,7 % da população e representam 49,8% do eleitorado.

Educação

O nível de educação das mulheres é mais alto que o dos homens.

20,4% das mulheres concluem o ensino médio.

As mulheres são a maioria com título universitário.

A cada 100 pessoas que se formam nas universidades de São Paulo, 61 são mulheres.

De 1995 a 1999 o número de meninas fora da escola caiu de 8,8% para 3,9% (10,7% para 4,7%).

A taxa de analfabetismo entre as meninas é de 4% (meninos 7%).

Saúde

40,1% das mulheres entre 15 e 49 anos que vivem em união foram esterilizadas.

14% das gestantes não possu-

em nenhum acompanhamento pré-natal.

Um milhão de adolescentes tornam-se mães por ano.

36,4% das mulheres fazem cesárea, parto reconhecidamente traumático para a mãe e criança.

A taxa de mortalidade materna é de 134 mortes a cada mil nascidos.

Estima-se que no Brasil se realizam mais de 1 milhão e 400 mil abortos por ano.

A cada duas pessoas infectadas pelo vírus HIV, uma é mulher. Estima-se que existam 537.000 pessoas infectadas entre 15 e 49 anos. Destas, 204.000 são mulheres e 12.800 estão grávidas. Com as mulheres menores de 15 e maiores de 50 anos, chegamos a 220.000 mulheres portadoras do vírus.

Desde 1996, a AIDS é a quarta causa de morte na população de 20 a 49 anos.

Trabalho

As mulheres representam 47% da população economicamente ativa.

No entanto, o salário das mulheres é 30% menor que o do homem.

A igualdade salarial e de oportunidades acontece na faixa dos que ganham salário mínimo: 51,5% são homens e 48,5% são mulheres.

Conforme o salário cresce, cai a participação das mulheres. Entre aqueles que recebem mais de vinte salários mínimos, apenas 19,3% são mulheres. As demais 80,7% vagas, ficam com os homens.

20,8% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres.

Das mulheres casadas, 75% colaboram com 50% do orçamento doméstico.

Em 80% das famílias são as mulheres quem administram todo o dinheiro da casa.

As mulheres que recebem acima de 25 salários mínimos são responsáveis por 60% das despesas da família.

A carga horária das mulheres é 13% maior que a dos homens.

Profissões

Entre os brasileiros que declaram imposto de renda as mulheres são maioria nas seguintes profissões:

Assistente social - 97%, Fonoaudióloga- 97%, Recepcionista e telefonista- 92%, Bibliotecária e arqueóloga- 92%, Enfermeira e nutricionista- 91%, Empregada doméstica- 90%, Psicóloga- 89%, Professora- 77%, Serviço de tratamento de beleza- 71%, Advogadas- 59%, Médicas- 54%.

Empatam com os homens nas profissões:

Serventuário da justiça- 52%, Auxiliar de escritório- 51%, Técnico em biologia- 51%, Dentista- 50%, Professores universitários- 50%, Arquitetos- 50%, Artista plástico- 49%, Servidores públicos- 48%, jornalistas- 47%.

E ainda são minorias nas seguintes profissões:

Engenheiros - 9%, Agrônomo- 9%, Metalúrgico - 3%, Químico - 2%, Pedreiro - 1%, Piloto de avião - 1%, Estivadores- 0,5%, Mecânicos - 0,5%.

As mulheres são 29% dos juizes do país e já iniciam também sua entrada nos quartéis, dos estudantes que alcançaram o título máximo de aluno-coronel, nos 12 colégios militares do país, 80% são mulheres.

Violência

A cada 4 minutos, uma mulher é agredida no Brasil.

As mulheres são 63% das vítimas de agressões físicas cometidas por parentes no âmbito doméstico.

72,3% dos assassinatos de mulheres são cometidos por companheiro ou ex-companheiros.

2.500 mulheres são mortas por ano, vítimas de crimes passionais e cerca de 500 mil sofrem algum tipo de violência doméstica e sexual.

52% das mulheres inseridas no mercado de trabalho já sofreram assédio sexual.

70% dos processos por agressão sofrida por mulheres foram arquivados, a maioria por intervenção da própria agredida, que altera o seu depoimento diante da promessa do companheiro de mudar de atitude.

Em 21% dos casos de agressão, o acusado foi absolvido.

Mais de 40% da violência sofrida pela mulher resultam de lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamento e estrangulamentos.

As mulheres negras

As mulheres afro-descendentes têm uma expectativa de vida de 60 anos, seis anos e oito meses abaixo da média nacional.

Mulheres negras recebem salário 50,5% menores do que os auferidos pelas mulheres brancas

O quadro acima é resultado de uma longa pesquisa. São dados concretos da realidade vivenciada pelas mulheres brasileiras. Portanto, como partido que luta pelo fim da desigualdade social é preciso que o PSB incorpore em seu programa de governo, políticas públicas que determinem o fim da desigualdade entre gêneros.

As mulheres socialistas, durante o período de julho a outubro de 2001, realizaram um intenso debate em torno de propostas a serem encaminhadas ao programa de governo do PSB. Queremos inserir no nosso debate políticas públicas para as mulheres, que contemplem a questão da saúde, do trabalho, da geração de emprego e renda, da violência contra a mulher, do mundo do trabalho.

Saúde

1. Criação do Conselho Municipal de Saúde

O Governo Socialista deve fortale-

cer o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, alterando a sua composição e tornando-o efetivamente representativo da sociedade civil, em especial dos movimentos de mulheres. O Conselho deve servir como estimulador da criação dos demais conselhos, previstos constitucionalmente, em especial do da saúde.

2. Proposição de política de prevenção à gravidez precoce.

O governo federal deve chamar para a si a instituição de programa específico que combata a gravidez na adolescência, que deve passar pela reorientação do currículo escolar, contemplando a educação sexual e formas preventivas de evitar a gravidez. Deve possibilitar o exame pré-natal de forma ampla e gratuita, nos hospitais públicos, com prioridade as jovens, com a devida orientação psicológica.

3. Criação do programa de saúde nos bairros com agentes de saúde.

A exemplo do que ocorre em outros países, a medicina deve ser utilizada de forma preventiva, criando a figura do médico do bairro, que estará próximo da realidade vivenciada pelas mulheres.

O investimento no saneamento básico causa principal das doenças entre a população pobre, merece tratamento específico junto aos governos municipais.

4. Estabelecimento de política de prevenção do câncer de mama e de útero, bem como tratar a especificidade das mulheres portadoras do vírus HIV.

Democratizar o acesso a exames preventivos, através do fortalecimento do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, inclusive com a reserva de leitos em hospitais públicos para mulheres vítimas de câncer e AIDS.

Programas de divulgação via mídia e nas escolas devem ser considerados, uma vez que existem muitas mulheres em condições precárias de informação.

5. Regulamentar a legislação que prevê o atendimento em hospitais públicos para os casos de aborto previstos em lei.

6. Criação de Centros de Referência para as mulheres com acesso fácil à documentação, atendimento médico, psicológico, etc.

Através de convênios com as prefeituras, criar espaços de atendimento às mulheres que abranjam desde a saúde até a documentação das cidadãs brasileiras.

7. Manutenção do direito à Licença maternidade.

Nosso governo deve assumir uma posição clara a este respeito, posicionando-se internacionalmente favorável à manutenção do direito à licença maternidade, considerando inclusive que o aleitamento materno é fundamental para a saúde do bebê.

Deve estimular também a criação de bancos de leite para as mães impossibilitadas de amamentação.

8. Estabelecer programa de atendimento à saúde mental da mulher, especialmente as que sofrem trauma decorrente de violência.

Educação

1. Acompanhamento da organização curricular nas escolas públicas municipais, como forma de evitar a afirmação da discriminação contra a mulher.

2. Qualificação profissional das mulheres através de cursos especiais.

3. Creches públicas e de qualidade.

4. Combate à discriminação nos materiais didáticos escolares.

Violência

1. Luta pela manutenção de de-

legacias ou postos para a mulher nos municípios.

É preciso que o nosso governo assuma do compromisso de ampliar significativamente o número de delegacias da mulher, como forma de inibir a violência de gênero.

2. Qualificação dos profissionais que atendem nas delegacias de mulheres.

3. Criação de Casas de Apoio para mulher vítimas de violência.

A mulher vítima da violência doméstica precisa ter uma alternativa ao deixar o lar e seu agressor. As casas de apoio têm o papel de oferecer suporte psicológico e alternativa de trabalho para que essas mulheres possam sair do círculo da violência.

4. Combate ao assédio sexual normatizando penalidades dentro do espaço do poder público municipal, estadual e federal.

5. Combate ao tráfico de mulheres.

Através de políticas claras de combate ao turismo sexual, no que nossa legislação é permissiva e omissa.

6. Combate à exposição negativa de imagem da mulher na mídia.

Trabalho

1. Qualificação profissional da mulher.

Criação de programas específicos de formação profissional para mulheres. O espaço hoje ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho não representa efetivamente o nível de graduação e capa-

cidade das mulheres, percebemos salário menor que o dos homens e os programas de qualificação profissional são direcionados para os homens.

2. Programa específico de emprego para mulheres chefes de família e mães solteiras.

3. Fomento de cooperativas como forma de geração de emprego e renda.

4. Combate à discriminação da mulher na hora de disputar uma vaga de emprego.

5. Combate à diferença salarial entre homens e mulheres (atualmente de 38 %).

6. Criação de bolsas de emprego para mulheres, através de convênios com empresas e instituições.

7. Readequação da jornada de trabalho para as mulheres, que cumpram com mais de uma jornada.

8. Manutenção do direito ao descanso semanal para os trabalhadores.

Habitação

1. Criação de Programas de Habitação para mulheres chefes de família e mães solteiras.

Esta tese se propõe a servir de base para o debate a realizar-se no Congresso Nacional de Mulheres e no Congresso Nacional do Partido. É um documento a ser qualificado na discussão política com homens e mulheres do partido, todos os que se entendem comprometidos com a construção da sociedade socialista.

A Questão Internacional

Emílio Diniz – Membro da Executiva Estadual PSB/RS

1 – A política internacional é marcada pelas iniciativas e ordens do grupo dos oito G-8 (EUA, Japão, Canada, Alemanha, Itália, Holanda, Suécia) que são as sete nações mais ricas mais a Rússia. Este quadro é o resultado de uma estratégia de hegemonia que iniciou no pós-guerra e que se mantém até os dias de hoje, muito mais fortalecido após 1989/1990 com o fim da guerra fria.

2 – Contudo, o exercício da hegemonia política dos últimos dez anos (1990/2000) de aprofundar a globalização nos países dependentes só fez agravar o fosso dos miseráveis e aviltar mais a acumulação da riqueza. Hoje 10% da população do planeta detém 70% da renda embora a produção de alimentos seja mais do que suficiente para alimentar adequadamente os 6 bilhões de seres humanos, mais de 1 bilhão de pessoas continuam a padecer de fome endêmica.

3 – Não se trata por sermos contrários a globalização, é um fenômeno tão antigo quanto a história. Ganhos de escalas, expansão de mercados, difusão de culturas e tecnologias, acesso aos meios para pesquisa, divisão de custos são algumas das suas características econômicas.

4 – Seu maior dilema encontra-se na área social. A mundialização leva mais prosperidade às nações desenvolvidas, mas seus efeitos às nações sub-desenvolvidas são escandalosos, fazendo com que esses povos sofram de forma crônica com a pobreza, a doença e a ignorância. Devido a implantação da globalização ocorrer sem tomar conhecimento dos impactos negativos sobre estas nações, e pela cultura da subserviência das elites políticas locais.

5 – O grau de dependência dos países sub-desenvolvidos é crônico e não existe expectativa de auto superação desta dependência em consequência da volumosa e impagável dívida externa. O crédito junto aos países ricos funciona como uma arapuca, em que sua concessão ocorre mediante "acordos" geralmente de exigências de redução dos investimentos públicos nas áreas sociais o que agrava a qualidade de vida das populações terceiro mundistas.

SOBRE A DÍVIDA EXTERNA

1 – A dívida externa dos países é pauta em todas as reuniões do G-8. A crise da dívida externa do terceiro mundo é o testemunho do fracasso dos empréstimos aos países mais pobres, desde a década de 60, especialmente à África.

2 – Dois anos atrás, em Colônia, na Alemanha, o G-7 lançou o que é hoje a principal resposta oficial à crise da dívida, um programa de cancelamento cha-

mado "Iniciativa da dívida para os países altamente endividados". Nos dias 20, 21 e 22 de julho de 2001, na reunião de cúpula dos G-8, o presidente americano, George Bush, um populista à Reganóide, defendeu o desbolsa do Banco Mundial de 50% dos seus recursos para as nações mais pobres, sob a forma de subvenções ao invés de empréstimos.

3 – Segundo RODDMAN, David Malin, autor de *Still Waiting for the Jubilee: pragmatic solutions for the third world debt crisis*. "Qualquer programa pragmático para resolver a crise da dívida e evitar outra deve encarar três realidades:

1 – A maioria das dívidas nas nações mais pobres nunca poderão ser pagas.

Consequências: as alegações que credores, como o Banco Mundial, não tem condições de cancelarem um volume maior de dívida são, em grande parte, discutíveis. O cancelamento de dívidas impagáveis é tanto inevitável quanto não dispendioso. Mas, do mesmo modo, o cancelamento de dívidas que nunca serão pagas não liberará recursos para combater a AIDS ou educar crianças como muitos ativistas sugerem;

2 – "Amarrar" condições ao alívio da dívida ou a novos empréstimos raramente funciona.

Consequências: a obrigatoriedade de destinar economias oriundas do alívio da dívida para o combate da pobreza ou da AIDS pode soar bem, mas provavelmente não funciona tão bem assim. Países como Uganda e Gana, relativamente comprometidos à aplicação responsável de qualquer economia real, provavelmente o farão mesmo sem pressão externa. E os países descompromissados provavelmente não aplicarão o dinheiro tão bem, independente das promessas que forem exigidas em troca do cancelamento da dívida.

3 – "Para cada mau tomador existe um mau financiador", Anwar Ibrahim, ex-primeiro ministro assistente da Malásia, preso.

Consequências: financiadores e tomadores são igualmente responsáveis pela crise da dívida do terceiro mundo. Os financiadores, incluindo todo G-7, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, também merecem escrutínio intenso e precisam se submeter a uma reforma completa. No Banco Mundial e em outros bancos de desenvolvimento, por exemplo pressões interna para emprestar incentiva muitos executivos a se preocuparem mais com a concessão do empréstimo do que com a boa aplicação dos recursos, uma receita segura para problemas como a dívida. Sem reformas do lado credor, a crise da dívida do terceiro mundo persistirá e se repetirá.

ROODMAN, propõe uma terceira via para a dívida do terceiro mundo, tomando as seguintes medidas:

1 – Uma autoridade independente, internacional avaliaria quanto da dívida de cada país é impagável. Cancelaria esta dívida imediatamente e incondicionalmente, esta ação seria fruto de realismo e não de generosidade ou caridade.

2 – Os credores cancelariam dívidas consideradas pagáveis, numa base mais seletiva. O cancelamento de toda a dívida dos países que demonstrarem compromisso com reformas liberaria recursos valiosos para ajuda aos pobres.

3 – Financiadores multilaterais, como o Banco Mundial, reformariam sua administração, a fim de reduzirem as pressões por empréstimos.

4 – Governos de países ricos que garantem financiadores multilaterais pressionariam estas instituições à reforma, ao privilegiarem aquelas que já tenham dado início ao processo de reforma.

5 – Governos e financiadores multilaterais emprestariam menos aos países mais pobres e subvencionariam mais.

4 – Mas o que dizem é bem diferente do que fazem, desde a posse de George Bush na presidência, no comando da economia do maior acionista do

fundo instalou-se um bando de durões republicanos que não abrem a carteira facilmente e acham que, no trato com países em desenvolvimento, parcimônia na concessão de empréstimos e rigor na cobrança de promessas não faz mal nenhum, muito pelo contrário o objetivo é exigir, vendas das estatais e enxugamento da máquina pública.

5 – Por enquanto as diretrizes defendidas pela equipe de Bush parecem estar indo ao encontro dos objetivos dos diretores do FMI, Horst Köhler, um alemão que foi colocado no cargo por obra de um lobby europeu. Desde sua posse, há quase um ano, ele defende a concessão de pacotes de ajuda mais eficientes, com empréstimos de menor volume, sujeitos a condições que possam ser efetivamente cumpridas. Mas o próprio Köhler entende que é impossível esperar que passes beneficiados por ajuda financeira possam atingir metas acertadas como o fundo sem dispor de tempo para construir apoio político a medidas impopulares.

6 – No entanto existem previsões que a desaceleração da locomotiva americana se aprofunde e que o vôo de sua águia já é mais raso em função de suas asas andarem aparadas. Em 2000, a economia européia cresceu 3,4, maior índice em 17 anos. O desemprego que vinha cravando 11% na média do bloco, baixou piedosamente para 8,7%. Desempenho ainda bem abaixo das médias anuais americanas de 1996/2000: de 4,6% na produção e de 4,1% no desemprego.

7 – Em processo de convergência macroeconômica, forçados pelo advento da moeda única (EURO), os europeus deram de fazer a colheita, ainda que tardia, dos frutos da mesma sementeira da economia americana desde meados dos anos 80. Os europeus dizem que a década de 70 foi a do Japão, a de 80 a da Ásia, a de 90 a década dos Estados Unidos e de agora em diante será a década da Europa.

8 – Para isso contam com modernização tecnológica, revolução adminis-

tiva, flexibilização regulatória, competição estimulada, descompressão tributária, saneamento fiscal e fechando a roda desvalorização do euro frente ao dólar. Os europeus dispõem de um sistema bancário mais sólido que o dos americanos. Lideram a explosão da telefonia celular em todo mundo. A Airbus acaba de igualar a Boeing no mercado global de jatos de passageiros, as montadoras européias recuperam mercados perdidos para os japoneses e coreanos.

9 – A desvantagem européia maior, esta menos na inovação tecnológica e mais na produtividade do trabalho. , esta cresce 3,1% nos Estados Unidos e nada além de 0,7% na Europa. A sociedade européia não se deixou ficar refém do efeito riqueza pobreza das bolsas de valores. As famílias americanas têm perto de 2/3. Culturalmente, o europeu coloca a poupança à frente do consumo e do crédito.

10 – Mas todas as discussões, da cúpula do G-7 passou a ser a crise Argentina, literalmente quebrada, a Argentina nada mais é do que o laboratório de testes do modelo de globalização, diga-se de passagem, que todas as experiências realizadas, fracassaram terrivelmente levando a cúpula a se debruçar sobre livros de economia para encontrar solução já nem pensando tanto na Argentina, mas para evitar o efeito cascata e que o Brasil fosse atingido em cheio,

11 – Enquanto a cúpula do G-8 a cada fórum que realizam, exaltem as virtudes da mundialização, eles são obrigados a reunirem-se cada vez mais fechados e mais protegidos por forte aparato militar, isolados num mundo fictício que só eles acreditam. Do lado de fora milhares de pessoas, militantes de ONGs, sindicatos, ecologistas, formam a nova categoria de lideranças, resistência e oposição às políticas tratadas, foi assim nos últimos dois anos em Bonn, Haia, Washington, Davos, Canadá, Colônia e recentemente em 20, 21 e 22 de julho de 2001 em Gênova. Os movimen-

tos confrontaram com um grau de hostilidade e radicalismo dignos de praças de guerra, para marcarem a contrariedade com as políticas destrutivas do meio ambiente e da exclusão social, inclusive com a morte de um militante, assassinado por um tiro da polícia. A nível internacional inexistia uma força partidária capaz de articular uma oposição além fronteiras, esta é a lacuna que fica para o PSB ajudar a desvendar.

CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA E A QUESTÃO DO PODER

1 – O caráter da transformação a ser realizada no Brasil é decorrência de uma análise concreta da sociedade, de sua estruturação econômica, de sua formação política e social, e das tradições culturais.

2 – O Brasil é hoje um país capitalista monopolista dependente. Em que pese as desigualdades regionais e os bolsões de organização da produção com precária utilização das forças produtivas, o capital monopolista faz girar em torno de si toda economia e detém as posições-chave nos sistemas de produção, de distribuição e de créditos. No interior do bloco monopolista, o capital estrangeiro ocupa a posição hegemônica, associado ao grande capital nacional. Além disso, a economia brasileira alcançou um alto grau de integração com o mercado globalizado.

3 – Apesar de apresentar um alto grau de desenvolvimento capitalista, as elites brasileira no Brasil não conseguiram, como ocorreu nos países capitalistas centrais, resolverem um conjunto de contradições que dilaceram a sociedade, São eles : a dependência externa, que ressalta não apenas no plano financeiro com dívida externa, mas no campo da dependência tecnológica e no fato de que setores mais dinâmicos da indústria estão sob o controle do capital externo, a questão agrária, em função do fato de que a penetração da globalização no campo se sobrepôs e aprofundou a

enorme concentração fundiária já existente, criando uma massa de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego, submetidos a uma condição brutal de empobrecimento.

4 – A tese que desenvolvo é de que “estamos encerrando um ciclo do desenvolvimento brasileiro, do modelo democrático e das organizações partidárias”, que tiveram início em 1979 com a vitória da anistia, das meias liberdades de organização partidárias, meias porque elas só foram se completar em 1985, com liberdade dos PCs e o PSB, e do movimento pelas DIRETAS JÁ. Passando pela conformação da Frente Popular. Portanto, encerramos um período histórico de 22 anos que culmina, com o ressurgimento do movimento operário brasileiro, o fim da ditadura militar num processo conhecido por LENTO, GRADUAL E SEGURO, o início da nova república de Sarney, Collor até os dias de hoje com FHC.

5 – O novo governo a ser eleito em 2002, obrigatoriamente terá que optar em romper com o atual modelo de desenvolvimento centrado na exportação, invertendo para um desenvolvimento do mercado interno. Nós temos sol, água, terra, temos um parque tecnológico que vai da pequena esquadria de fundo de quintal até a produção de chips de última geração. Temos uma crise de emprego enorme e também temos uma demanda por alimentos, sapatos, camisas, etc. artigos de limpeza, por escola, por saúde. Não precisa ser gênio para saber o que precisa ser feito. Não esqueçamos que somos um mercado de 180 milhões de brasileiros. Se tem fatores de produção disponíveis, recursos humanos, tem demanda para aquilo que vai ser produzido, tem técnica disponível. A questão é de opção política.

6 – O Plano Real vive sinteticamente. Quer dizer, tem duas grandes possibilidades, nós vivemos uma situação de grave desequilíbrio macroeconômico. É claro que o FHC não vai dizer isso, nem o Malan. Mas no nível do de-

bate técnico, entre profissionais da economia, mesmo técnicos do governo reconhecem que a situação é grave. O verdadeiro debate portanto não é esse se o último empréstimo de 15 bilhões feito pelo FMI, dá estabilidade ou não dá. Esse debate não existe em termos técnicos. Só existe em termos políticos para efeito da opinião pública.

7 – O verdadeiro debate técnico é o seguinte: se a situação de desequilíbrio macroeconômico atual nos conduz ao aumento de crise cambial, ou se o governo esta atento para estruturar a economia brasileira e transforma-la numa grande plataforma de exportação. A aposta do governo é essa, porque a lógica de crescimento dos neoliberais é a exportação.

8 – A minha opinião é de que eles não terão tempo de operar esta transação antes do pleito de 2002. Como já manifestei no primeiro parágrafo, eles já perderam esta batalha estratégica. O plano Real não tem um ponto estratégico para atuar. Nós caminhamos para que esta crise cambial se aguce cada vez mais. O prazo disto estourar pode ser dezembro ou pouco mais adiante, abril ou maio. Mas é um prazo desta ordem. Se vier esta crise cambial, nós vamos conhecer uma crise que o Brasil nunca conheceu.

10 – Uma sociedade com o nível de desigualdades que já temos, se eles conseguirem operar esta plataforma de exportação e reconstruir o equilíbrio macroeconômico, qual é a consequência disso para a sociedade brasileira? Os setores dinâmicos da economia vão produzir cada vez mais os produtos que os países ricos querem consumir. Esta produção tem que ser feita com alta tecnologia para enfrentar a concorrência internacional. Se você opta por uma economia de exportação você vai disputar com Taiwan, com a Coreia, com o Japão, com a Alemanha. Então não tem jeito tem que usar alta tecnologia. Isso significa o que? Cada vez mais a produção se desloca dos trabalhadores, cada vez menos o setor moderno emprega.

11 – Se o modelo deles der errado, como vem dando, nós vamos Ter a soma da grande crise com a crise econômica da globalização. Se o modelo deles der certo, teremos um neoliberalismo que vai impulsionar uma sociedade muito mais desigual desta que nós temos hoje. Aqueles elementos que agiam no sentido de diminuir as desigualdades; rápido crescimento econômico, escola pública, aumentos de emprego nos setores modernos, etc. São cartas fora do baralho. Se voltar a funcionar, funciona com baixo crescimento, porque o multiplicador da exportação é pequeno. Ele funciona sem gerar emprego nos setores modernos e sem produzir nenhum contexto no serviço público de qualidade por que estão pendurados com os juros da dívida. Portanto, os mecanismos de mobilidade social ascendentes estão eliminados neste cenário, que mantém o país numa crise social profunda.

AS NOSSAS ALTERNATIVAS

1 – As elites brasileiras configuradas a partir do pós-guerra não concebem o Brasil como nação, pelo contrário elas trabalham pela negação da nação, enquanto tal, ou seja eles constroem a não-nação, pois elas a tem meramente como um mercado. Portanto, precisamos desconstituir o governo e os candidatos que representam estes interesses derrotando nas urnas em 2002, elegendo um novo governo com as rupturas necessárias para iniciar um “desenvolvimento que priorize o mercado interno”. E dê início a um novo ciclo histórico para o Brasil.

2 – É necessário que paramos de discutir a economia com os olhos dos economistas. Precisamos parar de discutir a economia do ponto de vista das grandes empresas do setor financeiro e do setor industrial. Nós temos no Brasil um parque diversificado da produção que tem sido a força motriz das sustentação de emprego e da produção para o público interno. E é para este setor que

devemos nos voltar e com os quais estabeleceremos uma parceria estratégica.

3 – Nós temos problemas sim, e graves, mas que num contexto político de opções interna tranquilamente num curto espaço podemos superar. Se dermos uma olhada em outros países veremos um cenário muito mais complexo em termos de alternativa, se não vejamos: tem países que estão em regiões do mundo conflagradas, tem países que 95% da sua população é analfabeta, tem países que não tem água doce, tem países que tem gente demais, tem países que tem gente de menos, tem países que não tem indústrias, tem países que não tem recursos naturais, tem países que não tem território, tem países divididos internamente por conflitos históricos dificilmente solucionáveis, porque tem raízes lá no passado, parte da população fala uma língua, outra parte fala outra, outra fala outra. Parte da população tem uma religião, outra tem outra e se odeiam entre si. Este tipo de problemas levam os países a grandes impasses.

4 – A gora vamos olhar para o Brasil. Nós não temos nenhum problema deste tipo. Nosso povo tem um altíssimo grau de unidade cultural e lingüística. Não tem nenhum grupo no Brasil que possa reivindicar para si uma legitimidade extranacional, todos somos brasileiros, todos se reconhecem como tal. Nós temos um imenso território, possivelmente o melhor do mundo, um território que tem recurso do passado, minérios, tem os recursos do presente, terra agricultável e tem recursos do futuro. O Brasil é o primeiro no mundo em biodiversidade. O território brasileiro é aquele que abriga a maior quantidade de espécies vivas do planeta.

5 – E a direção do progresso do século XXI aponta para uma crescente importância da farmacologia, biotecnologia. A nossa base produtiva é a melhor do terceiro mundo. O Brasil foi o único país do terceiro mundo a completar o ciclo de industrialização. Nós temos uma indústria completa, que inclui dentro do nosso território as fábricas que

constróem as fábricas. Nós temos setor de bens de capital, nós temos uma agricultura, que é um potencial extremamente dinâmico. Portanto, reunimos todas as condições de optarmos por uma outra via a da reconstrução nacional para que o nosso povo possa ser auto-construir como nação.

6 – Reunimos todas as condições de darmos um passo nesta direção, em vários momentos da nossa história, nossas elites se acovardaram nesta perspectiva, preferiram se aliar ao capital estrangeiro, perderam. Só os trabalhadores e todo o povo brasileiro unido, pode tomar para si esta missão, caso contrário o Brasil volta a ser colônia. Mas quando olhamos para o Brasil, nosso povo, nossa posição no mundo, podemos afirmar que somos abençoados pela mãe natureza, há países que vivem, pela fatalidade geográfica, zonas de terremoto, vulcões, ciclone, posições muito complicadas, estão em áreas de guerras permanentes. Ou países muito pequenos que são permanentemente ameaçados pelos seus vizinhos. A nossa situação é privilegiada, nós somos um país líder de um continente, nenhum vizinho nos ameaça e nem nós também não ameaçamos ninguém, porque não temos ambições expansionistas. Por esse lado também obtemos êxito, pois o Brasil arrasta atrás de si um continente inteiro, que é um continente extremamente viável, pois tem as mesmas características do Brasil.

7 – O Brasil é viável, esse povo e alternativa, esse país tem alternativa, nosso povo é a alternativa. Mas isso passa por reconstruirmos nosso plano histórico. As elites tem alternativa fora da nação, fora do processo de construção nacional, claro eles não precisam de saúde pública, escola pública, de emprego, da justiça e da cidadania. Sua formação se faz em escala internacional, seus filhos estudam no exterior, todos tem planos de saúde privado. Quem precisa de emprego, cidadania que funcione, da economia que gera emprego, que a base produtiva não os enfraqueça, que a escola exista para todos, que a saúde pú-

blica funcione é o nosso povo, por isso temos que tomar e nossas mãos o destino do Brasil que ainda é nosso.

OS IMPASSES A NOSSA ALTERNATIVA

1 – Dá-se da seguinte maneira: olha, vamos nos estabelecer aqui em silêncio, porque isso não precisa ser falado, o sistema financeiro que está aí é esse mesmo, ninguém vai fazer reforma nisso não. A estrutura agrária é esta mesma, não pode fazer reforma agrária. As relações internacionais do Brasil são essas aí, tem dívida externa, tem FMI, tem Banco Mundial, isso não pode ser mexido. Os meios de comunicação de massas estão aí e são esses mesmo. A concentração da riqueza é essa.

2 – Aí, entra uma parte da esquerda discutindo alternativas aceitando estes pressuposto, e aí vão discutir a macroeconomia. Conforme o Lula tem expressado, se a taxa de câmbio tem que ser um pouco maior ou pouco menor, se dá ou não para mexer no juro se vamos continuar pagando a dívida externa, se vamos manter a CPMF, se vamos criar um imposto sobre os usuários de restaurantes, etc. Discutem aquele brasilzinho medíocre, que é o das elites e deixamos para trás o brasilão que tem povo, território, técnica, cultura, unidade, posição geográfica, e muito mais, etc. É assim que vai se dando nossa submissão e dependência.

3 – O bicho papão que as elites nos ameaçam o tempo todo é do isolamento internacional do Brasil. “Olha se não fizer o que o FMI mandar, se tirar o Malan, se tirar o Arminio Fraga, o Brasil fica isolado do mundo”. Isso é nos Ter por tupiniquins. O Brasil é um país que lidera um continente, faz fronteira com 11 dos 13 países deste continente, é o maior parceiro comercial de todos esses países, o Brasil remete 20% das suas exportações para a América do Norte, cerca de 20% para a Europa, 18% para a Ásia. O Brasil é o segundo maior país no mercado de soja, é o primeiro no mi-

nério de ferro, somos o segundo maior mercado de jatos executivos e helicópteros, segundo em telefones celulares e máquinas de fax, quarto em refrigeradores, quinto em CDs e terceiro em refrigerantes. Com mais de US\$1 trilhão em poder de paridade de compra. A economia brasileira é o dobro da Russa, tão grande quanto a da China, e duas vezes maior que a da Índia. Nossa economia é a Quinta do mundo depois dos EUA, China, Japão e Alemanha. Mais de 40% dos usuários de internet da América Latina estão no Brasil, número que representa o dobro dos usuários do México.

4 – Em síntese, apesar das condições de miserabilidade de nosso povo, das enormes desigualdades, podemos afirmar que somos um país rico, cheio de potencialidades e com capacidade para um novo ciclo produtivo. Vocês acham que é fácil isolar o Brasil? Vamos isolar o Brasil, só sobra a soja americana e é a soja que alimenta os rebanhos da Europa. Vocês acham que a Europa vai entrar nessa? O que move a siderurgia japonesa é o minério de ferro do Brasil. Os japoneses não vão gostar, eles precisam mais de nós do que nós deles. O Brasil é um grande parceiro, nosso país não é isolável.

5 – Então é preciso OPTARMOS outra vez, em investirmos na nossa grandiosa matriz estrutural que é a nossa alternativa: território, recursos, indústria, tecnologia, população, agricultura, unidade e educação. Mas de onde virá o dinheiro para este financiamento? Virá justamente daquela fonte que realimenta nossa dependência, nossa submissão que é a dívida externa. Bem nós talvez não saíamos dizendo que não vamos pagar, mas em primeiro lugar queremos uma AUDITORIA, depois de apurarmos detalhadamente o que já foi pago o que são os juros reais, se ainda existir dívida nós vamos discutir a renegociação e a forma de pagar, uma auditoria nestas características deve levar de 4 a 5 anos para se concluir e neste período evidentemente ficam suspensos todos os pagamentos. Isto nos permiti-

rá tomarmos um grande fôlego para o financiamento interno, ao mesmo tempo em que estaremos desferindo uma ação de independência, enfraquecendo o elo mais dinâmico que alimenta toda a cadeia imperialista que é a cobrança da dívida externa dos países pobres.

6 — É preciso OPTARMOS em termos de candidatura própria para as próximas eleições e a candidatura de GAROTINHO é sem dúvida alguma a possibilidade de despertarmos a sociedade brasileira desses graves problemas acima apontados, bem como a candidatura capaz de mobilizar milhões de brasileiros nesta perspectiva de desenvolvimento que propusemos acima, a candidatura GAROTINHO é limpa, nova, experiente, para iniciarmos um novo marco histórico no nosso país.

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PSB

1 — Hoje o PSB é uma realidade política, tem bases sociais e eleitoral, com caráter nacional, é uma força concreta e tem capacidade própria de mobilização social. Atua no parlamento e se expressa no campo institucional com propostas e programas. Ao mesmo tempo são evidentes as limitações de nossa organização partidária, de nossas instâncias e quadros dirigentes, ainda não temos uma tradição de debatermos temas até sua exaustão em nossas reuniões. A cada dia aumenta nossas tarefas políticas em decorrência do aumento de nossa base social. Enquanto isso nossa estrutura não responde as demandas que temos hoje.

2 — O Partido Socialista Brasileiro necessita afirmar sua posição de partido político que é socialista, autônomo, e independente frente a outros projetos e exclusivamente fiel a seu manifesto e programa, buscando implantar-se em todas as cidades e estados da união, bem como entre os setores sociais, com a finalidade de se tornar poder político em todas as esferas.

3 — Esta síntese implica em que

cada filiado militante do PSB tome consciência de si mesmo, para se tornarem sujeitos históricos num processo de transformação que colocará o PSB no centro das decisões políticas e do poder, é necessário que cada militante saiba que o inter-relacionamento homem-sociedade é um processo natural e que a busca pela ascensão ao poder é uma aspiração vocacional e cultural milenar do ser humano.

4 — Desse modo o êxito do PSB num projeto de construção partidária deve ter como eixo central a busca do poder político. Para isso devemos construir uma nova estratégia de crescimento e implantação nos locais onde ainda não temos vida orgânica.

5 — Um projeto socialista democrático e humanista só poderá ser vitorioso a partir do envolvimento e engajamento de milhões de cidadãos das mais diferentes categorias profissionais e sociais, das mais diferentes organizações sociais, tais como gênero, etnias, ecologia, sindicais, estudantes, idosos, etc. Para este engajamento político nosso partido deverá priorizar uma organização de base, em redes setoriais das quais forem possíveis. Estas redes devem ter um funcionamento ordinário e regulamentado, voltado para a formação dos cidadãos para a militância social e partidária, justamente para preparar a intervenção nas entidades e também na institucionalidade.

6 — O projeto de desenvolvimento e crescimento do militante deve ser permanente e voltado para a ação partidária, para o coletivo da sociedade, desestimulando as práticas individuais e personalistas, contudo, sem jamais desestimular as iniciativas e a criatividade de cada um. Isto se promove encurtando a distância entre membros de direção e de militantes de base, fortalecendo os canais partidários como fóruns de discussões de temas e teses, elaboradas no seio da nossa organização, devemos adotar o critério de tomadas de decisões que sejam o mais ampla possíveis, por

mais graduado que seja o dirigente partidário, não estará autorizado a tomar decisão individual, se for tomada, esta será sem efeito.

7 — A contribuição partidária de cada filiado é indispensável como compromisso com o seu partido, o partido é uma associação como todas as outras, e deve refletir o compromisso ideológico. A contribuição deve se manter nos valores estatutário de 10% do salário mínimo nacional como anuidade e distribuídos na seguinte proporção: 60% fica no Diretório Municipal; 20% é remetido ao Diretório Estadual; 20% REMETIDO PARA O Diretório Nacional. Justifica-se esta proposta tendo em vista que a organização local, com sede, e um telefone com cursos e seminários de formação política passa a ser uma estratégia para o crescimento que até aqui estamos defendendo, os municípios nunca recebem o fundo partidário, e as direções municipais ficam reféns das direções de instâncias superiores para as suas promoções locais.

8 — Outro recurso que o PSB desenvolver para atingir as metas de ser um partido que busque o poder, é a criação de uma rede de informações que viabilize a comunicação das instâncias partidárias, dos dirigentes, dos militantes, dos simpatizantes, dos movimentos sociais, dos parlamentares e executivos. Esta rede de informações deve partir de três instrumentos. Um jornal nacional mensal, com uma linha editorial informativa e formativa, na linha informativa entraria nossas ações parlamentares de maior relevância em qualquer nível em que ocorra, nacional, estadual e municipal, informações de movimentos sociais, experiências de ações políticas, etc. São algumas sugestões nesta área. Outro instrumento é uma rádio comunitária nacional, com a mesma linha de programação para o público interno, também com salas de programação voltadas para os parlamentares, governos, e entidades. A terceira via seria a potencialização dos recursos via internet.

ALCA: O Brasil não deve ingressar sem um plebiscito

Marcus Cunha – PSB – Pelotas

Vários blocos comerciais surgiram no continente americano nas últimas décadas. O NAFTA, liderado pelos EUA, é responsável por 88% do PIB continental. O MERCOSUL, liderado pelo Brasil, o segundo em importância, tem menos de um décimo do peso do NAFTA, 8% do PIB total da região. Os outros têm pesos ainda muito menores. São a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), o Grupo Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) que perfaz 2% do PIB regional, o Mercado Comum do Caribe (CARICOM), o Mercado comum Centro-Americano (MCCA) e o acordo G-3 firmado entre a Colômbia, México e Venezuela.

Em 1994, na Conferência realizada no mês de dezembro em Miami, 34 chefes de Estado das Américas (o único país americano excluído foi Cuba) se comprometeram, até o final de 2005, concluir negociações visando a formação de uma área de livre comércio das Américas (ALCA).

A Área de Livre Comércio das Américas pretende estabelecer um espaço de livre comércio no continente americano, abrindo o mercado de todos os países. Livre concorrência, por exemplo, entre as empresas do Panamá, do Equador e as empresas do Canadá e dos Estados Unidos.

Somado à pressão política norte-americana para que se crie a ALCA foi sendo exercida uma pressão econômica sobre o principal parceiro brasileiro no Mercosul: Argentina.

Enfraquecida, a Argentina se torna presa fácil dos interesses norte-americanos e deve clamar pela sua inclusão na ALCA, como forma de obter uma sobrevivência e o Brasil ficará isolado dentro do continente. A opção de integração via Mercosul ficou fragilizada.

O que podemos esperar da ALCA? Onde estão localizadas as empresas mais fortes, mais eficientes, com maior potencial tecnológico, com estruturas internacionais de atuação? Qual país, ou países, são capazes de atrair os melhores recursos humanos de todo o mundo para vencer a luta em uma situação de confronto direto no plano comercial? Os EUA têm mobilizados 20 mil funcionários federais para lidar com as questões relacionadas ao comércio externo e que podem se dedicar, com todos os meios modernos, a busca de barreiras não tarifárias para obter vantagens contra nossos negociadores.

Mesmo pensando na posição de destaque que tem nosso país, com uma indústria nacional bem mais eficiente que a dos outros países latino-americanos, não temos a mínima possibilidade de participar da luta livre contra os gigantes anglo-saxões, em 2003, nem em 2005 e talvez nem mesmo em 2025.

Será que nossos governantes não sabem disso?

*Marcus Siqueira da Cunha

Licenciado em História, Advogado e Professor de Direito Civil – UCPel, Especialista em Direito Comunitário Europeu pela Università degli Studi di Genova – Itália

membro do Diretório Municipal do PSB de Pelotas-RS – 2º suplente de vereador

e-mail: marcuscunha40663@hotmail.com

celular: (053) 983-3012

As economias latino-americanas não terão a menor chance de concorrer com as norte-americanas. A quebra das empresas nacionais será geral. O desemprego em nossa região se agravará ainda mais. O poder de atração do México como país centro de mão-de-obra latina barata será imbatível. Os salários dos latinos serão ainda mais aviltados. No México pós NAFTA, os salários em média caíram 23 %.

Somos uma grande potência em formação que precisa travar as lutas na dimensão das suas forças sob pena de sermos destruídos antes mesmo de atingirmos a maturidade.

Por isso, é urgente que lutemos

pela realização de um plebiscito sobre a ALCA, para que o povo brasileiro possa participar dessa discussão e se responsabilizar pela resposta que vai dar, tendo em vista a grande repercussão que implica tal processo de integração.

Que tipo de integração interessa aos brasileiros? Insistir no Mercosul? Submeter-se a ALCA? Apostar na integração interna dos Estados brasileiros efetivando formando uma grande "União dos Estados Brasileiros"? Depois dos ataques terroristas contra os Estados Unidos da América em 11 de setembro, e, estando para iniciar a "guerra suja" prometida por George W. Bush é prudente uma integração econômica com os EUA?

Não podemos assistir impassíveis a tomada de decisões por parte de alguns poucos burocratas quando o que está sendo decidido é o destino de 800 milhões de cidadãos de nosso continente americano. Somente com um plebiscito poderemos provocar o debate público e instigar a reflexão sobre o tema, além de comprometer politicamente os governos com o seu resultado.

Essa talvez seja a decisão mais importante que deverão tomar os latino-americanos nesse século. A ALCA é instrumento do neocolonialismo.

Cabe ao Partido Socialista Brasileiro liderar a luta pela democracia e garantir a soberania do povo brasileiro.

Crises constitucionais e assembleia constituinte exclusiva

Reginaldo de Castro – Membro da Executiva do PSB/DF

As constituições republicanas brasileiras, incluindo a atual, padecem todas de um mal de origem: foram elaboradas por assembleias constituintes que acumulavam funções de Congresso ordinário. Dessa gênese promíscua, derivaram diversas outras distorções, que, em curto espaço de tempo, resultaram em intensa conflitividade jurídica e graves impasses institucionais, que retardaram o processo de aperfeiçoamento democrático do país, gerando diversos retrocessos políticos.

A sucessão de interrupções da ordem democrática ao longo dos mais de cem anos da história republicana brasileira está diretamente vinculada a esse mal de origem, que em regra vincula ao texto da Carta Magna interesses político-partidários e casuísmos que a comprometem e desfiguram. A Constituição em vigor, que recém-completou 13 anos, já foi emendada 32 vezes, o que dá uma média espantosa de mais de 2,5 emendas por ano.

Para que se tenha uma idéia do absurdo que isso significa, basta lembrar que a Constituição dos Estados Unidos da América, mais que bicentenária, foi emendada apenas 27 vezes. Os três governos federais eleitos após a promulgação da Carta Magna de 88 fizeram de sua reforma compromisso prioritário de campanha. Em vez de adaptarem seus programas à ordem constitucional, fizeram o contrário: adaptaram a Constituição a seus programas.

Em face disso e do ambiente de conflitividade jurídica criado ^{3/4} e em face sobretudo do esgarçamento do texto constitucional concebido em 1988 ^{3/4}, concluímos que o país precisa de outra Constituição, mais enxuta, livre de impurezas político-partidárias, comprometida tão-somente com o estabelecimento de uma ordem jurídica que expresse verdadeiramente o Estado Democrático de Direito.

Por essa razão, defendemos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, voltada apenas para a elaboração do texto constitucional, que funcionaria paralelamente ao Congresso Nacional. Uma vez promulgada a nova Carta, essa Assembleia seria extinta. É preciso quebrar o círculo vicioso institucional em que o país está metido desde sua Independência, em 1822, pois também a Constituição do Império, de 1824, teve origem anômala. Dissolvida a Assembleia Constituinte por Dom Pedro I, a primeira Carta Magna do país acabou sendo outorgada pelo monarca.

A Constituição de 1891

A primeira Constituição republicana, a de 1891, teve também esse viés autoritário. Foi moldada por anteprojeto do Executivo. O governo provisório, constituído após a Proclamação da República, nomeou uma comissão de cinco membros para elaborar o anteprojeto que serviria de base aos debates na As-

sembléia Constituinte. O projeto foi aprovado por decreto como "Constituição aprovada pelo Executivo".

E não houve apenas esse condicionamento. A própria Assembléia se impôs a restrição de não permitir "qualquer interferência no governo". E mais: considerou intocáveis duas questões específicas: a república e a federação. Em pouco mais de três meses de trabalho, em 24 de fevereiro de 1891, a Constituição estava pronta e a Assembléia Constituinte convertida em Congresso ordinário.

Prevaleceu o modelo do projeto do Executivo, que teve em Ruy Barbosa seu principal artífice. Era, segundo Amaro Cavalcanti, "o texto da Constituição norte-americana, completado com algumas disposições das constituições suíça e argentina". Faltava-lhe, pois, sintonia com a realidade do país. Daí sua ineficácia social e a rapidez com que mergulhou o país em ambiente de conflito político-institucional que acabou por atingir o próprio Ruy quando o obrigou a exilar-se na Argentina.

O primeiro presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, ameaçado sete meses depois de promulgada a Constituição de processo de impeachment, dissolveu o Congresso, provocando reação da Marinha. Acabou renunciando "para evitar corresse o sangue generoso dos brasileiros". Floriano, o vice, assume, não obstante o texto constitucional exigisse, naquela circunstância, eleição de novo presidente.

Floriano completou o mandato de Deodoro e só entregou o poder a Prudente de Moraes, eleito para o quadriênio seguinte (1894-1898). Descumpriu a Constituição, desmoralizando-a. Com Prudente, as oligarquias estaduais assumem o poder. De crise em crise, o país, submetido ao mando regionalista da política dos governadores e esta ao truculento coronelismo, marcharia, impassível, para a ruptura institucional de 1930.

Tentou-se, em 1926, por meio de emenda constitucional, adequar a Cons-

tituição de 1891 à realidade nacional. Em vão. Quatro anos depois, explode a Revolução de 30, que põe fim à política dos governadores. Getúlio Vargas assume o poder e começa o desmonte do antigo sistema. Mas resiste à idéia de convocar uma Constituinte. Somente após a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932, é que o faz. A Assembléia foi eleita no ano seguinte.

A Constituição de 1934

Com essa Constituição, dar-se-ia o mesmo que com a anterior: convocada no bojo de um golpe de Estado, já nasce sob condicionamentos autoritários e distante da participação popular. Não é tão bem-estruturada como a anterior, mas mantém os seus princípios formais fundamentais: república, federação, presidencialismo, divisão de poderes, "independentes e coordenados entre si".

Amplia os poderes da União e discrimina com mais rigor as rendas tributárias entre União, estados e Municípios. Atribui o exercício do Poder Legislativo apenas à Câmara dos deputados, transformando o Senado em órgão de colaboração desta. Adota, ao lado da representação política tradicional, a representação corporativa de influência fascista. Sob influência da Constituição alemã de Weimar, inscreve, ao lado da clássica declaração de direitos e garantias individuais, um título sobre a ordem econômica e social e outro sobre a família, a educação e a cultura.

Mas o advento e o impacto das novas ideologias — nazifascismo e comunismo — mudariam o ambiente político-institucional do Brasil e do mundo. E a Carta de 34 seria levada pela onda autoritária que soprava da Europa. Os partidos políticos assumiam posições de grande contundência ideológica, sobretudo a Ação Integralista Nacional e o Partido Comunista. E a luta pelo poder assume contornos de confronto político. Getúlio dissolve o Congresso e decreta a morte da Carta de 34, promulgando a Constituição de 1937. Promete-

teu um plebiscito para legitimá-la, mas jamais o convocou.

A Constituição de 1937

Inspirada pelo nazifascismo, fortaleceu ainda mais o Poder Executivo, atribuindo-lhe intervenção mais direta e eficaz na elaboração das leis. Reduziu o papel do Legislativo, posto em recesso até o fim da vigência daquele regime constitucional, conhecido como Estado Novo. Reformou o processo representativo não somente na eleição do Congresso, mas também em relação à do presidente da República.

A Carta não foi regularmente cumprida. Muitos de seus dispositivos permaneceram letra morta. Prevaleceu a ditadura e a vontade do ditador, que legislava por meio de decreto-lei, que ele próprio aplicava como chefe do Executivo. Mesmo outorgada pelo ditador, sem a interveniência de ninguém, a Carta de 37 sofreu 21 emendas, providenciadas pelo próprio Executivo, por meio de leis constitucionais, que atendiam aos casuísmos do regime.

A Carta teve a duração da ditadura: oito anos. Na onda da redemocratização pós-segunda Guerra Mundial, em que o autoritarismo nazifascista foi derrotado, tornou-se irresistível a campanha pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Getúlio convoca eleições para o parlamento e para a presidência. Tenta resistir à idéia de uma Constituinte, mas não consegue. É deposto.

Constituição de 1946

Em fevereiro de 1946, instala-se a Assembléia. O ambiente é de plena liberdade democrática, em que todas as correntes, em tese, estão presentes. O predomínio, porém, é conservador, já que Vargas, antes de ser deposto, cuidara de criar dois partidos políticos: PTB e PSD, por meio dos quais continuou a influir. O PTB herdava o corporativismo urbano e o PSD absorvia o mandonismo rural.

A parceria isolava a esquerda e a direita, formando uma coligação poderosa de centro-direita. E foi ela que deu as cartas na Constituinte, que demonstrou preocupação excessiva em impedir a hipertrofia do Executivo. Diz José Duarte que as correntes de opinião "tinham a preocupação de assentar, com nitidez, sem artifícios, as fórmulas, os princípios cardeais do regime representativo, e estabelecer com precisão os rumos próprios à harmonia e independência dos Poderes".

Voltou-se, assim, às fontes formais do passado, que, como vimos, nem sempre (quase nunca) estiveram sintonizadas com a realidade social do país. Sob sua égide, sucederam-se crises: o suicídio de Getúlio, as deposições sucessivas de Café Filho e Carlos Luz, a tentativa de impedimento da posse de Juscelino, acrescida de duas outras tentativas de golpe depois de empossado, a renúncia de Jânio, a experiência parlamentarista e, por fim, o golpe militar de 1964.

Foi certamente a Constituição de vida mais atribulada.

Constituição de 1967

O regime militar, também chamado regime dos atos institucionais, providenciou sua própria Constituição, em ambiente de anomalia jurídica. A maior delas era a própria composição da "Assembleia Constituinte", improvisada de um Congresso mutilado em sua representatividade, já que desfigurado por dezenas de cassações políticas.

A "Constituinte" surgiu de um ato institucional (o nº 4), o que dispensa maiores considerações de ordem moral e jurídica. A ordem constitucional de 46 findava após sofrer 26 emendas, além do impacto de quatro atos institucionais e 37 atos complementares, que tornaram impraticável o Direito Constitucional de então.

A Carta promulgada em 67 sofreu forte influência da Carta de 37, cujas características básicas assimilou, dando

mais poderes à União e ao presidente da República. Reformulou, em termos mais rigorosos, o sistema tributário e instituiu normas de política fiscal tendo em vista o combate à inflação. Durou pouco, porém.

Seria praticamente revogada pela emenda nº 1, imposta pela junta militar que, após a edição do AI-5 e a morte do segundo general-presidente, Costa e Silva, assumiu o poder. A emenda serviu apenas de mecanismo de outorga, uma vez que promulgou texto integralmente reformulado, a começar pela denominação de Constituição da República Federativa do Brasil, em substituição ao termo então vigente de Constituição do Brasil.

Constituição de 1988

Com o fim do regime militar, convocou-se nova Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987. Vários fatores a condicionaram, contribuindo para torná-la problemática desde o nascimento. O primeiro, a preocupação de dotá-la de todos os mecanismos de defesa contra eventuais retrocessos políticos. O segundo, a idéia de que se resolve a questão social, a distribuição de renda, por meio da Constituição.

Essas duas preocupações $\frac{3}{4}$ nobres e justas $\frac{3}{4}$ resultariam numa Constituição extremamente detalhada, desviando-se do sentido básico de uma norma constitucional. Mais: a natureza partidária do Congresso-Constituinte impôs também casuísmos de toda sorte, trazendo para o texto constitucional questões de legislação ordinária. Todos queriam amarrar seus interesses na Constituição, na ilusão de que assim seriam efetivamente cumpridos. Até taxa de juros quis-se garantir por meio da Constituição $\frac{3}{4}$ e o resultado foi a conflitividade jurídica já no dia seguinte à sua promulgação.

O resultado é que, em 13 anos de vigência, já se contabilizam mais de 2 mil ações diretas de inconstitucionalidade, além das já cita-

das 32 emendas constitucionais. Isso mostra que a Constituição de 1988 já não existe. O que temos em seu lugar é uma colcha de retalhos, que fragiliza o Estado Democrático de Direito e gera insegurança jurídica. Vivemos em ambiente de tensão, gerada pelo instável, precário e em grande parte provisório ordenamento jurídico do país.

Por essa razão, venho propondo, desde o tempo em que me coube presidir o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, que façamos uma nova Constituição, em vez de continuar a emendar a atual, um tecido já esgarçado.

Minha proposta, porém, difere de outras que aparentemente acenam com a mesma coisa. Não se trata de repetir erros do passado, convocando um Congresso-Constituinte ou, como recentemente sugeriu o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, estabelecendo nova revisão constitucional. Já vivemos há muito em permanente revisão constitucional.

O que proponho é simples, embora inédito na história do Brasil: uma Constituinte exclusiva e apartidária, eleita com o objetivo exclusivo de escrever uma nova Constituição, dissolvendo-se imediatamente após sua promulgação.

Teríamos assim $\frac{3}{4}$ e só assim $\frac{3}{4}$ uma Constituição sem os vícios da de 1988. Era essa a proposta inicial de Tancredo Neves, que chegou a constituir, sob a presidência de Afonso Arinos, uma Comissão de Notáveis para preparar um esboço do texto constitucional. A pressão político-partidária, no entanto, engavetou aquele texto e impôs o Congresso-Constituinte, com consequências nocivas à ordem constitucional que se inaugurou.

O governador Itamar Franco, recentemente, chegou a propor também uma nova Constituinte. Sua proposta partiu do mesmo diagnóstico da minha, de que é preciso estabelecer novo pacto político e jurídico para o país.

Ele, no entanto, defende que essa Constituinte seja constituída por



80% de parlamentares e 20% de representantes da sociedade civil. Mais: chegou a sugerir que, ao final, essa assembléia se transformasse em colégio eleitoral e elegeisse o presidente da República.

Esse o nosso ponto de discordância. Sustento que a Constituinte não pode estar envolvida no processo legislativo ordinário. Pode até funcionar paralelamente a ele, mas tem que estar dissociada para não se envolver em interesses menores que, ao final, acabam comprometendo o objetivo maior, que é o de dotar o país de uma Carta duradoura e não casuística.

A de 1988, em que pesem os avanços que estabeleceu, sobretudo no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, ficou contaminada por interesses político-partidários menores. Tratou de temas ordinários, como a zona franca de Manaus ou como a taxa de juros. E deixou passar um instrumento nefasto como as medidas provisórias, que haviam sido

concebidas para o regime parlamentarista de governo.

Se a Constituinte vier a ser formada, segundo a proposta do governador de Minas, por 80% de parlamentares, repetirá o papel de sua antecessora, que se curvou a pressões políticas do Executivo. Hoje, o Congresso, envolvido nas reformas constitucionais, já é, de certa forma, essa Constituinte congressual a que se reporta o governador. Sob pressão do Executivo, usa sem parcimônia a sua competência constituinte, muitas vezes dentro de um processo de barganha fisiológica que contemplamos impotentes e estarrecidos.

Dentro desse contexto, o Executivo vai moldando um país de figurino autoritário, fortalecendo, por meio de emendas à Constituição, a cúpula do Judiciário, que é nomeada pelo poder político. E é lá que o governo pretende resolver suas diferenças com a sociedade. Se amanhã tivermos um governante com o perfil autoritário de um Chavez,

da Venezuela, ou de um Fujimori, do Peru, o caminho para que exerçam seus excessos já estará pavimentado.

A essência da minha proposta é essa. E tenho a satisfação de registrar que ela tem sido endossada por grandes nomes do Direito no Brasil, entre os quais destaco o professor Gófredo da Silva Telles, que me comunicou pessoalmente seu entusiástico apoio.

Não tenho dúvida de que acabaremos chegando a essa solução. A questão é o tempo: ou bem a faremos agora, com as instituições razoavelmente equilibradas, ou a faremos no futuro, em contexto mais problemático. E aí cabe mais uma vez lembrar os exemplos recentes do Peru e da Venezuela.

O tema merece serena reflexão sobretudo para que se possa evitar o histórico oportunismo dos que, há mais de um século, privatizaram o Estado brasileiro em benefício da preservação de seus privilégios.

Por uma matriz energética auto-sustentada

Fernando Mousinho — PSB/DF

A história da evolução da sociedade humana está intrinsecamente relacionada com o consumo de energia. Na fase de caçador e de coletor de frutos silvestres, o homem era submisso ao meio ambiente. Com a primeira revolução econômica, a Revolução Agrícola, caracterizada pela descoberta da agricultura, domesticação dos animais e controle do fogo, aumentou consideravelmente a quantidade de energia disponível ao ser humano. A segunda foi a Revolução Industrial, com emprego de fontes não renováveis de energia (carvão, petróleo, nuclear ...), aprimoradas frequentemente graças aos avanços permanentes da ciência e da tecnologia. A fonte de energia mais utilizada, como consequência do atual modelo de desenvolvimento é o petróleo.

É evidente que esse processo de desenvolvimento não ocorre igualmente em todos os continentes, sendo portanto, o petróleo, o divisor de águas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Uma contradição corroborada pelo Conselho Mundial de Energia reunido no mês setembro de 1998, em Houston, nos Estados Unidos, é o reconhecimento de que existe energia suficiente no mundo para garantir o crescimento econômico mundial. Porém, chama a atenção que o problema da falta de energia — além do problema da pobreza — para os mais necessitados ainda não foi resolvido, sendo cerca de um terço da população mundial, os que não têm acesso à eletricidade¹, enquanto apenas 10 países consomem cerca de 80% da energia gerada no planeta.

O atual estágio de desenvolvimento coloca o Brasil entre os países de Terceiro Mundo conhecidos como países de industrialização tardia. Isto deve-se ao processo de desenvolvimento social e econômico iniciado com a atividade mercantil exportadora instalada pelos portugueses no século XVI, caracterizada por uma ocupação, povoamento e de produção voltadas para o mercado externo: "Sob o compasso do comportamento do mercado externo, ao ocaso de uma região, surgia outra, de uma base econômica, passava-se a outra, de tal forma que a nossa história é marcada pela descontinuidade espacial e temporal com reflexos profundos nas relações regionais"². Os três ciclos econômicos clássicos desse período, que vigorou do século XVI até as primeiras décadas do século XX, foram a cana-de-açúcar, no nordeste (sec. XVI e XVII); a mineração, em Minas Gerais (sec. XVIII) e o café, no Rio de Janeiro e São Paulo (sec. XIX). Atividades cuja fonte energética preponderante era a biomassa na forma de lenha para as caldeiras, sem provar portanto, dos frutos da Revolução Industrial que ocorria em alguns países da Europa. Um processo de desenvolvimento dependente que vem sendo alterado apenas na forma, até os dias de hoje.

Ignorando o imenso potencial dos rios, é instalada a primeira usina de energia brasileira, uma termelétrica na

¹ Goldemberg, José — A Conferência Mundial de Energia — FSP, 03/11/98

² Congresso Nacional — Comissão Especial Mista: Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Brasília, 15/12/1993

cidade de Campos, Rio de Janeiro, em 1883. Mas para tornar viável a produção e a distribuição de energia, a iniciativa veio de fora. Estava dado o primeiro passo. O mercado foi dividido entre a norte-americana Amforp (American e Foreign Power Company) e a canadense Light e Power Company, que detinham cerca de 70% de nossa capacidade instalada. Extensas áreas foram inundadas, inverteu-se "cursos de rios, importou-se usinas nucleares obsoletas, seguimos a passos largos para sermos consumidores vorazes em uma terra de pouco planejamento".³ As hidrelétricas respondem atualmente por 93% da luz elétrica consumida no país, enquanto a produção de petróleo é de 196,1 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep) e o consumo final, de 228,2 milhões de Tep, o que representa um déficit de 32,1 milhões de Tep, suprido por meio de importações, que contribuem, inclusive, para o aumento da dívida externa.

A civilização contemporânea tem pela frente dois problemas cruciais, que põem em xeque o futuro da humanidade: a crise energética e a ambiental (efeito estufa e a chuva ácida). Ambas derivadas da queima desvairada de combustíveis fósseis e não renováveis (petróleo, gás natural, carvão mineral, urânio, etc). Uma realidade que põe os países altamente industrializados em situação de extrema vulnerabilidade se lhes faltarem os recursos naturais essenciais, escassos ou inexistentes em seus territórios: meio ambiente, matérias-primas estratégicas, água, patrimônio genético e energia.

Essa dependência foi prevista por Henry Kissinger, em 1979, que sentenciou, apontando a saída, inclusive:

"Os países industrializados não poderão viver à maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos não renováveis do pla-

netas. Para isso, terão que montar sistemas mais requintados e eficientes de pressões e estrangulamentos, que garantam a consecução de seus objetivos".⁴

Não é outra, portanto, a razão da promoção dos conflitos internos e os frequentes ataques militares norte-americanos ao Oriente Médio, o que garante aos Estados Unidos o controle de mais de 70% do que resta do petróleo no mundo.

Porém, se por um lado, nesse contexto o Brasil exerce um papel privilegiado, pois resguarda em torno de 40% das florestas tropicais do Planeta; 50.000 espécies de animais e microorganismos; e a maior reserva mineral de água doce e energia renovável e limpa do mundo, além de variada riqueza mineral.

Por outro, é logicamente preocupante. País submetido a brutal dependência financeira externa, em permanente instabilidade econômica, o Estado em processo de desmantelamento e uma classe dirigente lesa-pátria, sem projeto de Nação de nenhuma ordem, é lúcido crer na perspectiva ditada pelo físico Bautista Vidal: "ou os brasileiros se preparam para responder ao problema energético mundial ou o Estado nacional será desmontado por ação intervencionista de países hegemônicos, grandes consumidores de energia".⁵

Se os Estados Unidos, a maior potência militar da história, que detêm o controle dos organismos internacionais tipo OMC, ONU, Banco Mundial e FMI, sob a suposta alegação de defesa das "minorias étnicas" destruíram recentemente grande parte da Iugoslávia, o mesmo podem fazer no Brasil sob o pretexto de defender a "nação ianomami" ou proteger o "patrimônio da humanidade," a Amazônia.

São 20 as guarnições militares e 17 bases terrestres de radar americanas na América do Sul. No norte da Região,

os EUA mantêm três bases aéreas de porte (Curaçao, Aruba, e Mañta, no Equador). Pistas de pouso para grandes aviões a jato são oito, também na borda da Amazônia.

Ao mesmo tempo é também motivo de grande preocupação entre os governos e a opinião pública dos países hegemônicos, o crescimento do consumo energético dos países do Terceiro Mundo, ora acusados de "culpados" pela demanda energética fóssil e pelas emissões de gás carbônico, também pela falta de responsabilidade e competência no trato dos seus recursos naturais. Nos dois casos o pretexto é um só, a instituição de um mando global único sobre os recursos naturais existentes no Planeta, principalmente na Amazônia, alvo de cobiça estrangeira desde o século XVI. A observação do físico José Goldemberg é procedente: "parece de fato provável, mesmo se ninguém o confessa publicamente, que a médio prazo os países em desenvolvimento terão uma relativa estagnação do nível de vida, e até uma deteriorização. Tanto mais que podem surgir novas tensões a respeito dos preços de energia, diante da distribuição mundial das reservas de energia fóssil".⁶

A energia, por definição, é a capacidade de gerar trabalho. É o motor de todas e quaisquer transformações promovidas pelo homem. Sem energia é impossível a realização de qualquer modelo de desenvolvimento, por mais despretencioso que ele seja.

O potencial energético brasileiro é o principal ente que a natureza oferece à construção e manutenção de um modelo de desenvolvimento social, econômico e ambientalmente auto-sustentado. Sendo um modelo estruturado em base autônoma, o aparato tecnológico, a condução política e as mudanças institucionais e o papel condutor do Estado, terão que ser também autóctones,

³ Pegorin, Flávia. O Berço do Apagão. Revista Galileu, pag. 25, Julho/2001

⁴ Citado em: Vidal, Walter Bautista e Vasconcellos, Gilberto Felisberto, em Amazônia I, Ed. Tanari Ltda. Rio de Janeiro, dezembro/99, pag. 368

⁵ Idem, pag. 378.

⁶ DESSUS, B e Goldemberg, J. Energia: Inventar Novas Solidariedades. In: BARRÈRE, M. Coord. Terra e Patrimônio Comum. SP: Nobel, 1992, pag. 143.

⁷ Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões - O Relatório da Comissão Mundial de Barragens. Novembro/2000.

assim como as atitudes e comportamentos dos consumidores.

A opção por um modelo pioneiro e sustentado em recursos naturais próprios, ambientalmente limpos e renováveis, não significa tornar menos importante as fontes fósseis e hidráulica – o que seria impossível, pelo menos a curto e médio prazos –, apesar das emissões de gases de efeito estufa emitidos pelas fontes fósseis, e dos prejuízos sociais e ambientais e dos altos custos das hidrelétricas. Métodos e técnicas serão desenvolvidos para o uso mais eficiente dos combustíveis fósseis e um novo enfoque para o planejamento e o gerenciamento dos setores de recursos hídricos e energéticos⁷⁷ das hidrelétricas. Só assim seremos capazes de superar as desigualdades econômicas e sociais inter e intra-regionais do país, acumuladas ao longo do processo histórico.

No processo de substituição do modelo concentrador de energia, onde reinam o petróleo e a hidrelétrica, as fontes preferenciais serão a biomassa e a hidráulica.

O álcool – de viabilidade técnica, social, econômica e ambiental indiscutível –, o bagaço e outros resíduos vegetais da cana-de-açúcar, e o grande potencial da biomassa florestal existente, terão incentivos privilegiados na produção de combustíveis. O mesmo tratamento será dado ao aproveitamento das nossas milhares de pequenas quedas d'água, com a instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Experiências legitimadas e consagradas, capazes de oferecer uma solução de curto prazo e de unir as necessidades de rentabilidade e maior geração de energia elétrica e combustível, a baixo custo e impacto ambiental.

As demais fontes (eólica, solar e nuclear), no primeiro momento recebe-

rão tratamento diferenciado, devido a fase de desenvolvimento técnico, econômico e comercial em que se encontram.

O uso da energia eólica no Brasil se restringe apenas a quatro usinas que atendem a pequenos consumidores. Mas é uma alternativa viável, de baixo custo e de instalação rápida, capaz de suprir as necessidades energéticas locais sem causar significativos danos ao meio ambiente. A região Nordeste tem os melhores ventos do País, mas não existe obstáculo à instalação de usinas em outras áreas. É um potencial que deve ser estimulado com o desenvolvimento de técnicas e equipamentos para o setor, envolvendo universidades e empresas privadas na produção de energia elétrica comercializável.

O Brasil foi o primeiro país no Terceiro Mundo a fabricar comercialmente a célula fotovoltaica, tendo como ponto de partida o silício monocristalino, não se limitando a montagem de painéis solares. Tem servido a estações de telecomunicações, a projetos de postos de saúde e é de fácil adaptação às condições de casas populares. Os sistemas fotovoltaicos são utilizados no Brasil na eletrificação de comunidades rurais a que a rede não pode chegar, por ser economicamente inviável ou por se tratar de áreas de proteção ambiental. O preço para o mercado residencial e comercial de pequeno porte, é de duas ou quatro vezes maior que o da eletricidade convencional. Segundo estudos do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) já houve uma redução de aproximadamente 40% nos últimos cinco anos. Mantida essa tendência, a tecnologia pode vir a ser competitiva, inclusive para as cidades, no prazo de cinco a dez anos.

Apesar de controvérsias entre autores e estudiosos da área, e sobretu-

do a rejeição de grande parte da população, trataremos a energia nuclear como fonte alternativa. Respondendo por apenas 0,7% da produção da energia nacional, a energia nuclear, a princípio uma fonte limpa e de alto poder de concentração energética, traz consigo o problema da segurança e a necessidade de tecnologias avançadíssimas e vultosos capitais. Porém, em nenhuma hipótese, devemos sustar as pesquisas e muito menos podemos ser perdulários com o investimento já feitos pela sociedade brasileira no setor.

A abundância e a diversificação de fontes energéticas renováveis e limpas, possibilitam ao Brasil uma matriz energética também diversificada, capaz de melhor atender tanto uma grande metrópole industrial quanto uma pequena comunidade, seja ela rural ou urbana, levando em conta o grau de desenvolvimento e as demandas sociais e culturais locais. Um planejamento integrado que, além de oferecer energia limpa e segura a um custo compatível com a renda média da população, será capaz de desenvolver um crescimento econômico acompanhado da oferta de novos empregos e da melhoria do poder de consumo do conjunto da população – urbanização, saúde, transporte, segurança pública, educação, saneamento, lazer, etc. Uma matriz energética diversificada e bem distribuída entre as diversas regiões, exerce papel inclusive estratégico diante de conflitos internacionais.

Acreditamos portanto, ser essa a marcha do Brasil em direção à construção de uma Nação próspera, soberana, solidária e socialmente justa.

Brasília, 28 de outubro de 2001

Gênero e Educação

Profª Jacy Proença – Dir. Geral da FJM/MT

A Educação tem sido um dos fatores importantes para determinar a exclusão ou inclusão social.

Recente pesquisa da ONU revelou que:

- de cada 10 pessoas com 02 anos de estudos- 08 estavam na faixa de pobreza/miséria
- de cada 10 pessoas com 04 anos de estudos- 06 estavam na faixa de pobreza/miséria
- de cada 10 pessoas com 08 anos de estudos- 04 estavam na faixa de pobreza/miséria
- de cada 10 pessoas com 12 anos ou mais de estudos- 02 estavam na faixa de pobreza/miséria.

Considerando apenas esse aspecto, grau de formação, poderíamos dizer que nós, mulheres, em virtude de termos hoje, a partir do Ensino Médio, mais mulheres do que homens nas escolas, que a pobreza/miséria não nos atingiria e que, portanto, estaríamos numa situação favorável.

Sabemos da relação intrínseca entre Educação e posição na pirâmide social e que ela, a escola sempre foram utilizadas como aparelhos ideológicos do Estado para manter as estratificações sociais e o status quo.

Por outro lado, a própria ONU nos revela que a pobreza e a miséria estão cada vez mais sendo feminilizadas.

Podemos concluir, então, que a escola e outros espaços sociais, como espaços políticos, estão perpassados não apenas por diferenças de classe, mas também por outras diversidades e dimensões como gênero, geração, cultura e etnia.

Recorrendo a alguns dados apresentados pela Companheira Márcia Maia, Dep. Estadual do Rio Grande Norte, no Fórum de Mulheres Socialistas, ocorrido em 20/10, o quadro reforça o enunciado anterior:

- na Educação Infantil em Natal ingressam mais homens

- no Ensino Fundamental a situação é mais equilibrada, mas ainda se têm mais homens

- no Ensino Médio há mais mulheres que homens

- no Ensino Superior em São Paulo, utilizado como referência, há 61,4% de mulheres e 38,6% de homens

- Em comparação aos Programas de Geração de Emprego e Renda desenvolvidos em Natal, percebemos:

- Atendidos pelo Programa Ser- 75,35% mulheres e 24,65% homens;

- Atendidos pelos Núcleos de Produção/Estado- 51% mulheres e 48% homens

- Enquanto que a PFE. A (População Feminina Economicamente Ativa) é de 37,40% e a P.M.E. A (População Masculina Economicamente Ativa) é de 62,51%.

Isso nos revela que o mercado de trabalho prioriza a mão-de-obra masculina, desconsiderando, inclusive, a formação e qualificação do conjunto da população.

Importante ressaltar que, embora haja uma vantagem na escolaridade das mulheres, esta ainda não tem sido suficiente para alterar, de forma significativa, determinantes culturais, já exemplificados através do mercado de trabalho. Em janeiro de 1997, de acordo com pesquisa da SEADE, as mulheres precisavam de 11 anos de escolaridade para receber a mesma remuneração dos homens com apenas 04 anos de estudo, sem contar a discriminação em relação às mulheres casadas, onde a exigência do teste de gravidez ainda persiste no momento da admissão, apesar da legislação proibir.

Outro recorte que merece atenção é o relacionado a gênero e etnia, onde a desigualdade de rendimentos, pela média, ainda é muito grande:

H.B (Homem Branco)	-	726,89
M.B (Mulher Branca)	-	572,86
H.N (Homem Negro)	-	337,13
M.N (Mulher Negra)	-	289,22

Os dados revelam que o homem branco, tido como o padrão no mercado de trabalho, percebe mais que a mulher branca, mas, em contrapartida, esta recebe mais que o homem negro e a mulher negra, e que dentre estes, a mulher negra é a mais discriminada, ganhando menos ainda na hora da remuneração, para desempenhar a mesma função e tendo o mesmo grau de formação.

Quanto ao analfabetismo, de acordo com o PNAD/1998, das 135.733.906 pessoas no Brasil, com mais de 07 anos de idade, 19,44% não são alfabetizadas. Revela ainda que da maioria dos analfabetos das cidades é composta por mulheres (52,7%), enquanto que no meio rural são os homens a maioria (55,54%). Outro dado a ser considerado é que o analfabetismo é maior entre as mulheres negras e idosas.

Agora, um dos fatores que têm sido apontados no cotidiano e que marca a vida escolar, sobretudo de cidadãos e cidadãs das camadas populares é a dificuldade de acesso a vagas em escolas perto do domicílio; infra-estrutura precária das escolas; professores mal remunerados e condições inadequadas de trabalho; o conteúdo discriminatório entre outros.

O afunilamento do acesso ao ensino, o acesso à universalidade continua sendo privilégio de poucos, que exige o democratizar do acesso superando a elitização.

Para se ter uma idéia, o número de estabelecimentos públicos/1998, eram de:

- Ensino Fundamental	-	169.892
- Ensino Médio	-	11.670

Percebemos que começa no ensino básico para o médio o funil que elimina grande parte da população, onde, evidentemente, com a redução drástica no número de escolas de Ensino Médio, esta não absorveria toda a demanda. Conclui-se, portanto, que próprio sistema adota mecanismos oficiais de exclusão.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, em 1997 o número de matriculados foi de 2.210.325 e em 1998 foi de 2.081.750, havendo uma redução de 128.575, atingindo um contingente de mulheres. Isso sem considerar que, de 37 milhões para o E.J.A. em 1999, o montante de recurso destinado no orçamento para 2000 foi de 17 milhões, ou seja, sofreu uma redução de 45,94%.

Colocamos aqui, a questão em termos gerais, em termos estruturais do sistema, mas se faz extremamente necessário, refletirmos a cerca da questão na prática cotidiana na escola, na sala de aula, na relação entre educadores e alun@s que expressam concepções preconceituosas, construídas com base em diferenças de gênero, mesmo sendo 90% do professorado brasileiro e 80% das direções das escolas do Ensino Fundamental serem femininas. Embora sendo majoritariamente feminino o professorado, os sindicatos da categoria e as Secretarias de Educação são na grande maioria comandados por homens.

As posições ocupadas em nossa sociedade, são ainda marcadas pela assimetria e por uma desproporção na divisão do poder, quase sempre favorecendo os homens e que está presente na escola como espaço de acomodação e resistências às atividades socialmente definidas como femininas. Por isso tratar-se de cenas comuns nas escolas, as meninas serem responsabilizadas pe-

las tarefas que denotem zelo, cuidado, arrumação e aos meninos, identificamos, por sua vez, às atividades de organização e controle.

O exposto até aqui denuncia a cristalização de práticas do sistema e escolares que polarizam os sexos e chama a atenção para a superação de medidas e de comportamentos que negam a inclusão das garotas e mulheres em atividades de controle e decisão, que associam ao homem as atividades da política e do mercado de trabalho e às mulheres a esfera privada, vinculada à reprodução e ao cuidado das crianças.

Reconhecemos às diferenças entre homem e mulher, mas não podemos nos abdicar da igualdade, ao menos como desejo político de que as relações entre os sexos não mais se baseiem na desigualdade e na subordinação de um pelo outro.

Educar é formar cidadania crítica; é ato de organizar, conscientizar, emancipar, libertar, humanizar. E é isso que dá sentido ao que fazemos e que nos permite propor para inclusão no projeto político do PSB o que segue:

- Promover estratégias, programas e política de ação afirmativa para repartir de forma equitativa os benefícios do desenvolvimento econômico e cultural.

- Desenvolver programas educacionais para a formação de sociedades mais inclusivas, combatendo estereótipos e fomentando a solidariedade, a tolerância.

- Garantir a universalização do ensino básico com qualidade

- Ampliar o atendimento da Educação Infantil

- Garantir funcionamento do E.J. A de forma a possibilitar a participação das mulheres, prioritariamente negras, migrantes, idosas, indígenas, deficientes.

- Fortalecer os conselhos de educação e outras instâncias de controle social

- Promover interlocução com as organizações de base da categoria

- Estimular o desenvolvimento profissional e o trabalho coletivo nas escolas, valorizando a história de cada um e introduzir temáticas como direitos humanos, gênero, raça nas atividades.

- Elaborar programas de forma-

ção de educadores para que não reproduzam os estereótipos e práticas sexistas, racistas e de orientação sexual.

Por fim, enquanto princípios de Governo adotar a reafirmação de identidade associada ao caráter multirracial, pluriétnico, multicultural, multilinguístico e pluralista da nossa sociedade; a constatação de que a pobreza, a marginalização e a exclusão social estão geralmente associadas ao racismo e sexismo e o reconhecimento da discriminação múltipla ou agravada em virtude do gênero, idade, classe social, origem nacional, orientação sexual, deficiência física ou mental, estado de saúde, credo religioso ou qualquer outra condição suscetível de discriminação.

A QUESTÃO CULTURAL

AUTORA: PROFª JACY PROENÇA - DIR. GERAL
FJM-MT

Um partido que se pretende ser propulsor e condutor de um projeto político para o Brasil com bases socialistas, necessariamente terá que refletir e elaborar a cerca de questões que não são apenas importantes, mas essenciais como a cultura sob a ótica de gênero e etnias, já que se sabe que o sexismo e racismo são uns dos pilares que dão sustentação ao capitalismo, portanto, à exclusão, à dominação, à exploração da maioria da população que é constituída por mulheres e negr@s.

CULTURAS, ETNIAS E GÊNERO

Para tratar dessa temática, partiremos do pressuposto de que vivemos numa sociedade multirracial, pluriétnica, multicultural, multilinguística, pluralista e que entendemos cultura como conjunto de valores, crenças, costumes, ritos, práticas, idéias, regras, relações de trabalho, relações com as diferenças, de uns com os outros que se transmitem de geração em geração e que se produz e reproduz com o passar do tempo.

Em se tratando de Governo, inclui-se também, o conjunto de ações desencadeadas com aplicação de recursos, de modo que levem ao compartilhar do fruto dessas relações.

Enfim, que cultura é a forma que vemos, sentimos, expressamos, nos colocamos e intervimos no mundo.

Só que esse mundo é um mundo globalizado, de novos tempos e tempos, modernizado, informatizado, robotizado; é um mundo racista, sexista e outras coisas mais que utiliza das diferenças dos que o compõe para instaurar e perpetuar com a desigualdade.

Se olharmos atentamente uns aos outros, notaremos as características de cada um, uma. Por uma ótica, somos todos iguais enquanto existência humana, mas por outra, somos tão diferentes, enquanto seres uno que somos cada um, uma com aspirações, desejos, sonhos, ideais, utopias, concepções, traços diferentes, num mundo onde a única certeza é uma série de incertezas, onde tudo poderia ser de outro modo, mas as coisas são tão bem conectadas dessa maneira que nos foge do controle e na maioria das vezes da compreensão, exigindo, por sua vez, um novo modo de governar, preocupado não só com o indivíduo, para poder governá-lo, mas também com a totalidade, que dá sentido de comunidade (governar para todos, todos são iguais), necessitando assim, de um certo saber para efeitos de poder, de domínio político. Todo saber, portanto, é político, processo de sentidos, a fim de constituir enunciados que expressam verdades cientificamente aceitáveis.

O que nós socialistas questionamos é exatamente essa verdade colocada, por esta ser condição de formação do capitalismo.

Nesse sentido, o problema, podemos dizer, não reside em apenas trabalharmos e mudarmos consciência das pessoas, mas, concomitante a ela, mudarmos o regime político, econômico, institucional que produz verdades e as legitimam, através das normas, dos padrões.

É frente à heterogeneidade do humano, a norma está em luta constante, por não poder falar do que ela fala que são as diferenças e é exatamente aí que o preconceito, a discriminação se instalam, pois diante da norma, da regra, do padrão, a diferença expressa um modo de operar das práticas raciais e sexistas.

Portanto, negro e branco, homem e mulher, feio e bonito, civilizado e selvagem, inteligente ou retardado, capaz ou incapaz, são formas historicamente construídas e que a experimentação da diferença não é apenas uma questão do âmbito das paixões individuais, mas é uma questão política que conduz alguém a dizer, por exemplo, que odeia negro, mulher é menos capaz, índio é preguiçoso, idoso é inútil, política é para homens, etc), que implica em apropriações sensíveis, conceituais, formas estéticas e éticas, porque, na sociedade atual, quem define as normas, as medidas GOVERNA.

Daí ressaltar a importância da educação e dos educadores, tanto do espaço privado da família quanto do espaço público da escola, já que introduzem cada ser humano na diversidade da cultura; mediam e cuidam para que o velho mundo seja levado em consideração por aquele que chega com a novidade e o desafio, fazendo com que algo permaneça num mundo onde tudo tende a desaparecer.

E o que tem sido feito pelos educadores da família e do sistema de ensino, pelos Governantes em relação a diversidade étnica e o pluralismo cultural, no sentido do fortalecimento, dignidade e identidade humana? Têm sido agentes transformadores ou continuam praticando a cultura imposta pelos dominadores, pelo capital, sem levar em conta que todos têm direito de viver a sua vida do seu modo e de ver o mundo diferente?

Nesse sentido, nos dirigimos a um índio vestido com roupas iguais as nossas com um "quando você era índio", denota visão estereotipada de que é índio só se estiver pelado, pintado e de cocar; que o reivindicar da demarcação das reservas é exagero, ignorando que para índio a natureza, a terra, como o terreiro de candomblé é para negr@s e blanc@s praticantes, santuários sagrados (da mesma forma que a igreja é para os católicos), mas que cujos espaços e religiões sempre sofreram discriminações e perseguições da polícia e também no nível ideológico, quando mensagens racistas e mentirosas são veiculadas pela mídia criando um con-

ceito de imagens fraudulentas junto ao imaginário social.

Particularmente contra a cultura afro-descendente várias intolerâncias se registram, ao longo da nossa história, em relação a capoeira, ao samba, ao bumba-meu-boi, ao zabumba no Maranhão, ao cururu e siriri no Mato Grosso, onde traduzem o perfil de uma sociedade autoritária e perversa que não respeita, não tolera as expressões dos denominados diferentes.

As políticas, no compasso dessa tal modernidade, em nome de um desenvolvimento, vão empurrando as culturas afro-descendente e indígena para o isolamento e a extinção, já que a base delas se processa na territorialidade e na especialidade da natureza, principalmente no tocante à religião.

O povo se identifica, se alegra e se reconhece nas expressões culturais de origem africana, indígena e européia, que muitas vezes são incorporadas à vida cotidiana, mas a questão é a depreciação do povo negro, indígena, não reconhecendo o sentido do real significado do conteúdo filosófico relacionado à vida, à espiritualidade, à natureza, à relação entre as pessoas, à história da comunidade, o que constitui uma forma de desconhecimento que é proposital, revestido de uma série de preconceitos, discriminações, de negação de uma civilização tradicional que deu origem à humanidade.

Esse processo de construção de identidade pessoal, nacional precisa de interferências, de Políticas de Ação Afirmativa, de projetos educacionais no sentido de apoiar, incentivar, subsidiar essas relações com a sociedade, essas construções pessoais, esse fortalecimento do ser, definidor de segurança interior, auto-confiança, reconhecimento, geradores de auto-estima, do gostar de si mesmo, apreciar-se, estar certo de sua cor, de seu lugar social, sua inteligência, seu desempenho, sua diferença étnica, encarando a diferença como riqueza e não como inferioridade.

O pleno exercício da democracia raramente tem sido associada à necessidade de construirmos um país sem discriminação, que saiba antes de tudo

promover a igualdade e respeitar as diferenças.

Não poderemos nos auto-afirmar em nação democrática, enquanto não se estabelecer compromisso efetivo e contínuo pela eliminação das barreiras da discriminação racial e sexista.

As perspectivas da consolidação de um projeto e governo democráticos, socialistas dependem do grau de extensão da garantia de direitos e o exercício de cidadania de sua população, onde nenhuma parte pode ser excluída.

Entender isto como princípio básico exige medidas especiais que precisam ser adotadas e implementadas, não como privilégios, mas como garantia da promoção da igualdade.

Com base no exposto, propomos:

1 - Garantir o desenvolvimento de programas que assegurem a igualdade de oportunidades e tratamentos nas políticas culturais da União, Estados e Municípios, tanto no que se refere ao fomento cultural, quanto a preservação da memória de modo a dar visibilidade aos símbolos e manifestações culturais do povo afro-descendente e indígena.

2 - Assegurar a inclusão no Plano de Direitos Humanos da proposição de legislação que defina e puna a intolerância étnico-religiosa, assim como os preconceitos e estereótipos que estigmatizam conteúdos e as religiões de base africana e indígena, de modo a dar cumprimento ao preceito constitucional que assegura o livre exercício da fé.

3 - Incentivar a formação de Grupos de Trabalho para elaboração de propostas de material didático não racista, nem sexista com respeito às diferenças culturais e com extensão à comunidade.

4 - Constituir Equipe de Trabalho com militantes do partido do movimento negro, indiginista e feminista para avaliar todas as peças publicitárias do nosso candidato e depois Presidente da República, evitando assim, a veiculação de qualquer conteúdo discriminatório.

5 - Instituir Campanha Oficial Permanente sobre a necessidade de abolir a discriminação étnica e de gênero.

6 - Compor espaços de poder de forma a atingir maior equilíbrio entre os sexos e raças.

7 - Instalar espaços públicos para desenvolvimento de atividades culturais diversas, como parte de formação, lazer e direito à cidadania.

8 - Instituir Grupo de Trabalho vinculado à Presidência da República, de modo a pensar e elaborar Políticas de Ação Afirmativa articuladas com os movimentos sociais e os Ministérios.

9 - Promover a inclusão de assuntos afro-descendente e indígena nos currículos escolares de todos os níveis e a formação de Recursos Humanos para que consigam trabalhar tais conteúdos.

10 - Difundir, através dos meios de comunicação, os valores da diversidade, tolerância, pluralismo, sensibilidade cultural, na perspectiva de gênero e da contribuição de todos os grupos raciais.

11 - Destinar recurso orçamentário de modo a garantir execução de Políticas Públicas que venham atender prioritariamente a população afro-descendente, indígena e mulheres.

12 - Instituir o Dia 20 de Novembro como Feriado Nacional como reconhecimento, valorização, respeito ao grande Herói Negro- ZUMBI DOS PALMARES e a toda população afro-descendente.

13 - Apoiar todas as organizações dos movimentos sociais, em especial o Movimento Quilombista, Feminista e Sindical, existentes no partido.

14 - Promover estratégias, programas e políticas de ação afirmativa para repartir de forma equitativa os benefícios do desenvolvimento econômico e cultural.

15 - Reconhecer e titularizar a quem de direito todas as áreas Remanescente de Quilombo.

16 - Implementar as propostas decorrentes da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e Outras Formas Correlatas de Intolerância, ocorrida em Durban-África do Sul/2001.

Obs: Este tema desenvolveu quase que em sua totalidade como painelistas no Congresso do PSB no Rio Grande do Sul em 27/10. Meus sinceros agradecimentos pela 1ª oportunidade no meu partido e por terem, de certa forma, me forçado a esta produção.

No sentido da construção de uma política tecnológica para o Brasil

José Antônio Vale Antunes Junior – PSB Porto Alegre

I. INTRODUÇÃO

No atual contexto da realidade brasileira é necessário pensar a construção de uma Política Tecnológica consonante com a necessidade de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental harmônico do país. Este texto aborda sucintamente algumas questões que podem contribuir neste debate. Ele é dividido em 4 partes que são: i) O Contexto Econômico e Social e a Competitividade do país hoje – breves considerações; ii) Algumas perguntas essenciais que ligam a discussão sobre a problemática do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do país e a Política Tecnológica e Científica no país; iii) Os conceitos básicos de Tecnologia, Ciência Aplicada e Ciência Básica; iv) No sentido da construção de alguns Eixos Gerais de Ação em Termos de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental.

II. O CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL E A COMPETITIVIDADE DO PAÍS HOJE – BREVES CONSIDERAÇÕES

O Brasil é um país de imensas potencialidade no que tange ao Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental. É, hoje, uma das maiores Economias do Mundo. Porém, suas condições de Competitividade estão muito aquém de suas potencialidade. O mesmo ocorre se tomarmos como referências as condições de desigualdade social que cresce a olhos vistos no Brasil.

No que tange a Competitividade uma abordagem interessante consiste em observar um Relatório independente recente do Fórum Econômico Mundial intitulado de "The Global Competitiveness Report 2001" (Jornal do Comércio, 19 de Outubro de 2001). Este relatório elaborou um ranking das Economias mais competitivas do mundo baseado em três critérios básicos: i) Nível de Desenvolvimento Tecnológico; ii) Qualidade das Instituições Públicas; iii) Condições Macroeconômicas. Este Relatório coloca o Brasil na posição de número 44 no Mundo no ano – uma posição melhor do que os resultados de 2000. Quais seriam as razões de desempenho tão frágil se analisar-se a ampla potencialidade do país? Embora as causas sejam muitos, cabe trabalhar a importante questão do Nível de Desenvolvimento Tecnológico do País.

Uma pista importante para este debate é sugerido no artigo "Estratégi-

as Industriais: Sobrevida ou inflexão" escrito por Antonio Barros de Castro e Adriano Proença. Neste artigo é discutido a importante questão da geração de valor das diversas funções empresariais. O texto evidencia que a agregação de valor no âmbito da realidade industrial está profundamente relacionada com tópicos tais como: i) Design e Desenvolvimento de Produtos; ii) Gestão da Marca, Marketing e Logística. A Função Empresarial que menos produz valor é a Função Produção em si. A Divisão Internacional de trabalho pauta-se, entre outros tópicos, pela compreensão deste processo de agregação de valor. Um exemplo claro pode ser encontrado na Cadeia Produtiva de Couro e Calçados. Em grandes linhas o Design é concebido na Itália, a Marca do Produto e seus protótipos iniciais é realizado nos Estados Unidos, a Fabricação é repassadas para países 'em desenvolvimento', por exemplo, o Brasil, e posteriormente a Cadeia de Distribuição é coordenada pelo EUA. Ou seja, a agregação de valor capitalista dá-se no Design/Produto/Marca e nos Canais de Distribuição restando aos países que produzem os Calçados. Este tipo de situação é particularmente importante quando fala-se em Nível de Desenvolvimento Tecnológico.

Outro ponto importante consiste em perceber a importância que determinados segmentos tem para a agregação de valor na Economia como, por exemplo, a área de informática. Neste caso, o país tornou-se nos últimos anos um importador clássico de tecnologia. Os gastos com os itens "licença para exploração de patentes", "transferência de tecnologia" e os softwares cresceram nos últimos anos. Exemplificando, entre 1993 e 1999 a nossa exportação destes itens, caracterizando um claro déficit tecnológico, foi de US\$ 1,5 bilhão em 1997 e US\$ 3,4 bilhões acumulados durante o primeiro Governo FHC (93-97). Outro indicador importante da nossa dependência tecnológica refere-se a análise dos números associados as cha-

madãs patentes tecnológicas. Por exemplo, em 1997 foram outorgados para os brasileiros um total de 232 patentes, metade do que havíamos obtidos no ano de 1990. Contra estes números brasileiros, a maior parte obtidos pela PETROBRÁS, os EUA produzem ao redor de 50.000 patentes/ano e países como a Coreia 1.500 patentes/ano. Ou seja, ao invés de exportarmos nossa capacidade em termos de alta tecnologia temos uma pauta internacional profundamente deficitária. A Política do Governo FHC continua a mesma atualmente. Os setores privilegiados pelo chamado 'Ministério do Desenvolvimento' são no ano de 2001 ligados a setores tradicionais da Economia. Os setores privilegiados são: Alimentos, Frutas, Café, Cachaça, Carnes, Calçados e Couro, Móveis, Têxtil, Cosméticos, Cerâmica, Autopeças, Máquinas e Turismo. Ou seja, a política do Governo FHC pauta sua lógica na exportação de produtos primário e de produtos secundários de baixo valor agregado. Podemos exportar este tipo de produtos por nossas vantagens comparativas, mas este seria o caminho a ser perseguido olhando para a realidade do Século XXI em termos das pautas das exportações.

Além dos pontos apresentados acima torna-se desnecessário discutir a desigualdade existente em termos da distribuição de renda. Por exemplo, no Brasil em uma mesma Empresa, pode-se ter uma diferença salarial da ordem de 1:50 entre os salários mais altos e os salários mais baixos. Além disso, existe uma parcela substantiva da população brasileira encontra-se completamente excluída do mercado de trabalho. Ou seja, temos um número de clientes e consumidores muito inferior aos cidadãos brasileiros. Sendo assim, o país precisa urgentemente incluir parcela consideráveis da população no seu mercado interno. Tópicos como estes necessitam ser imediatamente tratados na profundidade necessária. Quais rumos tomar neste sentido. Esta é uma questão prática a ser enfrentada em profundidade

pelo Partido Socialista Brasileiro. Para isso, algumas perguntas parecem necessárias de serem formuladas.

III. ALGUMAS QUESTÕES ESSENCIAIS QUE LIGAM A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO BRASIL E A POLÍTICA TECNOLÓGICA E CIENTÍFICA NO PAÍS

A partir das considerações feitas anteriormente algumas questões parecem necessárias de serem formuladas. Elas são:

1.) Quais são as estratégias centrais a serem formuladas visando o crescimento do país - com a geração de um forte e sólido mercado interno - concomitantemente com a redistribuição da Empresa gerada?

2.) Qual o papel da Tecnologia e da Ciência no País visando suportar as Políticas de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental traçadas no item anterior?

3.) Como construir de forma processual uma Política de Tecnologia e Ciência para o país consonante com a geração de um Mercado Interno de Massas com Redistribuição de Renda?

Estas perguntas não são simples de responder, porém, provavelmente, tenham a capacidade de permitir a formulação de um debate estimulante e pragmático sobre o tema. A compreensão dos conceitos de tecnologia, ciência aplicada e ciência básica podem auxiliar neste sentido.

IV. OS CONCEITOS BÁSICOS DE PESQUISA DE CUNHO TECNOLÓGICO, CIÊNCIA APLICADA E PESQUISA BÁSICA

É essencial para estabelecer políticas de Tecnologia e Ciência compatíveis com o desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental Sustentável do país, revisar alguns conceitos básicos em termos de Ciência e Tecnologia, quais

sejam: i) Pesquisa Básica; ii) Pesquisa Aplicada e iii) Pesquisa de cunho Tecnológico;

A Pesquisa Básica constitui-se na fonte de conhecimento básico sobre os fenômenos que ocorrem no Mundo real, em particular no âmbito da natureza. Este tipo de conhecimento, embora possa apresentar algumas características de cunho local muito importantes, é passível de ser gerado por pesquisadores básicos localizados em diferentes partes do mundo e têm um forte caráter de universalidade. De maneira geral, sua materialização em termos de divulgação encontra-se na produção de artigos técnicos que são publicados em revistas internacionais fortemente especializadas nas diversas áreas do conhecimento. No campo da Ciência Básica, em termos teóricos, os paradigmas dominantes e vigentes determinam claramente os atores que serão prestigiados em termos dos apoios financeiros que lhe são atribuídos. Finalmente, há que ressaltar que boa parte da capacitação essencial em termos do desenvolvimento dos Recursos Humanos qualificados têm por base os aspectos fundamentais 'descobertos' através da construção sistemática do conhecimento através da Ciência Básica. De maneira geral, a Ciência Básica é desenvolvida nas Universidades, podendo cumprir um papel fundamental na formação de recursos humanos qualificados, que possam suportar e alicerçar o desenvolvimento científico e tecnológico de uma sociedade.

A Pesquisa Aplicada apresenta características bem distintas da Pesquisa Básica. A Pesquisa Aplicada pode ser percebida a partir da utilização de todo o tipo de conhecimento disponível e criado a partir da Ciência Básica, com o intuito de verificar a possibilidade de desenvolver aplicações práticas objetivas que possam ser, pelo menos do ponto-de-vista da probabilidade, aplicados em

termos do desenvolvimento de produtos e serviços. Neste sentido, a pesquisa aplicada não gera conhecimento original no que tange a compreensão dos fenômenos da natureza, mas sim se utiliza dos mesmos para a geração de conhecimento que possa ter utilidade do ponto-de-vista da sociedade. A materialização dos conhecimentos gerados em termos de ciência aplicada admite tanto a publicação de artigos técnicos em revistas especializadas, como também a geração das chamadas 'patentes'¹ e por consequência a propriedade intelectual. A inclinação para os pesquisadores aplicados adotarem como resultados de seus trabalhos a publicação em revistas especializadas ou as patentes industriais depende diretamente da política de Ciência e Tecnologia adotada nos diferentes países. Este processo é materializado em termos dos Indicadores de Desempenho utilizados e sua efetivação se dá através do financiamento destes tipos de pesquisa. A pesquisa aplicada, de maneira geral, é desenvolvida ou nas Universidades — por exemplo nas Escolas de Engenharias, Agronomia, Informática etc. ou em Centros/Instituições de Pesquisa específicas

A Pesquisa Tecnológica é uma variante da pesquisa aplicada e têm como eixo a intencionalidade de gerar produtos e serviços. Neste caso, é importante o contexto local envolvido tanto em termos técnico-econômicos, como do prisma cultural e do poder. Este tipo de pesquisa privilegia os fatores de produção local e está diretamente relacionada com a lógica da chamada 'Inovação Tecnológica', que objetiva a inovação de produtos, serviços, processos de fabricação e sistemas a partir de um prisma eminentemente social e econômico. Neste caso, a materialização dos resultados encontra-se diretamente vinculadas à sua aplicação prática e, em termos internacionais, encontra-se re-

lacionada com a problemática da propriedade industrial. Evidentemente, a intencionalidade da produção da pesquisa tecnológica é fortemente potencializada pela Política Industrial e pela Política de Tecnologia e Ciência propostas no âmbito dos países, bem como de seus Estados constitutivos. Dependendo da política econômica e industrial adotada ter-se-ão definições quanto a capacidade e o tipo de produção endógena em termos de pesquisa tecnológica, ou se estas propriedades tecnológicas serão adquiridas exogenamente no mercado internacional. É preciso perceber que a produção endógena de pesquisa tecnológica está na sua maior parte associadas com políticas industrial e de ciência e tecnologia explícitas ou implícitas. É muito difícil que as atividades exógenas se desenvolvam nos países, sem que se criem condições propícias para que isto possa vir a ocorrer. A pesquisa tecnológica deveria ser realizada em Centros/Instituições de Pesquisa e, de maneira prioritária nas Empresas sejam elas públicas ou privadas.

Um ponto importante de perceber é que a pesquisa tecnológica pode ser muito potencializada a partir da montagem de 'fábricas de produção de tecnologia', que necessariamente devem fazer a 'ponte' entre o conhecimento gerado nas Universidades locais e internacionais e a utilização concreta e objetiva dos mesmos no plano da inovação voltadas para o Desenvolvimento Econômico e a melhoria global da sociedade.

Um ponto importante de perceber a partir dos conceitos desenvolvidos anteriormente refere-se a necessidade de compreender as diferenças essenciais em termos da relação entre a tecnologia e a ciência. A geração de tecnologia enquanto implementação de uma 'política de inovação tecnológica' depende de uma construção e estruturação 'complexas', na medida em

¹ Importante observar que no caso brasileiro privilegia-se enormemente a medição dos resultados obtidos pelos pesquisadores em termos da publicação de artigos técnicos em detrimento da produção de patentes e outras formas de aplicação do conhecimento. Isto parece derivar, pelo menos em parte, da falta de compreensão das diferenças teóricas entre o conteúdo da produção de ciência básica e ciência aplicada, usando como parâmetro universal os conceitos derivados da ciência básica.

que os atores envolvidos são múltiplos e com culturas e interesses diferenciados, e tem uma lógica fortemente baseada na utilização intensiva de todo e qualquer conhecimento já disponível na sociedade. Porém a concepção da 'inovação tecnológica' é vital na medida em que são definidos os fatores de produção que serão utilizados na mesma – capital, trabalho, energia e o tipo de conhecimento envolvido. Sendo assim, é na concepção da inovação tecnológica, tanto em termos do poder, como da cultura e dos aspectos técnico-econômicos e energéticos, que será definido a possibilidade ou não da geração de um Desenvolvimento Industrial, Agro-Industrial e Agrícola autônomo e Auto-sustentável. Portanto, desenvolvimento tecnológico só adquirirá uma característica de autonomia e auto-sustentabilidade se for pensado e aplicado de forma endógena. Importante perceber que não se trata de utilizar todos os elementos que compõe por exemplo um 'pacote tecnológico' desenvolvido no Brasil. Mas sim de deter a 'hegemonia' na concepção do mesmo, o que garantirá a maximização econômica e social dos diversos fatores de produção envolvidos a partir de uma ótica regional e nacional. Ou seja, é na definição do 'pacote tecnológico local' e de suas implicações que será, na prática, instituída a Divisão do Trabalho em termos de todos os aspectos envolvidos na produção.

Um outro ponto importante na pauta de discussões consiste em explicitar se é verdadeiro ou falso o dilema envolvido no processo de aplicação de recursos entre a pesquisa básica de um lado e as pesquisas aplicadas e tecnológicas de outro? Ou seja, priorizar a aplicação em tecnologia de maneira particular, e em 'pacotes tecnológicos locais' de forma mais geral, implica na redução dos esforços a serem efetivados em termos da Ciência Básica e Aplica-

da? Produzem os mesmos resultados sociais e econômicos para as regiões e os países trajetórias tecnológicas do tipo:

i) Iniciar com a geração de uma forte ciência básica como fonte intelectual para avanços futuros, seguidos de uma posterior formulação de pesquisa aplicada com base nesta ciência básica gerada e posteriormente o estabelecimento de uma pesquisa tecnológica forte – Estratégia que aqui denominamos de Pesquisa Básica Empurrada;

ii) Priorizar a formulação de 'pacotes tecnológicos locais' enraizados em uma lógica de desenvolvimento autônomo e auto-sustentável, que necessitarão de um conjunto de atividades em termos de pesquisa tecnológica, aplicada e básica – Estratégia que aqui denominamos de Tecnologia Puxada. Qual a conexão mais aceitável, em termos de financiamento e resultados econômicos e sociais, de causa e efeito existente entre tecnologia e ciência básica e aplicada?

Explorar o caso brasileiro parece ser um bom caminho para o encaminhamento de reflexões acerca das questões acima levantadas. Retomando os tópicos apresentados anteriormente, segundo Nicolsky (FSP 01.01.99), os gastos com os itens 'licença para a exploração de patentes' cresceram, no período de 1993 à 1999, 100 vezes, os de 'transferência de tecnologia', 20 vezes, e os de software, oito vezes. Além disso, em 1997, foram outorgados para brasileiros um total de 232 patentes, metade do que obtivemos nos anos 1990 e um valor muito baixo em relação a países como Coréia, Japão, EUA. Sendo assim, um dos produtos objetivos da Política de Ciência e Tecnologia desenvolvida no Brasil nos últimos anos caracterizou-se por um 'deficit no balanço tecnológico'. Torna-se, portanto, necessário perceber que o país vêm sofrendo uma crescente onda de aquisição de tecnologias desenvolvidas no exterior. No entanto, no período

de 1980 até 1997, o Brasil teve um crescimento de 3 vezes no que tange a publicações em revistas técnicas especializadas indexadas internacionalmente. Pode-se observar com clareza que o fato de termos aumentados as publicações internacionais não demonstra nenhuma relação direta com a redução de nossa dependência de tecnologia exógena.² Ou seja, no Brasil têm-se um caso típico de 'pesquisa básica e aplicada empurrada', onde os resultados econômicos e sociais obtidos são, no mínimo, questionáveis. Por sua vez países que, nos últimos anos, investiram em Ciência e Tecnologia com um forte viés no componente tecnológico tiveram resultados muito distintos. Por exemplo a Coréia que nos últimos anos vêm obtendo um grande crescimento em termos da geração de patentes industriais e no seu desenvolvimento econômico, aumentaram de 1980 a 1997 em 44 vezes a suas publicações em revistas internacionais especializadas e indexadas. É um exemplo típico de uma estratégia do tipo 'tecnologia puxada' que demonstra que o aumento da produção de tecnologia, ao invés de competir com a produção de pesquisa científica e aplicada, promove a geração e a utilização intensiva das mesmas ativando assim todo o aparato científico instalado no país. A conclusão preliminar a ser tirada é simples: parece que a relação de causa e efeito entre a ciência e a tecnologia é que países fortemente voltados ao desenvolvimento tecnológico endógeno, produzem uma pesquisa básica e aplicada de mais quantidade, de maior qualidade e de maior importância/relevância econômica e social para o seu povo.

A partir das reflexões apresentadas acima, pode-se perfeitamente propor que a promoção de um desenvolvimento autônomo e autosustentável no país tenha alguns elementos básicos de referência a serem levados em conside-

² Isto, é evidente, não significa que deve-se reduzir os dispêndios com Ciência e Tecnologia, fragilizando assim os grupos fortes existentes no país. Significa apenas que deve-se refletir para procurar caminhos de utilização mais eficaz destes grupos para a melhoria objetiva das condições de vida dos brasileiros.

ração que são:

➤ A autonomia e a auto-sustentabilidade da região/país pressupõe a vontade política dos atores envolvidos de buscar soluções economicamente viáveis, ecologicamente sustentáveis e socialmente justa³. Em especial deve-se promover esforços tendo como objetivo fim um tipo de desenvolvimento econômico e social aproveitável de forma ampla pela maioria da população;

➤ Em todos as ações realizadas ter como ponto central a preocupação e a consciência aguçada para todos os fatores que envolvem as questões sociais e ecológicas;

➤ A impossibilidade/dificuldade de concretizar a autonomia e a auto-sustentabilidade sem a formulação de uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia consonante com a formulação mais ampla de uma Política Industrial e Agrícola para o país (Villaverde, *Jornal do Brasil*, 22.04.99).

➤ Reconhecer que a formulação da Política Nacional de Tecnologia e Ciência pressupõe a participação de um conjunto amplo de atores - Governos Federal e Estaduais, Empresas, Universidades, Centros de Pesquisa, Sindicatos dos Trabalhadores - que tenham como ótica básica modificar gradualmente, porém de forma firme, as relações de dependência que o país mantém na atual ordem econômica internacional;

➤ A necessidade da concepção de 'pacotes tecnológicos locais' que tenham como centralidade a valorização dos recursos/fatores de produção locais, incluindo aí os aspectos relativos ao capital, trabalho, energia e conhecimentos disponíveis na região e no país;

➤ O estabelecimento de laços concretos entre as pesquisas básica, aplicadas e tecnológicas que reconheça enquanto elemento estratégico central uma lógica do tipo 'tecnologia puxada',

onde o paradigma da Inovação Tecnológica encaminhe uma geração e utilização cada vez mais intensiva da pesquisa básica e aplicada desenvolvida no país;

➤ A necessidade de alterar ou mesmo criar os parâmetros de avaliação atualmente adotados para mensurar as pesquisas realizadas no país, em particular das pesquisas do tipo aplicada e tecnológica. É necessário estabelecer novos critérios que tenham como base modificar de forma rigorosa a atual hierarquia dos assuntos tratados na academia onde o desenvolvimento de temas locais ou regionais é avaliado como inferior a 'produção universalista' com foco único nas publicações científicas em revistas internacionais especializadas (Thiollent, 1994);

➤ A necessidade de desenvolver um conjunto de ações para a criação de uma nova epistemologia e de novos paradigmas que levem em conta todos os elementos centrais ligados a questão ambiental e social entre os quais pode-se citar: i) Ajuda mútua e cooperação; ii) visão de sistema ambiental; iii) formação de recursos humanos a partir de uma ótica que privilegia a interdisciplinaridade; iv) formas cooperativas de produção; v) incorporação do fator limitação dos combustíveis não renováveis enquanto elemento central na visão econômica a ser desenvolvida⁴; vi) ter como referência básica a construção social permanente da cidadania.

➤ A necessidade de construir uma nova economia no país onde, de forma crescente e contínua, sejam criadas um conjunto de novas Empresas embasadas na lógica da utilização de nossos imensos recursos naturais renováveis e que tenham como eixo central o máximo aproveitamento de nossa biomassa.

V.1) NO SENTIDO DA CONSTRUÇÃO DE ALGUNS EIXOS GERAIS DE AÇÃO EM TERMOS DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

Como já discutido anteriormente a idéia básica desta formulação inicial consiste em propor a construção de uma Política de Tecnologia e, também, uma Política Científica que possa ser legitimada no âmbito da Sociedade Civil brasileira em virtude do fato de que estas políticas possam auxiliar na geração, de forma objetiva e pragmática, de um desenvolvimento econômico com justiça social. Para isso a seguir apresenta-se, de forma sucinta, um conjunto de Eixos possíveis de ação. Estes Eixos devem ser considerados como proposições para discussão com atores mais amplos da Sociedade Civil brasileira.

Eixo I - Construção de um conjunto de Políticas Públicas visando incentivar ações em termos de áreas de Elevado Conteúdo Tecnológico.

É preciso modificar no médio e longo prazo a dependência que temos em termos do "deficit no balanço tecnológico do país". Isto implica em propor um conjunto de ações práticas em termos das cadeias produtivas ligadas a Informática (em particular, questões associadas a Software), Microeletrônica etc... Também, neste tópico deve-se incentivar Cadeias Produtivas importante para o país como, por exemplo, a Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás. É uma função essencial dos Governos dos Estados e do Governo Federal incentivar de forma objetiva que os pacotes de Fornecimento da Indústria de Petróleo e Gás sejam feitos por Empresas Nacionais ou, no mínimo, de Empresas instaladas no país. Um dos exemplos práticos

⁴ Não é razoável nesta nova epistemologia imaginar que o problema ambiental possa vir a ser tratado como uma mera internalização nos temas econômicos tradicionais.

³ Como diz Treillon (1992) "a valorização dos recursos locais representa um desafio político".

cos deste tipo de política é a formação da REDE PETRO/RS que consiste em uma articulação entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Empresas, Universidades, Centros de Pesquisa etc... que tem a missão de promover e fortalecer a base tecnológica local de Fornecedores de Bens e Serviços para o setor de Petróleo e Gás Natural. O sentido destas ações é que o Poder Público estimule e articule uma aproximação da qualificação da base industrial e de serviços do Estado do RS com as Universidades e Centros de Pesquisa do Estado do RS com objetivos claros de ampliar sua participação no Fornecimento da Rede de Petróleo e Gás do país. Atualmente, a REDE PETRO/RS congrega mais de 100 Empresas e 70 laboratórios de Universidades e Centros de Pesquisa do RS.

Eixo II – Construção de Políticas na área de Tecnologia para avançar Setores Tradicionais da Economia e da Sociedade

A idéia consiste em aumentar a agregação de valor em Cadeias Produtivas tradicionais. Por exemplo, aumentar a agregação de valor na Cadeia Logística no Setor Coureiro-Calçadista e Agro-Industrial através de ações na área de Design, Inovação de Produtos, Política de Marcas e Cadeias de Distribuição. Evidentemente, isto implica em avançar um conjunto de práticas em termos de Tecnologia de Gestão apropriada para a gestão de Cadeias Produtivas complexas. Outro ponto importante neste eixo consiste em gerar um conjunto de políticas públicas visando alavancar ações de desenvolvimento microregional no país (Ex. Programa de Pólos de Modernização Tecnológica no RS);

Eixo III – Ações na área de Tecnologia Apropriada visando melhorias objetivas na área Social

A idéia básica consiste em gerar um conjunto de ações visando melhorar a qualidade e reduzir os custos em áreas de relevância social e econômica para a sociedade brasileira. Como exemplo de ações possíveis neste Eixo pode-se citar:

- Geração de um conjunto de Inovações em termos de Tecnologia Física e Social (Métodos de Gestão) visando reduzir drasticamente os custos da Construção Civil para a fabricação de Habitações Populares no Brasil;

- Incrementar uma política de tecnologia visando reduzir os custos ligados a produção e comercialização de alimentos no país;

- Geração de Inovações no âmbito da Gestão e de Tecnologia Física apropriadas para melhorar a Saúde Pública no país.

Eixo IV – Ações no sentido de suportar a geração de uma Nova Economia ligada ao Ambiente

Hoje existe toda uma potencialidade de gerar uma Nova Economia ligada ao ambiente. Isto implica, por exemplo: i) em utilizar nossas imensas potencialidades na Amazônia para a geração de um conjunto de novas Empresas ecologicamente sustentáveis; ii) avançar a utilização do potencial da Biomassa como fonte renovável de energia (ampliando substancialmente as ações tomadas no passado no chamado Programa Nacional do Alcool). No Século XXI abre-se uma imensa

potencialidade neste sentido e o Brasil detém condições naturais para avançar muito nesta temática. No entanto, é necessário avançar 'fábricas de tecnologia' nacionais ligadas a questão ambiental. Para isso, a base científica em termos da biologia é essencial;

Eixo V – Ações no sentido de acumular experiência e ação na área de Tecnologia Social e de Gestão

Neste caso, a idéia básica relaciona-se com dois tópicos básicos:

- Melhoria de Tecnologia de Gestão com Foco nas Empresas Públicas e Privadas – pode-se observar, como no caso do Japão, que existe uma grande potencialidade de melhorar substancialmente o desempenho econômico-financeiro das Empresas através da melhoria das Tecnologias de Gestão adotadas. Isto implica em avançar os elementos de Gestão modernos relacionados com o chamado 'Pensamento Sistêmico';

- Melhorias de Tecnologia de Gestão na Área Pública – É necessário apropriar-se e avançar em Modelos de Gestão apropriados para a Gestão Pública em todos os níveis (Empresa Públicas, Políticas Públicas etc...). Por exemplo, isto implica em: i) retomar e avançar os trabalhos sobre Planejamento Estratégico Situacional (Carlos Matus/Partido Socialista Chileno); ii) adotar os princípios, conceitos e técnicas ligadas ao Pensamento Sistêmico relacionado a Gestão de problemas complexos na área pública; iii) avançar a discussão sobre temas de gestão associados a Cooperativas e Autogestão.

Projeto real para transformação de uma economia virtual

Franklin Capistrano – Escritor, médico e vereador do PSB-Natal/RN

"Um povo que conhece o passado de seus sofrimentos e esperança está em melhores condições de refletir sobre o presente e de enfrentar o tempo que vem".

Gustavo Gutiérrez
In Teologia da Libertação

Este Congresso Estadual do Partido Socialista Brasileiro para o VIII Congresso Nacional permite, desde já, uma reflexão e aprofundamento do tema: **UM PROJETO PARA O BRASIL: desenvolvimento sustentável: Políticas integradas para um Brasil Socialista.**

Tal deliberação temática nos faculta ensinar um esboço ideológico que objetive contribuição, para que se possa desenvolver uma ação programática efetiva, capaz de desenvolver uma práxis partidária renovadora, a partir das bases do próprio Partido, para a implantação gradual e eletiva do programa de governo do PSB, como opção política de toda a nação brasileira, isto pela conquista transparente do voto, nos diversos níveis do pacto federativo. E este é o momento mais urgente para a construção de uma pedagogia da liberdade capaz de possibilitar a implantação de uma sociedade plural, ética em sua dimensão sócio-econômica, democrática, socialista, para o século que se inicia, respeitando-se, na medida das necessidades sociais, os limites da legalidade da constituição cidadã de 1988.

Obedecendo os princípios éticos partidários e expressando o ideário do Partido, pelo conteúdo de seu Programa, vale registrar o pensamento socialista, do PSB, pelo manifesto e programa de reorganização partidária enunciado de acordo com a nova Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.06/95). Estes os instrumentos para a prática da vivência cotidiana ideológica, caminho salutar para a organização dinâmica do partido e crescimento dos ideais socialista.

Para que se possa pensar num projeto de desenvolvimento sustentável e políticas integradas para um Brasil socialista, hoje, há que se repensar o conceito de **DESENVOLVIMENTO**, considerar e analisar o manifesto e programa partidário à luz das modificações e acomodações cíclicas políticas, econômicas e sociais acontecidas desde o século passado e início deste século XXI. Pois o legado socialista, como prática ideológica partidária ou, também, como experiências administrativas gestoras de políticas públicas e/ou regimes governamentais, manifestaram-se e ainda, em alguns países, permanecem se manifestando, imersos em um mundo parcialmente dominado pela globalização predatória econômica desenfreada.

O programa partidário, na sua introdução, caracteriza a verdadeira face da sociedade atual como decorrente de um status econômico gerador de desor-

dem e desigualdades sociais graves, multiplicadoras de toda ordem de exclusão da vida, principalmente para os trabalhadores, sub-trabalhadores e excluídos sociais. Assim, como diz o programa: "Considerando ainda, que as condições históricas, econômicas e sociais peculiares ao Brasil não o situarão fora do mundo contemporâneo, quanto aos problemas sociais e políticos em geral às soluções socialistas que se impuserem."

Assim, o lema **SOCIALISTA E LIBERDADE**, passou a orientar os princípios programáticos partidário em onze itens, desta forma enunciados-

I - O Partido considera-se, ao mesmo tempo, resultado da experiência política e social dos últimos cem anos em todo o mundo e expressão particular das aspirações socialistas do povo brasileiro.

II - As peculiaridades nacionais serão pelo Partido consideradas, de modo a que a aplicação de seus princípios não constitua solução de continuidade na história política do país, nem violência aos caracteres culturais do povo brasileiro.

III - Sem desconhecer a influência exercida sobre o movimento socialista pelos grandes teóricos e doutrinadores que contribuíram eficazmente para despertar no operariado uma consciência necessária ao processo social, entende que as cisões provocadas por essa influência nos vários grupamentos partidários estão em grande parte superadas.

IV - O Partido tem como patrimônio inalienável da humanidade as conquistas democrático-liberais, mas as considera insuficientes como forma política para se chegar à eliminação de um regime econômico de exploração do homem pelo homem.

V - O Partido não tem concepção filosófica da vida, nem credo religioso; reconhece a seus membros o direito de seguirem nessa matéria, sua própria consciência.

VI - Com base no seu programa, o Partido desenvolverá sua ação no sen-

tido de fazer proselitismo, sem prejuízo da liberdade de organização partidária, princípio que respeitará, uma vez alcançado o poder.

VII - O objetivo do Partido, no terreno econômico, é a transformação da estrutura da sociedade, incluída a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procurará realizar na medida do possível em que as condições do país a exigirem.

VIII - No terreno cultural o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceito e raça.

IX - O Partido dispõe-se a realizar suas reivindicações por processos democráticos de luta política.

X - O Partido admite a possibilidade de realizar algumas de suas reivindicações em regime capitalista, mas afirma sua convicção de que a solução definitiva dos problemas sociais e econômicos mormente os de suma importância, como a democratização da cultura e a saúde pública, se será possível mediante a execução integral de seu programa.

XI - O Partido não se destina a lutar pelos interesses exclusivos mas pelo de todos os que vivem do próprio trabalho, operários do campo e das cidades, empregados em geral, funcionários públicos ou organizações paraestatais, servidores das profissões liberais, - pois os considera todos, identificado por interesses comuns. Não lhe é, por tudo isto, indiferente à defesa dos interesses dos pequenos produtores e dos pequenos comerciantes.

Estes princípios pragmáticos doutrinários foram formulados já numa época de identificação e diagnóstico sócio-econômico do chamado tempo de globalização da economia. Os partidos socialistas viveram épocas de intolerância política, entre regimes ditatoriais tanto de esquerda radical, quanto de direita e natureza nazi-facista, em várias partes do mundo. Assim os socialistas do

PSB atravessaram guerras setorizadas e mundial, inúmeras crises econômicas, períodos econômicos colonialistas e "desenvolvimentistas". E participaram de uma perseverante luta nacionalista pela preservação das riquezas nacionais, tais como a do petróleo é nosso, e, também, no duro tempo do imperialismo monopolista e cerceador das liberdades, espalhadas nos direitos humanos. Este aprendizado político foi mais sacrificado para a redemocratização do país, durante a abertura lenta, gradual e progressiva após o golpe militar de 64.

Mas, a atual recessão econômica mundial liderada, em tempo de globalização, pelo capital financeiro internacional, aponta para novas diretrizes de atuação, quanto o estabelecimento de políticas públicas e doutrinação partidária. Estabelecer programas de atuação em todas as frentes da militância e junto aos governos é a tarefa que se propõem para o melhor estudo e compreensão do fenômeno da globalização da economia, quando se sabe que o capital financeiro internacional tornou-se apátrida.

Analisando as questões de desenvolvimento, há que se fiscalizar a implementação de políticas públicas pelas ações do controle social, através da sociedade organizada e Ministério Público, e, analisar os meandros da financeirização do capital pela universalização do lucro, para se esboçar quaisquer projeto de desenvolvimento, conceituando-se o significado do que poder-se-ia chamar de desenvolvimento sustentável. Para tanto, necessário se faz compreender melhor a nova ordem mundial.

Celso Furtado, em ensaio sobre esta questão, denominado de: "O Capitalismo global" assim se expressa: "Já ninguém ignora a fantástica concentração de poder que hoje se manifesta nos chamados mercados financeiros, que são dominados por atividades especulativas cambiais. Com o avanço da globalização, as Bolsas de Valores, são os mercados que apresentam as mais

altas taxas de rentabilidade, pelo lucro do ágio dolarizado. Daí que a distribuição do lucro em escala mundial manifesta-se por ondas cíclicas crescentemente determinada por operações de caráter virtual, efetuadas na esfera financeira." A este fenômeno do capital financeiro internacional o economista e professor Celso Furtado chama de – **CAPITALISMO GLOBAL**. Esse sistema de poder mundial preocupa as outras economias do mundo, pelo o significado que nele terá a dolarização da vida.

Assim, pela mundialização da economia como ficarão os estados nacionais, numa economia imbricada, dependente de um capital volátil e indiferente àquele capital produtivo, gerador de riqueza, pelo trabalho proletário evidente, nos meios de produção? Somente através de políticas públicas, e mesmo privadas, direcionadas para o estabelecimento e concretização dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, é que poder-se-á chegar a efetivação prática de projetos para o desenvolvimento sustentável, uma vez que o meio ambiente, os meios de produção, os desajustes sociais e a economia nacional, todos reféns deste capitalismo global via FMI, parece tornar inviável quaisquer projetos que objetive, em primeiro lugar o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira. Mas, para mudanças, como afirma o economista Celso Furtado no trabalho citado: "Não tenhamos dúvida de que sempre existirá espaço para o exercício da vontade política, quando esta se manifesta com vigor adequado."

A crítica que se faz a uma era desenvolvimentista que emite sinais de paralisia e morte lenta agonizante está no manifesto anti-neoliberal, organizado por Wolfgang Sachs no "Dicionário do Desenvolvimento". Na introdução deste "Guia para o conhecimento como poder" a reflexão sobre os paradoxos do desenvolvimento inicia-se com a afirmativa de que: "Os últimos quarenta anos poderiam ser chamados de era do de-

seenvolvimento. Uma era que está chegando ao fim. Esse é o momento adequado para se escrever o seu obituário." A filosofia do desenvolvimento foi alimentada pelas grandes potências, mais para a manutenção de uma hegemonia além de quatro décadas.

O esforço, a necessidade imperiosa de países pobres, coloniais, subdesenvolvidos, emergentes, capitalistas pseudo-capitalista ou de pretensa economia socialista era direcionado para o caminho do modelo do DESENVOLVIMENTO. Ao passo e a medida que a falência do modelo desenvolvimentista foi acontecendo e a globalização do capital volátil se estabelecendo no mercado financeiro internacional o dinheiro, o papel moeda foi deixando a finalidade precípua de financiar o desenvolvimento de fontes e riqueza nacional. O desenvolvimento estagnado no tempo parou a produção e o mundo caiu num oceano de incertezas de dividendos de uma economia ante a agonia das fontes de produção sufocadas pela volatilidade do capital excessivo concentrador do ócio inibidor dos meios de produção e o capital estará decretada definitivamente a falência dos projetos de desenvolvimento sociais e econômicos, principalmente.

E é seguindo o raciocínio da mudança que, projetos vigorosos, centrados na realidade sócio-econômica, que o país poderá sair desta encruzilhada neoliberal cognominada de globalização da economia. A preocupação com a dívida social interna deveria superar a preocupação exagerada do governo no pagamento dos juros de uma dívida externa de proporções alarmantes. Buscar alternativas para o crescimento real do PIB, com distribuição de renda que possibilite a queda do IDH, democratizando o acesso de todos ao trabalho, saúde, educação, moradia, terra para trabalhar, incremento do parque industrial existente com acesso aos bens de consumo a todos os cidadãos, queda da taxa de juros para incentivo do consumo interno e menos privilegiado para o capital finan-

ceiro volátil, preservação de nossas riquezas nacionais, meio ambiente e uma política realista de preservação do patrimônio nacional contrária as privatizações e desnacionalização do parque industrial brasileiro.

Estas são as sugestões para as diretrizes básicas que objetivem implementar um projeto Brasil de desenvolvimento sustentável. Sabe-se que o conceito de desenvolvimento, com o advento do capitalismo global, passou a não ter aquele mesmo significado dos anos cinquenta/sessenta época do desenvolvimentismo via Cepal, Aliança para o Progresso e outros programas da **OEA, BID, BIRD, FMI**. Pois hoje quando se sabe que quase todos estes programas são manipulados pelo Consenso de Washington e o grupo do G-7, do Fórum econômico mundial, que têm como contraponto o Fórum Social dos economicamente pobres e ditos emergentes.

Além dos fatores pertencentes a esferas políticas e econômicas geradoras de tensões entre o capital e o trabalho que desaguarão no fiasco da filosofia do DESENVOLVIMENTO, o mundo ocidental e oriente médio encontram-se no momento presente em situação extremamente delicada para o futuro de suas economias uma vez que esta guerra capitalista/fundamentalista já ocasiona sérios prejuízos a economia e vida social comunitária de todos nós. A insegurança da economia mundial após o trágico acontecimento terrorista do World Trade Center e Pentágono nos EUA, coloca em estado de alerta governantes e países de todo o mundo e insegurança quanto aos programas de desenvolvimento sociais e econômicos que objetivem o bem estar da sociedade.

A grande dificuldade para elaboração de um projeto de desenvolvimento sustentável, com políticas públicas integradas para o país, está na dificuldade de uma nova conceituação do que seja hoje DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Entende-se este desenvolvimen-

to, como consequência de ações administrativas gerenciadas pelo poder público ou não que tenha como linha definidora alocação de recursos para o estabelecimento de prioridades em áreas mais carentes da ordem social vulnerável à exclusão da cidadania. Implementar programas para o desenvolvimento das potencialidades do meio ambiente, conservando um relacionamento produtivo e generoso entre o homem que produz e a natureza, a partir de utilização de recursos energéticos de toda natureza, crescimento planejamento de pólos de integração industrial; aumento do incremento produtivo em áreas da agricultura, pesca, pecuária e incremento salutar das relações econômicas internacionais e alargamentos das possibilidades do comércio exterior e do consumo interno. Neste desenvolvimento sustentável a visão e o objetivo filosófico socialista deverá criar condições para que da relação capital x trabalho possa se colher os frutos

do bem estar social, invertendo-se a óptica capitalista e colocando-se o homem em primeiro lugar e para o qual o trabalho seja fonte de vida plena, transparência, participação democrática e partilha de bens sociais.

A tradução do Projeto para edificação de um Brasil socialista não poderia deixar de passar pelo princípio básico de políticas públicas integradas, a partir do pacto federativo, obedecendo o princípio da universalidade, integralidade de ações corroborando para isto a participação ativa e efetiva de comunidades em projetos tais como: orçamento participativo, e ações em saúde, educação, direitos humanos e programas não assistencialistas de combater a pobreza.

Há, também, que se rever em profundidade o conteúdo do que seja DESENVOLVIMENTO, uma vez que a era do desenvolvimentismo é coisa do passado. Hoje a financeirização da economia globalizada destruiu o mito do

desenvolvimento e subdesenvolvimento para as nações da comunidade mundial. Novos caminhos pelas veredas do desenvolvimento real, necessitam projetar o homem e suas necessidades básicas sócio-econômicas para o equilíbrio na exploração das potencialidades naturais e relações interpessoais e aquelas voltadas para a comunidade.

Um desenvolvimento sustentável é um projeto que poderá edificar as bases estruturais de um governo socialista onde o bem comum, o bem social teriam a ação participativa de todos pela legitimidade do voto democrático. Construir um Brasil socialista e democrático, resguardando a integridade da indústria nacional é dever fundamental que deve ser inserido em qualquer programa partidário que objetive a socialização dos meios de produção estratégicos para salvação da economia nacional. Para tanto as políticas públicas integradas podem evidenciar um desempenho voltado para esse sentido.

Socialismo

"O espaço do cidadão"

Tese do PSB/SP

Nós não chegamos a ser universais porque não somos suficientemente brasileiros. A cultura tem de vir com o território, com o povo, com a história se fazendo.... Essa força de ser original, só a emoção permite...

Prof. Milton Santos.

INTRODUÇÃO

O PSB/SP, como tradicionalmente acontece em seus congressos estaduais, presta homenagem a um pensador brasileiro, que tenha contribuído, direta ou indiretamente, para o fortalecimento do ideário socialista. Este ano, o nosso homenageado é o geógrafo, sociólogo e mestre emérito, o Professor Milton Santos, um dos maiores pensadores brasileiros do século XX.

VOCAÇÃO:

Os socialistas de São Paulo inspirados nos mais elevados preceitos do humanismo e da democracia, consideram que o Brasil está qualificado para exercer a efetiva liderança do hemisfério sul com um projeto de desenvolvimento político, econômico e social que se constitua em alternativa capaz de fazer frente à dominação dos atuais pólos hegemônicos. Para tanto, nossa tarefa é contribuir para transformar o país numa potência soberana, desenvolvida, democrática e socialmente justa.

DEMOCRACIA:

O PSB reafirma o seu zelo democrático, configurado em um arco mais amplo no entendimento político e na confirmação de sua posição em favor da pluralidade partidária e seu constante empenho na busca de conformar um conjunto de propostas de políticas públicas que reflitam a manifestação majoritária da sociedade.

POLÍTICA E GEOGRAFIA SOCIAL:

Nossa Tese deste ano quer enfatizar a necessidade do respeito ao espaço pela vida em todas as suas possibilidades, que deve ser o ponto complementar de nossas idéias, projetos e ações políticas em busca da liberdade do cidadão.

Devemos cuidar e vigiar para que nossa ação política não nos limite ao pragmatismo dos prazos, das atas, das assembléias, dos votos e das eleições, mas ao vigor da comunhão da liberdade.

Há que se cuidar da garantia do espaço físico, do espaço do livre pensar e do espaço da ação de viver, como garantias inalienáveis.

Quando nos organizamos enquanto partido político, nos dispomos como intermediários entre o poder e a sociedade, entendendo o primeiro como o instituto das causas e do cumprimento das necessidades da segunda.

CONJUNTURA NACIONAL E SEUS REFLEXOS:

O Papel do Estado: (como agente, para promover o desenvolvimento e garantir o acesso a todos).

A sociedade está se deparando, hoje, com um debate contraditório entre o neoliberalismo, isto é, a idéia de que o mercado pode, por si só, estabelecer o equilíbrio da sociedade e o estatismo, a idéia de que o Estado, através da criação de novas burocracias é capaz de dar conta das crescentes demandas sociais.

Se por um lado a primeira idéia tende a aniquilar o Estado, considerando-o uma entidade desnecessária, por outro, a segunda, agiganta-o sacrificando a sociedade, cobrando mais impostos. Entendemos que, no limite, as duas formas são maléficas para o conjunto da sociedade. Entendemos necessária e fundamental a instituição Estado: nenhuma sociedade civilizada pode funcionar sem um governo.

O Estado pode e deve intervir de forma permanente ou temporária nas atividades da sociedade toda vez que as demandas assim o solicitem.

Revisão das Privatizações:

Fica cada vez mais claro que o governo errou duplamente no processo de privatizações. Não adotou estratégias que resguardassem nossa autonomia e ao disponibilizar os bens em leilão, fê-lo mal, foi um péssimo negociador dos bens do povo.

Insistimos na tese de que a **soberania nacional** está vinculada a três fatores primordiais:

Educação gratuita e de excelência em todos os níveis, o que inclui desenvolvimento **científico e tecnológico**, formadores da inteligência nacional e garantia de autonomia.

Controle, pelo Estado, do sistema de **telecomunicações**. Todos sabemos da importância das comunicações na formação da opinião pública. Ou temos o livre debate de idéias, ou a Na-

ção poderá ser manipulada por interesses corporativos ou até externos, o que seria pior. Além disso, o mercado financeiro internacional, assim como nossa vida bancária, são interligados por sistema satelitizado, em outras palavras, por telecomunicação. E o agente capaz de manter a paridade dos múltiplos interesses é, sem dúvida, o Estado.

O Estado como gerente da **Matriz Energética Nacional** (hidrelétricas + carvão + petróleo, majoritariamente). Energia é alavanca para o desenvolvimento, é instrumento de justiça social e é poder de decisão, ou, em última análise, poder político. Haja vista a constante movimentação de grandes instrumentos de guerra dos Estados Unidos no Golfo Pérsico. Não é para garantir a paz, mas para pressionar o mundo árabe a manter o fluxo de petróleo, a bons preços, para o mercado americano.

A Questão Energética:

O governo federal se esqueceu de que dispomos de uma Matriz Energética que precisa ser constantemente avaliada. Perdeu-se em ouvir as regras do FMI e não atentou para as necessidades essenciais da nação brasileira. Desequilíbrio a Matriz Energética, exatamente onde nós somos mais fortes, na produção via hidrelétricas.

Em primeiro lugar, vamos analisar a questão de balanço de pagamentos do país. Faia-se em Usinas a Gás, para deter o déficit, esquecendo-se que o Brasil não produz turbinas a gás de grande porte, e nem tampouco se planeja criar um parque para sua construção, não se pode fazer isto a curto prazo. Tomando um aumento de demanda de 8% ao ano, e o potencial instalado de 110 000 MW, teremos de instalar 127 milhões de kW de usinas nos próximos 10 anos. Para um país cujo superávit comercial é quase nada e cuja política monetária restritiva tem travado o crescimento econômico por conta de controlar o problema do balanço de pagamentos, fica clara a situação de desídia

com que o governo tratou um assunto tão sério.

PERSPECTIVAS PARA 2002:

Colaborar, influir, propor, liderar, formular contrariando todas as iniciativas inconseqüentes da política neoliberal, é o papel da Partido Socialista Brasileiro.

O PSB, em qualquer situação conjuntural que se apresente, não pode perder sua identidade e seus propósitos consagrados em todas as instâncias partidárias e pela sua prática, emanada dos seus programas e estatutos. Não deve, entretanto, fechar-se para o diálogo democrático e para ações políticas conjuntas, desde que não comprometa sua ação, baseada no seu ideário maior.

Sob estas premissas, um amplo campo de ação está aberto ao PSB, com o peso político que hoje se apresenta. Prevalecendo-se desta situação, não deve o partido perder de vista suas possibilidades tanto para as eleições de 2002, quanto para o futuro de suas conquistas.

Eleição Presidencial: o PSB está com amplas chances de disputar as eleições de 2002 em pé de igualdade com os grandes partidos. Isto é inédito em nossa vida partidária. É tempo de soberania política da qual não podemos abdicar. Vamos centrar força nesta possibilidade. O PSB pode mostrar sua face para a Nação. Mas é preciso mostrar o programa partidário e não posições isoladas.

Eleições parlamentares: o PSB quer eleger o maior nº possível de deputados nas eleições de 2002. Em face de algumas alianças mal resolvidas nas eleições de 1998, que acabou prejudicando a eleição de quadros do partido em proveito de partidos coligados, no próximo ano devemos priorizar nossas chapas de deputados.

Eleição de governadores: com o destaque que vem tendo nosso candidato a presidência da república, crescem as possibilidades e a necessidade de candidaturas a governo dos estados. O

partido tem que trabalhar com afinco nessa direção, com o risco de se ver obrigado a declinar em favor de candidaturas alheias aos interesses do partido, descaracterizando nossa sigla.

Política de alianças: o PSB deve trabalhar na linha de lançar candidatos para todos os níveis da disputa para 2002 e construir, ao lado das forças democráticas, um panorama de mudanças sociais junto ao eleitorado, valendo-se dos espaços de mídia conquistados nas eleições de 1998, com os votos de quem acreditou em nossas propostas, depositou sua confiança no PSB e agora espera de nós o retorno e não a sujeição desse espaço a outras idéias.

Sobre a Educação:

A educação de um povo é o termômetro que nos permite medir o seu próprio desenvolvimento. Ela media a prática dos homens, que ao longo de sua existência histórica estabelece relações políticas, econômicas, filosóficas e sociológicas entre eles.

As medidas do governo federal para com a educação, de nenhum interesse social, estão promovendo a desqualificação do sistema educacional brasileiro, indistintamente adequado, ao mesmo tempo, às demandas de interesses alienígenas e à falta de um projeto nacional de desenvolvimento. O nível de miserabilidade do ensino público a que chegamos está diretamente associado ao projeto de redução do papel do Estado, com a conseqüente exclusão de grande parte da população dos benefícios públicos, entre os quais, a educação.

O PSB considera que a visão do governo federal está privilegiando os aspectos técnicos da educação em detrimento das questões educacionais de conteúdo, que garantam o fortalecimento do **HOMEM** propositivo e **cidadão**.

O PSB deverá lutar para que o espaço educacional seja tratado como centro do desenvolvimento pleno da Nação.

Construção de uma política para o ensino universitário, para o ensino fundamental, para a erradicação do analfabetismo, para o financiamento da educação e para a requalificação permanente do corpo docente, em todos os níveis.

Sobre a Tecnologia:

A fronteira tecnológica, principais linhas e mecanismo de absorção, criação e difusão de técnicas na economia; papel da universidade e centros de pesquisa e sua relação com o parque industrial, o mix tecnológico desejável e as tecnologias essenciais, são parâmetros fundamentais frente ao mundo contemporâneo, dos quais não devemos nos alienar.

O Brasil investe, hoje, míseros 0,9% de seu produto interno bruto em pesquisa científica, quando a Coreia investe 4,7%. O Estado soberano tem que dar prioridade aos investimentos em pesquisa e, principalmente, disseminá-la ao serviço e conforto da população.

Sobre a Saúde:

O PSB considera que a questão da saúde está organicamente vinculada ao conjunto de políticas públicas que garantam educação, saneamento básico, habitação digna, alimentação adequada, fatores básicos de política preventiva de saúde, e que é urgente a adoção de alternativas já consagradas como, por exemplo, o médico da família, de excelentes resultados onde foi experimentado, além das ditas medicinas alternativas, altamente benéficas no tratamento preventivo.

Incentivar a participação no controle social do SUS em todos os níveis, como forma de garantir que os recursos destinados ao setor sejam devidamente implementados. Para tanto trabalhar pela criação de: Conselho Gestor (no Posto de Saúde); Conselho Municipal de Saúde; Conselho Estadual de Saúde.

As ações prioritárias devem contemplar: saneamento básico, sanea-

mento ambiental, programas de vacinação, de saúde da criança, de saúde da mulher, de saúde específica de etnias e de sistemas de informação, nas unidades de saúde, nas escolas e nos prédios públicos em geral.

Fortalecer a proposta de criação do Programa de Saúde da Família, para que o atendimento fique mais humanizado e mais barato ao alcance de toda a população, fora da rede hospitalar privada e que propicie à população, maior orientação sobre encaminhamentos.

Reforçar a necessidade de proporcionar capacitação, atualização profissional e um plano de valorização dos profissionais da área

Sobre a Cultura:

A cultura deverá ser encarada como um dos símbolos da Pátria e não mais como uma entre outras questões de segundo plano.

A instituição: em um governo socialista, a cultura deve ser encarada como prioridade e nunca como apêndice, pois a instituição é que define a relação entre o poder e o povo. A questão cultural deve ser tratada como primeiro escalão, com orçamento próprio.

A identidade: encarar a cultura como instrumento de transformação e libertação da manifestação autônoma do cidadão. Direito ao saber, no sentido de inclusão social.

A prática: a cultura como visão **antropológica** no sentido de instrumento de debate, nas relações individuais e comunitárias. Num sentido mais amplo, a cultura é um conjunto de práticas sociais: educacional, econômica, política, religiosa, intelectual, artística, dentre outras, que definem o caráter de um povo.

O acesso: o compromisso do Estado Socialista com a cultura é desenvolver uma política cultural definida, integradora e descentralizadora, no sentido de priorizar o que depende do in-

centivo público para fazer sobreviver e se desenvolver, valorizando o sentimento de identidade e de manifestação.

Direito à produção cultural, de participar ativamente como criadores, respeitando a pluralidade de manifestações, principalmente no município.

Na contradição entre massificação e democratização, o Estado tem que garantir que as regras do mercado não devam ditar a política cultural, garantindo financeiramente sua autonomia.

A apropriação da cultura é, em última análise, a apropriação da coisa pública pelo cidadão livre. Exemplo: a presença de casas de cultura dentro dos espaços da cidade. As pessoas acabam considerando o *espaço cultural* como parte de suas vidas.

A qualidade: que tipo de formação e informação se está priorizando. Este conceito é fundamental para se definir a correta atitude de um Estado Socialista na condução da ação cultural. É quando o produto final proporciona, ao indivíduo, uma visão política de mundo com liberdade de expressão e manifestação, as mais amplas.

Sobre a Reforma Urbana:

Em decorrência do descaso de governos nacionais, durante décadas, os problemas urbanos de nossas cidades se acumularam. O somatório da falta de política agrária com a adoção de uma política de desenvolvimento industrial acelerada, no início da década de 50, induziu um vetor migratório das populações rurais no sentido dos grandes centros urbanos, de tal ordem que, em cinco décadas, a população urbana brasileira passou de 28 para 81%. Hoje, a população urbana brasileira é percentualmente superior à dos Estados Unidos. Um contra-senso em se tratar de um país com o potencial agrícola e as vastas extensões territoriais que tem.

Hoje nossas cidades são verdadeiros guetos de pobreza e deformidades urbanas.

Embora tardios, os instrumentos de ordenamento urbano começaram a

surgir a partir da Constituição de 1.988, principalmente através dos artigos 182 e 183. A obrigatoriedade de Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDI) para cidades acima de 20 mil habitantes e o instituto do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), deram um grande passo na direção de soluções. Mas, a demora na regulamentação de tais medidas, postergou por mais 13 anos as boas alternativas de correção dos nossos desvios urbanos.

As cidades que se adiantaram na elaboração de seus PDDI, tiveram parcial retorno em termos de soluções urbanas, haja vista o atraso com que acaba de chegar a Lei 10.257 de 10 de julho de 2.001, que passa a vigorar a partir de 10 de outubro de 2.001, tendo em vista o prazo estabelecido de três meses para debates e sugestões. Conhecida como "Estatuto da Cidade", tal lei finalmente possibilita aos municípios pôr em prática instrumentos de política urbana que regulam o uso do solo urbano em benefício da coletividade.

O PSB deve apoiar o Estatuto da Cidade, como instrumento que promove mais justiça social e deve orientar suas prefeituras a fazer cumprir seus preceitos e combater a corrupção que, via de regra, assola o sistema de casas populares.

Sobre a Reforma Agrária:

É preciso que o governo encare, definitivamente, sem rodeios, a necessidade de implantação de uma política agrária que traduza de forma inteira o potencial agrícola de que o país dispõe. Os governos que se sucederam sempre adotaram políticas de quebra de recordes de produção de grãos, o que provoca um empobrecimento progressivo de nosso solo e carrega os recursos disponibilizados pelos "programas" agrícolas para as mãos dos grandes latifundiários.

O país dispõe de grandes quantidades de terra de boa qualidade e hordas de trabalhadores desempregados buscando o campo. Disponibilizando a terra, em locais de bom acesso, os recursos, a infra estrutura, o equipa-

mento, a assistência técnica e o treinamento aos agricultores, através de convênio com universidades e concorrer com os países do primeiro mundo que investem bilhões de dólares a fundo perdido, em suas agriculturas, por saberem da importância de se ter autonomia em alimentos.

Sobre a Segurança Pública:

A segurança pública tornou-se, nos últimos anos, uma das principais preocupações da população, dados os crescentes índices de criminalidade vivenciados.

A causa básica desse desconforto é o grande desequilíbrio social que o Brasil vive, reeditado todos os dias por hordas de desempregados, famintos e injustiçados em face de políticas anti sociais que o governo insiste em manter. Some-se a isto, o processo de desintegração de todos os sistemas da matriz dos setores de segurança pública, infestado de corrupção, desmandos e insatisfações dos quadros.

Como forma de garantir melhoria definitiva do sistema, o PSB propõe o desmantelamento das teias de corrupção; a unificação das polícias militar e civil, formando a Polícia Judicial do Estado, que atuará em defesa do cidadão; a criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, envolvendo a comunidade, a Polícia Judiciária, o poder público local e os segmentos da sociedade.

DENUNCIAR O MODELO ECONÔMICO:

A política econômica vigente é contrária aos interesses da população brasileira e compromete nosso futuro como Nação livre e soberana. A maneira subalterna e irresponsável como o país vem sendo submetido ao atual estágio de globalização da economia, obedecendo a diretrizes dos blocos internacionais hegemônicos, inviabiliza o nosso desenvolvimento e leva à exclusão social dezenas de milhões de brasileiros compelidos ao desemprego, à miséria e às mais degradantes condições de existência.

A desnacionalização de nossa economia resulta na destruição de parcela significativa da indústria brasileira e no colapso de nossa agricultura. Além disso, submetido à ideologia de um falso internacionalismo liberal, o país se desmonta sob uma política suicida de privatizações de empresas públicas estratégicas nos setores de energia, comunicações e recursos naturais, transferindo seu controle para monopólios privados. E esse desmonte prossegue com o abandono dos mecanismos de defesa contra a competição predatória das empresas multinacionais. Cada vez mais dependente de um capital internacional que prefere o lucro fácil da especulação financeira - para a qual se exige moeda estável e juros altos - o Brasil sangra suas riquezas e inviabiliza os investimentos produtivos. A crise energética é o mais recente resultado que corrobora nossas preocupações, sobre o assunto.

REALIZAR AS REFORMAS SOCIAIS:

Para ser potência, o Brasil necessita realizar reformas profundas na sua base social, tendo por objetivo subverter o nosso processo histórico que tem impedido dezenas de milhões de brasileiros de participar dos benefícios do progresso material e cultural. Ostentando um dos mais elevados índices de desigualdade social, uma iníqua distribuição de renda e de oportunidades, o país revela a multiplicação dos sintomas de patologia social.

Ao denunciar o desmantelamento do Estado Nacional por aqueles que propugnam a idéia de "estado mínimo", devemos apontar o abandono das políticas sociais, destinadas às camadas desfavorecidas da população, combater as tentativas de desregulamentação das relações trabalhistas e criticar as iniciativas de pôr fim aos direitos sociais sob o pretexto da falsa necessidade de se reduzir o chamado "custo Brasil".

APROFUNDAR O PROCESSO DEMOCRÁTICO:

Os socialistas de São Paulo com-

batem a política anti-nacional dos setores retrógrados das elites que hoje hegemonizam o poder político no Brasil. Está sob risco a nossa ainda frágil democracia quando se aliena a autonomia nacional, ao passo que se exacerba o poder Executivo sobre os demais poderes da República - o Legislativo e o Judiciário. A ameaça autoritária se manifesta com o intencional enfraquecimento das instituições de representação política, sindical e popular a par do aumento do controle dos meios de comunicação de massa e produção cultural pelo governo. Trata-se de uma tentativa de entorpecer a opinião pública para produzir a ideologia do "caminho único" como se nossa sociedade não fosse capaz de produzir um modelo alternativo de desenvolvimento.

Cumpramos empenhar todos os nossos esforços na defesa e fortalecimento dos mecanismos de ação democrática como os partidos políticos, os parlamentos, os sindicatos, as associações, as entidades estudantis, movimentos sociais e os meios de comunicação incentivando as formas de gestão participativa em organizações públicas e privadas.

Cumpramos, ainda, preservar, fortalecer e modernizar o Poder Judiciário e as demais instituições fundamentais para o funcionamento do estado de direito, pilar do sistema democrático.

AS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002:

No próximo ano teremos a renovação dos quadros políticos estaduais e federais com eleições para presidente e vice-presidente, governadores e vice-governadores de estado e distrital, 2/3 do Senado Federal (dois senadores por cada unidade da Federação), deputados federais e deputados estaduais. Para os cargos executivos, as eleições se darão em dois turnos e legislativos, em apenas um.

Desta feita, o PSB conta com uma situação destacada, no cenário federal. Temos um candidato a presidente da república com reais chances de chegar ao segundo turno e até de vencer. Tal

quadro nos favorece duplamente. Favorece sobremaneira os candidatos proporcionais e consolida o partido, sobrepujando as exigências da cláusula de barreira.

O posicionamento político dos socialistas deverá estar sustentado em pontos programáticos e nos aspectos que diferenciam o PSB dos demais partidos. A nossa perspectiva de crescimento eleitoral estará voltada principalmente à conquista de cadeiras na Câmara dos Deputados já que estarão em jogo os recursos e espaço na mídia, tão necessários ao partido. São dois os aspectos que demonstram ser o crescimento eleitoral tão importante quanto o posicionamento político: 1) a legislação prevê para 2002 a famigerada cláusula de barreira. 2) Os critérios adotados para a divisão do horário eleitoral e partidário gratuitos nos meios de comunicação e a distribuição de recursos do Fundo Partidário levam em consideração o número de deputados federais por partido. O PSB deverá lançar chapa própria e independente para a Assembléia e para o Congresso.

POSICIONAMENTO POLÍTICO ELEITORAL DO PSB:

Ao rejeitar a lógica de mercado que sufoca as políticas sociais, urgentes para reverter o quadro dramático da injusta distribuição de renda no país, tanto no âmbito federal como estadual, o PSB realiza oposição às políticas hegemonizadas que enfraquecem o papel do Estado como indutor de justiça social.

Nos entendimentos que vêm sendo mantidos com as forças políticas identificadas com o PSB, estamos levando em conta a perspectiva da chamada união das esquerdas. Para tanto, é importante que estejamos firmes no posicionamento de que não deve haver subordinação alguma, para que a materialização da política de alianças sirva ao crescimento do nosso partido e não à sua anulação. Assim, o PSB deve garantir a preservação de sua identidade e do seu espaço de ação política.

Tese do PSB de Alvorada/RS

Democracia

Dentro dos desafios colocados aos socialistas com vistas ao pleito eleitoral que se aproxima, o PSB de Alvorada cumpre a sua lição de casa ao promover os debates necessários para ajudar a construir o Projeto do Partido para um Brasil realmente Socialista. Não temos a pretensão de sermos o dono da verdade, porém temos o compromisso de propor alternativas viáveis para solucionar os graves problemas estruturais que atinge a sociedade brasileira. Longe de sermos retóricos, também acreditamos que somente com uma visão crítica do que está posto não se faz revolução, tampouco reformas, precisando se mexer na estrutura formal do estado, estrutura esta criada nos moldes sugeridos pela burguesia da época para atender aos interesses dos latifundiários, fazendeiros e agora, em uma nova conjuntura, voltado ao atendimento dos grandes interesses econômicos. Para mudar isto o PSB de Alvorada entende que a ousadia do governo socialista deva ser marcada pela eficácia de suas ações no combate à exclusão social, combate ao desemprego e propõe, dentro dos temas discutidos, um novo modelo político voltado a solidariedade, liberdade, a pluralidade e principalmente a **participação e decisão popular**.

O Estado Nacional precisa passar por um processo de reeducação, para que os vícios de origem citados anteriormente desapareçam na medida que se consolide a **participação e decisão popular** nas discussões de governo. Esta reeducação da transferência de poder deve ser implementado a partir da conscientização do funcionalismo público, atores e parceiros fundamentais para quebrar os vícios acumulados durante os anos em que a direita esteve dentro da estrutura do poder central. **Com a Democracia participativa** aplicada em todos os setores da sociedade, inicia-se a discussão sobre a **Democracia representativa**, seu verdadeiro papel, e se o modelo existente hoje, formado por grupos e interesses corporativos contemplam as necessidades de todas as classes existentes. Está aí talvez o principal desafio dos socialistas do PSB, **promover mudanças no sistema político**, onde o Congresso Nacional cumpra realmente sua função, ser os representantes da sociedade, de todas as camadas, sem divisão de classe, pois as classes organizadas defenderão seus interesses nos espaços de discussão que o governo irá oferecer. É importante destacar que o mandato socialista deve ter suas ações respaldada pela população, principalmente no momento de modificar a estrutura institucional do estado.

Reforma Política – Sistema Eleitoral e partidário;

A proposta socialista deve atingir as três esferas de poder, porém o legislativo deve ser pautado com mais evidência, pois o modelo existente hoje, deixa os partidos reféns de parlamentares que caminham para o lado que o vento sopra. A classe política é, a grosso modo, mal vista por não existir uma le-

gislação que discipline a matéria. Por isso a necessidade de **regular o número de candidatos que disputarão as vagas ao legislativo estadual e nacional** conforme o número de habitantes, bem como **aprovar a fidelidade partidária**, para que os deputados e senadores não usem o mandato como forma de pressão para atender aos seus interesses pessoais ou corporativos. Estabelecer que o mandato é do partido. Para a própria constituição de partidos políticos **devem haver critérios, observando um número mínimo de filiados para sua legalização.**

A QUESTÃO SOCIAL E ECONÔMICA

O país vive hoje o caos na área da saúde. Como cobrar a inadimplência do INSS quando um dos maiores devedores é o próprio governo. O compromisso de minimizar o déficit se torna um desafio que somente será ultrapassado quando a **fiscalização se tornar intensa**, evitando a sonegação, roubos e a oneração dos cofres públicos. O governo socialista do PSB não deve medir esforço para que seja feito o investimento na área da saúde e assistência social, visando um **programa de planejamento familiar com base na informação, principalmente para as famílias carentes**. Também é necessário dentro da política da saúde e assistência social, programas que atendam o idoso e a criança carente. Ainda dentro da questão social, o problema da moradia que afeta cada vez mais os brasileiros por não terem poder aquisitivo, e acabam terminando por morar em aglomerados sem nenhuma infraestrutura, surgindo as favelas em volta das grandes cidades. A **criação de programas para habitação popular através de linhas de créditos para quem recebe até 03 salários mínimos**, destinados realmente aos necessitados, tornando um compromisso a ser discutidos com a sociedade, para o governo socialista. Com relação a segurança pública, urge a necessidade de discutir o sistema carcerário existente hoje. O apenado tem um custo para o estado, o estado por sua vez deve criar mecanismo para que estes custos retornem de alguma maneira

para a sociedade. **A ociosidade nos estabelecimentos carcerários e a falta de oportunidade profissional contribuem para que o detento se torne a prática de delitos e reincidências.** Da mesma maneira é necessário olhar para as famílias das vítimas que muitas vezes ficam desamparadas após perderem o chefe de família. No que tange as privatizações, o PSB tem claro quanto à política aplicada na atual conjuntura, onde os governos privatizam empresas estatais e estradas, em nome da redução de custo que traz para o estado, e também porque diminuiria as dívidas do estado. Pois venderam as estatais, entregaram as estradas a iniciativa capitalista e a dívida do estado ainda aumentou. O governo do **PSB deve suspender imediatamente os processos de privatizações** e fazer com que os órgãos estatais funcionem com uma visão administrativa voltada a moral e a ética, acabando com os cabides de empregos. No setor rodoviário, propomos a estadualização das estradas federais, ficando a responsabilidade da manutenção com o estado. Com relação aos pedágios, se houver a necessidade de sua existência, que seja controlado pelo município para que viabilizem a manutenção das ruas dentro de suas praças. Sobre o saneamento básico e ambiental temos enviando em anexo conjunto de proposições para serem aprofundadas no fórum apropriado.

A QUESTÃO CULTURAL

Descentralizar a cultura, incentivando atividades culturais nas classes mais desfavorecidas, valorizando produtores culturais locais e regionais afim de que se socialize o conhecimento esportivo, étnico, musical, teatral, entre outros. O incentivo deve ser colocado a disposição tanto do produtor cultural quanto do patrocinador ou parceiro das propostas culturais.

A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO, DA JUVENTUDE E DOS ESPORTES

O desemprego no dia de hoje, obriga a maioria dos jovens que procuram formas de se atualizar. Para que exista este meio é preciso ter mais cursos à

noite nas universidades federais e estaduais, para estudantes que trabalham, criando além do vestibular o critério de renda familiar. Para se chegar à porta de uma empresa é preciso ter um curso profissionalizante. Para isso tem que haver cursos profissionalizantes em todos os ensinos médios, para que o aluno já termine o 2º grau e possa trabalhar, e que tenha uma profissão. Como qualquer outra disciplina do ensino fundamental e médio, é importante a existência de espaço para a orientação sobre o meio ambiente, sem o qual é impossível ter previsão definitiva em qualquer economia. Devemos adotar em todas as escolas de 1º e 2º graus a disciplina de educação ambiental. Devemos também estimular a participação popular, assegurar o poder popular e garantindo a presença dos movimentos de massa nas decisões do Governo.

POLÍTICA PARTIDÁRIA E ELEITORAL DO PSB: DEFINIÇÃO DO PARTIDO PARA AS ELEIÇÕES DE 2002

O PSB por ser um partido político deve ter entre suas ambições a de chegar ao poder. Não se chega ao poder sendo a sombra de outros partidos, mas sim colocando a proposta do partido para conhecimento da sociedade. Para fazer a defesa desta proposta deve se ter candidatos para executar esta tarefa. Por isso é fundamental que o **PSB tenha candidatura própria a presidência da república**. Porém um candidato afinado com o projeto político partidário e não projeto pessoal. Em caso de **não disputar o segundo turno, devemos apoiar candidatos que façam parte do campo político do partido, contemplando minimamente o nosso projeto político e garantindo participação no governo**. Para sustentar uma candidatura à presidência da república **devemos ter uma nominata completa de candidatos proporcional**. Para o governo do estado, no momento devemos buscar aliança com outro partido do nosso campo de atuação, porém garantindo participação no governo do estado. (tese aprovada no Congresso Municipal de Alvorada).

A livre organização dos trabalhadores

Vicente Selistre – Presidente do PSB de Campo Bom/RS

O movimento dos operários historicamente norteou e fomentou a construção de trincheiras de resistência contra o capitalismo e as suas mazelas. Desde o seu início, na revolução industrial ocorrida na Europa, os Sindicatos que atuaram de forma livre e democrática e que tiveram comprometimento político e ideológico com a luta da classe, proporcionaram um avanço importante na luta pelos direitos humanos, pela justiça, pelo fim das desigualdades econômicas entre os homens, pela defesa das liberdades coletivas e individuais dos trabalhadores e de toda a sociedade.

Seria nímio, discorrer de forma extensa aos delegados do Congresso do Partido Socialista, sobre a importância do Movimento Sindical dos Trabalhadores e das lutas das classes trabalhadoras do Brasil do mundo, e da necessidade da participação deste movimento para a construção da sonhada sociedade Socialista e o nascimento do homem coletivo, fraterno, livre e pleno, o homem socialista. Mas, nos parece oportuno pontuar algumas questões que justificam nossa preocupação em desenvolver estas teses para singelamente contribuir como a pauta, a discussão e a luta do nosso Partido, fazendo-o uma referência mais identificada com a defesa dos direitos dos trabalhadores e a luta pelo fortalecimento do Movimento Sindical dos Trabalhadores de forma livre, democrática e combativa. Mediante estas considerações registro uma resumida análise da conjuntura do Sindicalismo como segue:

No início do século em 1902 foi realizado o Congresso Socialista Brasileiro que aprovou manifesto subscrito por 37 associações de trabalhadores, o anarco-sindicalismo também teve importante papel no movimento sindical do início do século XX. Após 1922, muita divisão houve no seio da classe operária entre anarquistas e comunistas. Em 1931, não foi muito difícil para que Getúlio Vargas instituisse a Lei Sindical (Dec. 19770), que atrela a existência e a sua ação dos Sindicatos à vontade do Estado (Ministério do Trabalho), situação que numa análise mais profunda perceberemos que subsiste até hoje.

A situação atual é preocupante. O governo neo-liberal de FHC, têm agredido direitos sagrados dos trabalhadores, como o seu horário de trabalho e a sua aposentadoria, e pretende aprofundar ainda mais a flexibilização dos direitos da classe trabalhadora brasileira e tornar os Sindicatos meras escolas profissionalizantes a peso de muito dinheiro repassado para alguns pseudo-sindicalistas que discursam como combatentes contra o capitalismo, mas pelos bastidores estão comprometedoramente atrelados ao governo federal e aos patrões. Uma situação que merece a atenção urgente do Partido e do Movimento autêntico dos trabalhadores, para que possamos evitar que bons quadros sindicais sejam atraídos ou permaneçam ligados a falsos movimentos, que na verdade foram criados e financiados pelo dinheiro dos capitalistas e neo-liberais.

É necessário que se discuta o custeio dos Sindicatos, é preciso fazer com que a atual situação que permite a existência de Sindicalistas que não têm base e permanecem nos Sindicatos, Federações e Confederações, protegidos somente pelo repasse governamental ou pelas contribuições combinadas com os patrões em Convenções nocivas aos direitos dos trabalhadores, seja rediscutida. Corto aqui, minha própria carne, pois sei que é possível mudar este estado de coisas, e assim como no Sindicato em que milito está sendo possível, penso que seja tarefa dos Sindicalistas Socialistas colocar esta questão na ordem do dia e juntos elaborarmos um conjunto de propostas para melhorarmos e fortalecermos o Movimento que sem dúvida é decisivo na construção do Socialismo.

É necessário expandir o índice de sindicalização dos trabalhadores no Brasil, é preciso aumentar a conscientização e a mobilização. É preciso que os Sindicatos tenham autonomia e seu funcionamento seja custeado conforme a decisão dos seus representados, com a proteção constitucional e sem intervenção do governo ou do poder econômico. É necessário que, de forma urgente, o movimento sindical desenvolva mecanismos de radicalização da participação da categoria nos rumos do seu Sindicato. A profunda democratização e a radical transparência da ação sindical trará uma nova perspectiva de mobilização da massa trabalhadora para que juntamente com o nosso Partido e as forças democráticas e populares, alavanquem as mudanças necessárias para o nosso País.

Historicamente em nossa luta sindical temos atuado de forma pautada num radical compromisso com a evolução dos valores da vida e da construção de uma sociedade democrática e fraterna; pensamos que a realidade do movimento das organizações sindicais de trabalhadores, merece o aprofundamento de muitas questões que ainda não tiveram o esgotamento de discussão, tais como: as formas de contribuições para o custeio do Sindicato e da Organiza-

ção Sindical como um todo, tema central desta proposição. Existem assuntos de macro importância e que merecem ainda mais pesquisas e que certamente são temas, para diversos livros, me refiro às questões atinentes à unicidade e a pluralidade sindical, às centrais sindicais, o sistema confederativo, às negociações coletivas de trabalho, à autonomia e à liberdade sindical. Mas, enfim, o objetivo desta singela tese, é apontar um rumo para a questão das contribuições sindicais, e que em nosso entendimento, é o caminho certo para seguir.

Enfatizamos a importância de sermos livres, e conquistarmos assim, as condições de avançarmos para a plenitude de sermos humanos, livramo-nos das amarras que sutilmente nos alienam e condicionam nossa vida, nossas idéias e nosso destino, assim é o movimento sindical brasileiro, historicamente amarrado, condicionado e atrelado ao Estado, desde a Era Vargas até os dias de hoje.

Como é de conhecimento de todos, acumularam-se, na história do Brasil, fatos, leis, decisões jurisprudenciais, questões econômicas e práticas de falsos dirigentes sindicais que aprofundaram a perda de credibilidade de grande parte do movimento sindical para com o conjunto de trabalhadores que deveriam representar. Muitos sindicalistas não vão para a rua defender os direitos de sua classe, pelo contrário, assistem de forma passiva e conivente ao avanço da política governamental de extinção gradativa dos direitos dos trabalhadores, e de desmanche da estrutura sindical e da justiça do trabalho. O projeto do capitalismo internacional está bem definido, e avança com a economia globalizada, e este projeto não contempla um sindicalismo forte, autêntico e articulado com a classe trabalhadora brasileira.

Diante deste quadro, defendemos aqui, a posição por uma tomada urgente de providências necessárias para impulsionar o sindicalismo de base, autêntico defensor da justiça social e da igualdade. Existem projetos de lei tramitan-

tando no Congresso Nacional, desde 1997, que extinguem a contribuição sindical e tentam regulamentar a Contribuição Confederativa, dando-lhe a nomenclatura de Contribuição Negocial, porém pretendem fixar qual vai ser a contribuição e se arvoram na definição das atribuições do movimento sindical, o que fere o princípio da liberdade e autonomia do organização. O projeto de lei 3.003/97, é um exemplo desta intervenção estatal, ficando como positivas somente as idéias de que a contribuição confederativa é para toda a categoria - o que já está claro no texto constitucional - e a extinção do imposto sindical.

O resumo que fiz acima, nos dá a dimensão do que poderá ser, na visão do governo federal e de deputados conservadores, a regulamentação da receita sindical em nosso ordenamento jurídico, permanece a visão de uma organização sindical de trabalhadores, ainda tutelada pela mão estatal, numa visível tentativa de continuar organizando a vida sindical através da lei. De outra parte, a extinção do imposto sindical fará com que muitos dirigentes saiam de dentro da sede do sindicato e procurem a legitimação da sua representatividade através das bases.

A proposta que tentamos construir neste trabalho, e que entendemos deva ser preocupação do Partido Socialista, aponta para o avanço da liberdade, da representatividade, do fortalecimento e da autonomia das organizações sindicais dos trabalhadores, e neste sentido cabe-nos sistematizar algumas conclusões que penso serem estimuladoras do fortalecimento do verdadeiro sindicalismo e do surgimento de novas manifestações autênticas do movimento sindical dos trabalhadores, são conclusões que têm o sentido amplo da construção do sindicalismo livre, e o sentido estrito de definir as contribuições que devem formar a receita sindical, cerne deste debate.

Penso que estas teses provocam a discussão que servirá de base para um período que certamente será de transi-

ção para o desenvolvimento da ética, da moral, da transparência política e administrativa nas entidades sindicais, bem como, da democratização dos sindicatos no Brasil. As contribuições passarão pelo crivo assemblear. A assembleia geral fixará o valor, a conveniência e a periodicidade da contribuição de "classe". Até mesmo a contribuição dos filiados poderá ser decidida na assembleia geral, desde que tal poder esteja previsto no Estatuto, ou ainda, a assembleia constituinte dos estatutos, pode decidir pela concessão de poderes para a direção ou o conselho geral do sindicato.

Confesso que ainda não penso arrojadamente sobre o fim da unicidade sindical na base, nas organizações ditas "superiores" somos favoráveis, porém a pluralidade na base, isto é, a possibilidade de sindicatos por empresa, por setor, por prédio, ainda não traz segurança sobre o fortalecimento da consciência de classe dos trabalhadores. No momento não acompanhamos esta proposta, inserida na Convenção 87 da OIT. Pensamos que é preciso passar primeiro por esta transição que aqui descrevemos, e depois então fazendo a análise do resultado prático das mudanças aqui descritas, poderemos alcançar a fórmula duradoura para a conquista de uma livre organização dos trabalhadores.

O que já me convenci, é que, salvo melhor juízo, deve a mudança no posicionamento do Supremo Tribunal Federal, que afronta a proteção constitucional da categoria profissional, conforme o Inc. IV, é contraditória com a obrigação constitucional de participação dos sindicatos nas negociações coletivas, causa mais nobre da atividade sindical prevista no Inc. VI do art. 8º ("é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho"), e que é destinada para o benefício de toda classe, toda a "categoria" profissional representada pelo sindicato. O STF, revendo sua posição, o "imposto" sendo extinto, a chamada "taxa assistencial" derogada e abandonada, os dirigentes de federações e confederações tendo

que descer do pedestal e terem que sentir o cheiro de suor e os olhos sofridos da base, do "chão de fábrica", para talvez obterem uma sobrevida, mas desta vez autêntica. O Legislativo Federal não se intrometendo na organização sindical com Projetos de Leis que só servirão para atrapalhar o livre debate interno das entidades sindicais do país, como este que ora discutem. Estarão lançadas as sementes para uma nova fase do movimento sindical brasileiro.

Em relação específica ao projeto de lei, ora em tramitação, que cria a chamada contribuição "negocial" questiona-se o seguinte: como regular o desconto em determinado número de vezes (três, conforme o projeto)? E se o período de validade da convenção for por dois anos? A assembleia que a define é a que instaura o processo de Dissídio, pelo que se deduz no projeto, mas pode gerar dúvidas, com a última assembleia que é autorizadora da celebração da Convenção, por outro lado, e se as partes não chegam a um acordo e o debate se arrasta por mais que um ano? Há o risco — e é o que acontece na prática — de que os sindicalistas façam o fechamento de um acordo nocivo para os trabalhadores a fim de garantir a receita da entidade na nova convenção. A mim, a concepção desta lei, lembra uma figura híbrida da velha taxa assistencial e a contribuição confederativa, e não traz a liberdade e a autonomia necessária ao movimento.

A verdade é que a receita do sindicato não tem que estar vinculada a nada, a não ser à discussão e à decisão da assembleia geral da classe, reunida especificamente para definir a manutenção do seu Sindicato. Entendo que a receita sindical não pode ficar refém das sazonalidades da economia que normalmente influem na negociação coletiva de trabalho, deve ter caráter mais duradouro e sua revogação ou modificação vinculada à nova decisão assemblear, conforme os estatutos. Sobre a contribuição confederativa, relato o exemplo do Sindicato dos Sapateiros de Campo Bom,

que em assembleia geral da classe implantou a contribuição na base de 1% ao mês incidente sobre o salário base, por tempo indeterminado, até que nova assembleia a revogue, esta forma é, a meu ver, o mais razoável. Pois, se caso a direção do sindicato estiver errando ou sob suspeita, existem as eleições sindicais para que outra tendência da categoria assuma a organização sindical, ou ainda, como no exemplo em questão, existe norma estatutária que concebe o poder aos trabalhadores, num percentual de 5% da categoria ou dos associados, em convocar assembleia geral para revogar a contribuição, que entendam indevida, ou abusiva, assembleia esta que pode também ser convocada pela maioria do Conselho Geral, do Conselho Fiscal ou da Diretoria. Além do direito de recurso ao poder judiciário.

O Projeto de Lei também erra ao atribuir requisitos e atribuições aos sindicatos, condicionando-os à validade da dita contribuição, a meu ver, não é viável e deve ser abandonado. Deve haver, sim, uma adequação dos Princípios Constitucionais, conforme já defendido, e deixem os trabalhadores e suas organizações se entenderem entre si e protagonizarem por si mesmos a evolução da questão. Se fizéssemos um comparativo sobre poder de decisão e representatividade para tanto, teríamos que registrar que o nosso Congresso Nacional é composto por 584 parlamentares, que decidem sobre a vida de cento e cinquenta milhões de brasileiros, e lá não podemos entrar e votar, já na assembleia do sindicato, a deliberação só atingirá a categoria, e lá todos os integrantes podem entrar, falar e votar. Caso os dirigentes de má-fé escondem o edital para evitar a participação e forjar o resultado, a repercussão posterior no salário, com certeza causará a revolta da classe que por não raras vezes invadiu a sede do sindicato pedindo explicações, revogando decisões e até derrubando diretorias mal intencionadas.

Do tema aqui proposto, penso ter narrado os fatos que o cercam, bem

como os problemas que emergem da questão. Também discorremos sobre a importância política, econômica, sociológica e até humanística, que a livre organização sindical dos trabalhadores tem no futuro das relações dos homens em sociedade. Exemplo disso é o cristalino princípio Constitucional da República Brasileira que coloca os sindicatos como entes obrigatórios nas negociações coletivas de trabalho válidas para toda uma categoria em todo o território nacional, negociações que são o futuro do Direito do Trabalho, nos direitos individuais e coletivos dos trabalhadores. Dentro destas convicções, respeitando as posições diversas, espero ter contribuído com algumas idéias, mesmo que embrionariamente, para o debate na área do Direito Sindical. Temos preocupação sincera com o futuro das organizações sindicais dos trabalhadores, e esperamos, que num futuro próximo possamos tê-las atuantes, autênticas, solidárias com o sofrimento dos seus representados e de todos os oprimidos e excluídos do nosso país. E que assim, seja o movimento sindical, uma das expressões máximas do clamor do povo brasileiro e de compreensão do Socialismo, tendo força e representatividade suficiente para reverter esta perversa realidade de exploração, violência social, concentração de renda e aprofundamento da miséria que percebemos a cada dia em nosso país, e conquistar um novo tempo de justiça, igualdade e solidariedade, um novo tempo em que a paz e a fraternidade sejam os valores maiores da civilização, uma nova era em que o poder econômico e as relações financeiras fiquem em último plano e não prevaleçam jamais sobre os valores essenciais dos seres humanos, da sua vida, da sua LIBERDADE.

Feitas estas considerações, propomos o seguinte:

PROPOSIÇÃO DE MUDANÇA NO ARTIGO 8º DA CF-1988

(Custeio do Sindicato e Organização Sindical – Sistema Confederativo)

Art 8º – “ É livre a organização profissional e sindical, observados os seguintes princípios:

Substituímos o termo “associação” do texto em vigor, pois o Art. 5º, já prevê abundantemente sobre o associativismo em seus Incisos XVI a XXI; e sindicato a rigor e na prática, não é uma associação, e se há confusão deve-se demarcar bem as diferenças. Bem como inserir mais princípios na questão sindical, deixando as questões carentes de regulamentação para a própria classe trabalhadora. **Inc. I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;**

Suprimimos nesta análise, os termos: “ressalvado o registro no órgão competente”, pois entendo que os trabalhadores e os seus Sindicatos, terão condições de resolver entre si, eventuais problemas sobre representação, ou recorrerem ao judiciário, caso necessário. O registro em cartório Público, é naturalmente encaminhado, pela direção sindical, para fins de personalidade jurídica. O Estado querendo pode requisitar informações por diversas formas, sem precisar de um “órgão” específico para controlar a criação de sindicatos, mesmo que, pela regra, esteja limitado ao poder de registro.

Inc. II – A assembleia geral da categoria profissional, definirá a amplitude da sua organização sindical, sendo livre a criação e a vinculação a mais que uma organização sindical de nível superior, exceto no sindicato de base, que não poderá ser inferior a área de um município;

O sistema confederativo vinculado ao império da lei, há muito vem mostrando sinais de superação, visando depurar esta situação e aprofundar a democracia nas entidades sindicais de todos os níveis, entendemos que deva ser dada extrema soberania para a assembleia geral da categoria, para que defina

qual a federação, confederação, central nacional ou internacional que deseje se filiar. Propugna-se assim a democracia direta da organização e a liberdade de vinculação ao órgão que na visão dos trabalhadores seja o mais adequado aos seus interesses.

Inc. IV – A assembleia geral da categoria profissional fixará a contribuição, a ser descontada em folha, destinada ao custeio da organização sindical, além da contribuição de filiados, prevista nos estatutos.

Reforça-se neste dispositivo a força, a autonomia e a soberania das decisões assembleares, também delimita a convivência entre as duas contribuições, a de “classe” (ou confederativa) e a dos “filiados” (mensalidade do Sindicato). Por outro lado, ficam suprimidos o sistema confederativo e o imposto sindical.

Inc V – A todos é garantido o direito de filiação ao sindicato, por decisão individual, autônoma e livre de cada trabalhador. Aqui a real expressão da essência do significado contido no princípio da liberdade sindical, expresso nas Convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho. A livre, espontânea e individual decisão que cada trabalhador, membro da categoria profissional, pode tomar no momento que ele bem quiser, bem como a autonomia de sua vontade em deixar de ser sindicalizado a hora que melhor lhe aprouver.

– Objetivando, propomos que o Congresso do Partido Socialista defina e passe a defender as seguintes providências sobre a questão do custeio da organização sindical:

1 - Confirmação da auto aplicabilidade da Contribuição conforme a atual previsão constitucional do Inciso IV do Artigo 8º, que contempla a participação de toda a categoria em assembleia geral para definir o custeio da sua entidade.

2 - Extinção gradativa da Contribuição Sindical (o “imposto” sindical) prevista na CLT e assegurada na Constituição Federal de 1988. Na seguinte forma.

Em **duas vezes** nos seguintes percentuais:

No primeiro ano, extingue-se o desconto de 20 % (vinte por cento) que é destinado ao próprio governo federal, mantendo-se os percentuais destinados à Confederação, à Federação e ao Sindicato. Será descontado dos trabalhadores, somente 80 % (oitenta por cento) de um dia de trabalho (1/30 da remuneração mensal).

No segundo ano, reduz-se pela metade o percentual destinado ao sistema confederativo (confederação, federação e sindicato). Sendo descontado dos trabalhadores, somente 40% (quarenta por cento) de um dia de trabalho. Este percentual, respeitando a proporcionalidade prevista na lei, será distribuído da seguinte forma: 30 % (trinta por cento) para o Sindicato, 7,5 % (sete e meio por cento) e 2,5 % (dois e meio por cento).

3 - Derrogação da aplicação da contribuição assistencial. Pois está vinculada à assinatura de acordos

com a classe patronal e impossibilita o debate profundo e democrático entre a classe, sobre o custeio do seu Sindicato. Além disso traz a situação insólita de haverem trabalhadores que nem apareceram na luta, que não têm qualquer consciência de classe, a nada contribuírem com o Sindicato pois assinam a carta de oposição exigida pelos patrões e pelos tribunais na redação da convenção. E diga-se também, que estes pseudo companheiros, normalmente são estimulados pelos patrões a fazerem este traíçoeiro papel.

4 - Que a vinculação ou filiação aos órgãos superiores (federações, confederações e centrais) seja definida pelas assembleias gerais do Sindicato com toda a categoria

MAIOR TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO SINDICAL

Que o Partido Socialista defenda

perante os seus filiados militantes do Movimento Sindical e perante os Sindicalistas Brasileiros o seguinte: Que seja inserido nos estatutos dos Sindicatos a realização de Assembleias Gerais Plebiscitárias, para que se façam Plebiscitos com toda a categoria para que os trabalhadores de forma ampla, democrática e participativa definam questões importantes da luta Sindical, principalmente: A definição das principais prioridades que devam receber recursos no Orçamento do Sindicato. A definição de Greves e outras formas de luta a serem adotadas. A definição das principais cláusulas a serem reivindicadas nos dissídios coletivos. A definição sobre vendas de bens mais importantes da Entidade, entre outras questões que possam ser debatidas de forma mais ampla com o conjunto de trabalhadores.

Construção Partidária

José Eurides de Moraes – Membro do Diretório Municipal de Passo Fundo

I – Introdução.

Em seu programa, historicamente o PSB se define como um partido socialista, um partido do campo popular, um partido com visão ideológica que transcende o puro liberalismo, que se contrapõe às regras do capitalismo no campo econômico, que diverge dos conceitos liberais de desenvolvimento social, tem visão própria sobre a função do Estado e, mais recentemente, tem posição essencialmente diversa do neoliberalismo quanto aos conceitos de soberania e formas de inclusão das nações no processo de globalização.

Nacionalmente, em seus ideais e principalmente em seus métodos, se distingue de forma clara das ideologias e condutas políticas dos demais partidos chamados de esquerda. Certamente é o partido do Brasil que tem mais bem definidos seus princípios doutrinários e diretrizes sobre questões fundamentais como a organização e função do Estado, formas de governo, soberania, conceito de desenvolvimento, relação com outros povos, função social da propriedade e dos meios de produção, liberdade e democracia, trabalho, livre expressão do pensamento e crença, meio ambiente e outros.

A história do PSB no Brasil foi feita por homens e mulheres de clareza ideológica comparável à dos melhores doutrinadores do socialismo internacional. Foram homens e mulheres que produziram uma doutrina socialista em sintonia com o socialismo internacional, mas adequada à realidade brasileira e, em diferentes momentos, frente a importantes questões nacionais e internacionais, assumiram e defenderam com dignidade os ideais e princípios socialistas.

A clareza ideológica e a coerência histórica, sempre foram motivo de orgulho de todos os filiados ao PSB, que sempre puderam se conduzir com altivez na defesa de seus ideais e condutas, mesmo em tempos de fortes preconceitos por parte da sociedade capitalista. A pronta e imediata expulsão de alguns camuflados socialistas por assumirem posições conflitantes com o programa, vem depor em favor do que estamos afirmando e mais ainda, foram fatos que vieram dignificar os integrantes do PSB por evidenciar uma seriedade que coloca acima de tudo a fidelidade partidária. Os que acreditam na construção do Socialismo como resultado da participação livre de todos, vêem espelhada sua aspiração no lema maior do partido: Socialismo e Liberdade.

II – Constatações.

No campo dos chamados "partidos de esquerda" está aberto o espaço

a um partido socialista que, livre de radicalismos e sem se afastar de seus ideais seja capaz de interpretar e se inserir em uma realidade institucional e economicamente organizada pelo neoliberalismo capitalista. O PSB é o partido socialista que melhor dialoga com esta realidade sem perder a condição e identidade socialista. O cidadão brasileiro está desiludido com as sucessivas frustrações do atual sistema eleitoral e político do país e aberto a uma visão de novo modelo social, político e econômico, mas que não seja anunciador de radicalismos, intransigências e conflitos que a nada conduzem. Este é o espaço que o PSB precisa ocupar sem contradições, preservando a moralidade e fundado na coerência da agregação de forças que propugnem com métodos democráticos os mesmos fins.

Após 1980, com as sucessivas eleições, gradativamente o eleitor brasileiro começou a tomar consciência em massa de duas propostas distintas defendidas pelos inúmeros partidos políticos. De um lado os partidos de natureza neoliberal, chamados partidos de direita e de outro, os partidos socialistas. À medida que estas duas idéias básicas foram se tornando mais claras, as elites brasileiras passaram a criar os chamados "partidos de centro", que na verdade só mudaram a denominação, continuando a construção do projeto neoliberal; e servindo deliberadamente para manter o eleitor confuso quando não, enganado. Agora, quando a farsa dos partidos de "centro" cai, os mesmos personagens políticos que sempre estiveram em partidos que sustentam o atual sistema migraram preferencialmente para partidos ditos populares, trabalhistas, de tendência esquerdista ou socialista, confundindo mais uma vez o eleitor, que não sabe "quem é quem". Pelo país todo, personagens que sustentaram até o presente, o governo das elites internas e internacionais, promoveram as privatizações e entregaram a nação ao capital internacional, agora passam a ser socialistas.

Em meio a todo este novo ema-

ranhado político, o PSB não pode se deixar envolver como mais um partido que cria confusão ao eleitor e aos seus próprios quadros.

Quem há algum tempo está engajado no espírito e militância do PSB, hoje vive um momento de angústia e questionamento ao presenciar fatos político-partidários que vêm ocorrendo. A dissonância entre o passado e o presente não passam despercebidos. O nervosismo que se abate a passos largos sobre a grande maioria dos socialistas históricos e ideológicos é um fenômeno que não pode ficar silente. Pelo contrário, é uma realidade que reclama uma reflexão, uma análise, um posicionamento e uma ação imediata e visível. É preciso reagir para não nos confundirmos com os partidos denominados "populares" e "socialistas" mas que abrigam políticos arrebanhados desde à extrema esquerda até à extrema direita justificando tratar-se do "moderno socialismo".

Não alertamos para fatos pouco significativos e isolados que seriam naturais e não afetariam a trajetória do PSB. Estamos falando de uma sequência de ações importantes e conflitantes com os ideais, o programa, a natureza, a essência e a própria razão de ser do PSB na forma como vinha sendo construído. São fatos que negam a própria história do partido. A volatilidade do "entra e sai" que sempre criticamos nas legendas de aluguel, movidos por interesses e conveniências pessoais e casuístas, estão chegando nas entranhas do PSB.

O momento político do país é extremamente favorável a que um partido de esquerda chegue ao poder. Este fato parece estar perturbando grande número de lideranças de nosso partido que perderam a paciência e se lançaram na busca de nomes de fora do partido que tragam de arrasto grandes massas e que viabilizem a chegada ao poder, a qualquer custo e imediatamente, relegando a segundo plano a coerência programática e a história de construção partidária. Não basta se apostar em uma

aventura, é preciso construir uma proposta viável eleitoralmente para o partido e consistente para a nação.

As investidas na busca de presidienciáveis, alguns comprometidos com o atual sistema imposto ao país, claramente sem nenhuma identificação socialista, demonstraram que o perfil ideológico, o passado de coerência e luta, ficaram em segundo grau de importância. Mesmo nos deixando constrangidos, por sorte nossa, alguns destes convidados por nosso partido, hoje são presidienciáveis por outros partidos, de direita. É doloroso reconhecer, mas parece que naqueles momentos o comportamento do PSB foi o de um partido nanico e sem definição ideológica que colocou a legenda à venda para ter um candidato a presidente. Tudo o que o PSB combateu foi buscar ao preço de sua própria alma, história e honra. Este não é um fato isolado. Significou "abrir a porteira" para todos os oportunistas que em seus partidos não tiveram e não têm coerência e fidelidade. É necessário que os candidatos e líderes do PSB expressem as idéias, programas e passado do partido acima de suas próprias posições e interesses como até agora se tem percebido. Por sua vez o partido também tem a obrigação de manifestar aos seus candidatos e oferecer suporte e assessoramento suficiente para que o candidato fale e externar as posições do partido. É importante o partido defender seus possíveis candidatos, mas também é preciso promover uma discussão interna que lhes ofereça um programa de campanha e de governo.

Na questão das privatizações, os novos socialistas do Paraná votaram contra uma posição programática do partido. Convites a figuras estranhas aos socialistas acontecem em todo o Brasil. Fatos menos evidentes e conhecidos, mas movidos pelas mesmas razões acontecem nos Estados e municípios.

Os Socialistas estão se sentindo constrangidos em dar explicações sobre fatos inexplicáveis. Companheiros que dignificaram a história do PSB estão envergonhados e impelidos a sair do parti-

do para manter coerência com suas convicções e ideais socialistas. Por outro lado, novos companheiros que recentemente entraram no partido por convicção e coerência porque no socialismo é seu lugar, se sentem confundidos como se também fossem oportunistas.

Já se falou na possibilidade de coligação com os mais diversos partidos historicamente de direita, ao mesmo tempo em que se ouvem manifestações contrárias a aproximação com partidos de esquerda de quem sempre fomos parceiros. Assistindo a tudo isso, homens e mulheres que fizeram história, dignificaram e dignificam o PSB e que, para continuar fiéis às convicções socialistas pensam em se afastar do partido, por se sentirem marginalizados por decisões de líderes partidários que desconsideram o debate e a consulta interna na tomada de decisões importantes.

Diante de fatos desta natureza é de se perguntar: Para onde estamos indo? Quem nos está conduzindo? Quem está decidindo?

Chegamos, então, a uma questão crucial e causal da crise de identidade partidária que estamos vivendo. O partido está desprezando a democracia interna. Decisões importantes estão sendo conhecidas pela imprensa, sem discussão interna em desrespeito às instâncias partidárias. A falta de debate e discussão interna estão permitindo que alguns líderes decidam pelo partido. Os militantes se sentem mais na dependência de orientações e decisões de seus líderes do que comprometidos com o programa partidário.

Estamos diante de um paradoxo existencial entre o dogma partidário do "socialismo democrático" e a prática do "verticalismo centralizado e autoritário" nas decisões fundamentais para a vida do partido. Os líderes decidem sem consulta e respeito às instâncias partidárias legitimamente constituídas. Mais grave se configura o assunto quando constatamos que as decisões são tomadas priorizando a busca de duvidosos resultados eleitorais, em detrimento da construção partidária e de um projeto socialista para o país, com prejuízo da coerência e da própria identidade.

III – Proposta

Ainda é tempo de definirmos que partido queremos. Não podemos pensar em uma proposta de governo para a nação, se não tivermos clareza e coerência com os dogmas que norteiam o partido. Não inspiramos confiança até mesmo em nossas fileiras se não mostrarmos coerência entre as ações de política interna de nossas lideranças e filiados com o programa do partido. Torna-se urgente retomar a prática da democracia interna inspirada no programa do Partido Socialista Brasileiro.

É preciso uma reação, é preciso reafirmar o rumo, reafirmar nosso conceito de socialismo e nossa prática democrática, e para isto propomos:

1º - Restabelecer e intensificar urgentemente a prática do diálogo, do debate e do exercício da democracia interna com respeito às competências das

diferentes instâncias instituídas nos Estatutos e documentos do partido.

2º - Respeitar as condições e normas estatutárias no ingresso de novos quadros no partido, bem como assegurar o cumprimento do programa do partido no caso de novos filiados de passado político notório que indica prática contrária ao socialismo e democracia.

3º - Dinamizar, em todos os níveis, a ação das Comissões de Ética do Partido, sobre atos e manifestações de líderes e filiados, feitas em desacordo ou que afrontem o programa partidário.

4º - Reafirmar com clareza e determinação, uma definição de partido socialista, estabelecendo uma política de alianças em todos os níveis de inadmissibilidade de coligação com partidos reconhecidamente de direita e promover a aproximação com partidos de ideologia socialista.

5º - Incluir na estrutura partidária a criação de coordenadorias micro-regionais com representação garantida de um membro titular e suplente no Diretório Regional (Estado), como forma de assegurar democracia e representatividade do partido.

6º - Criar grupos de estudo e formação política nas micro-regiões, com homologação da Direção Executiva Estadual, para atuar em sua área de abrangência objetivando maior aprofundamento, domínio e democratização do conteúdo doutrinário socialista.

Contra toda forma de terror e pela criação de um tribunal internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade

*Marcus Cunha – PSB - Pelota/RS

Os atos de terror ocorridos no último dia 11 de setembro nos Estados Unidos da América do Norte e a ameaça dos EUA de iniciarem uma Terceira Guerra mundial exigem uma reflexão séria e uma tomada de posição decidida por parte da sociedade brasileira.

Os Estados Unidos da América do Norte impuseram-se como nação hegemônica no mundo atual através do uso da força, comercial, econômica, militar.

Recordando a história recente, ao final da Segunda Guerra mundial, com a vitória assegurada, os norte-americanos realizaram o maior ato de terror jamais visto na história da humanidade. Jogaram sobre o Japão duas bombas atômicas nas cidades de Hiroshima, e Nagasaki¹. Desde então, as bombas continuam matando inocentes no Japão, em decorrência dos efeitos radioativos nocivos a saúde humana que as bombas deixaram no solo japonês.

* Marcus Siqueira da Cunha

Licenciado em História, Advogado e Professor de Direito Civil – UCPel, Especialista em Direito Comunitário Europeu pela Università degli Studi di Genova - Itália, membro do Diretório Municipal do PSB de Pelotas-RS
e-mail: marcus Cunha40663@hotmail.com
celular: (053) 983-3012

¹ Em Hiroshima morreram instantaneamente 220 mil civis e em Nagasaki mais de 100 mil pessoas, na maioria velhos, mulheres e crianças que não serviam na guerra. O total de mortos até nossos dias chega a 500 mil pessoas que direta ou indiretamente faleceram em decorrência das bombas atômicas.

² Em 1954 tropas dos EUA desembarcaram na Guatemala em apoio ao golpe de Estado do General Carlos Castillo Armas; em 1964 os serviços secretos norte-americanos ajudaram a dar o golpe militar no Presidente João Goulart no Brasil; 1965. Os EUA intervieram militarmente na República Dominicana que estava em guerra civil; em 1973 os serviços secretos norte-americanos ajudam Pinochet a derrubar o socialista Salvador Allende no Chile; em 1983 tropas norte-americanas invadem a ilha de Granada no Caribe, com a desculpa de estarem se aproximando da vizinha Cuba; ainda em 1983 os EUA enviam uma frota diante da costa da Nicarágua para bloquear o comércio do país. Algumas semanas depois minam os portos nicaraguenses. O ato foi condenado pela Corte Internacional de Haia, mas não surtiu nenhum efeito.

³ Guerra do EUA contra o Vietnã (1965-1975).

⁴ Pilotos suicidas japoneses que na última fase da II guerra mundial lançavam contra navios dos EUA com aviões carregados de explosivos. Foram 1.218 pilotos sacrificados.

Toda política norte-americana está marcada pela violência e apoio a ações violentas pelo mundo todo e, em especial, apoio aos regimes ditatoriais na América Latina². Muitos golpes contra governos democraticamente eleitos foram feitos pelos serviços secretos norte-americanos o que foi assumido publicamente, em documentos oficiais, pelo próprio governo dos EUA.

Os EUA patrocinaram guerras contra vários povos e massacraram civis inocentes em diversas partes do mundo³. Em 1948 quando os palestinos foram expulsos de suas terras para que se formasse o Estado de Israel, lá estavam os norte-americanos, dando apoio político e militar, apoiando a violência cotidiana contra os palestinos.

Talvez por isso, tenha sido tão difícil para os norte-americanos determinar qual inimigo, dentre tantos possíveis, possa ser o autor dos atos terroristas de 11 de setembro.

O único que assumiu publicamente a responsabilidade pelos atos foi o grupo autodenominado Exército Vermelho Japonês, alegando estarem vingando os 500 mil mortos de Hiroshima e Nagasaki. Não obstante a precisão do ataque, o golpe certo e sincronizado dos kamikazes⁴ terroristas, todos preferiram não levá-los a sério. Aceita a autoria bombardeariam o Japão?

Tantos atos de violência patroci-

naram pelo mundo sem nunca terem sido ameaçados internamente como foram nesse momento.

A origem da violência contra os EUA não tem uma única causa. São vários os fatores que explicam um ato desses dimensões. Porém, dentre os fatores que seguramente contribuíram para o desfecho terrível está a política isolacionista patrocinada pelo governo, recém eleito com a minoria dos votos, George W. Bush. O Presidente Republicano foi aos poucos deslocando o poder da ONU para o G7, a intervenção militar mundial do Conselho de Segurança da ONU para a OTAN, promoveu a retirada dos EUA das assembleias mundiais, dos debates sobre temas centrais para a humanidade, como ocorreu em Duban, na África do Sul, conferência internacional sobre o racismo e como ocorreu em Kyoto, no Japão, não assinando o protocolo sobre a diminuição da emissão de gases poluentes na atmosfera.

A saída para a crise não é a retaliação. Não é revidando atos de terrorismo com mais terror que chegaremos ao entendimento e a paz.

A comunidade internacional precisa criar uma instância internacional

compartilhada pelas nações que acreditam que os seres humanos podem resolver conflitos sem apelar para a guerra. Países que acreditem que a composição de conflitos pode se dar de forma civilizada.

Infelizmente, os líderes norte-americanos não tem seguido esse caminho em seus depoimentos ao vive em cadeia global. Já decidiram curvar-se à opinião pública interna e declararam, publicamente, que preparam uma Guerra longa e Suja. A CIA e o FBI serão autorizados a cometerem atentados terroristas, secretamente, em todos os lugares do mundo onde julgarem se esconda o inimigo invisível: o terrorista. Sendo necessário para o combate ao terrorismo, será feito. Outras ações mais espetaculares e "honrosas" serão devidamente transmitidas pelos canais competentes.

Estando prestes a iniciar a Terceira Guerra mundial e não podendo determinar o inimigo, que ainda está invisível, o governo norte-americano elegeu um inimigo dentre tantos, que se não realizou, poderia ter realizado os ataques de 11 de setembro. O inimigo escolhido está abrigado em um país de significado

modesto do ponto de vista econômico: o Afeganistão.

Qual o papel do Brasil nesse contexto ?

Como o PSB pode atuar na atual conjuntura ?

O Brasil tem uma tradição de decidir os conflitos internacionais através da diplomacia e não pela via da violência. Não devemos apoiar retaliações que tem como único sentimento a vingança de um povo atingido contra seu suposto agressor.

O PSB nasceu de uma opção de esquerda pelo o caminho democrático, não violento, de mudar a sociedade. Historicamente, se posicionou contrário a luta armada quando parecia ser esse o único caminho para se chegar ao socialismo.

Nesse momento difícil devemos assumir a responsabilidade histórica de estar ao lado da civilização, pelo caminho não violento de solução de conflito entre povos. Devemos condenar toda forma de terror e propor a criação de um Tribunal Internacional para julgar e punir crimes contra a humanidade.

Reafirmar os fundamentos mínimos para a Democracia

Jandir Zanotteli – PSB - Pelotas/RS

Considerando a conjuntura mundial e nacional de turbulência, quase às vésperas de uma insana guerra mundial, provocada pelos motivos inspirados e sustentados por quem hoje se diz vítima de atentados terroristas que estão dentro da lógica de poder do Ocidente liderado pelos EU, é preciso reafirmar alguns fundamentos mínimos de democracia que o mundo ocidental capitalista e liberal ou neo-liberal ostenta como princípios:

Todos os homens nascem iguais em direitos e deveres, diz a Declaração Universal dos Direitos do Homem. A igualdade não é apenas um fato. É um dever ser. Um compromisso ético, sem o qual a desigualdade é a regra. A igualdade é fundamentalmente econômica: ninguém pode ter mais do que necessita para viver dignamente enquanto outros não tem o mínimo para uma vida decente. Tudo o que temos a mais é um roubo daqueles que disso necessitam.

A usura, o acúmulo capitalista que se constitui em mercado é desumano, injusto, um roubo se ele (e sempre é assim) implicar na exclusão de grupos e pessoas do acesso ao mínimo vital indispensável. O capitalismo neo-liberal não é caminho para a inclusão dos que ele põe à margem do mercado e da vida.

É escandalosa a exclusão e a concentração dos bens no mundo (um quinto tem 80% dos bens), no Brasil (campeão mundial de concentração e exclusão), em Pelotas (onde 10% acumulam mais de 80% dos bens).

O compromisso da igualdade como condição da liberdade e da fraternidade funda a paz alicerçada na justiça. Esse compromisso fundamenta as políticas do PSB (econômicas, sociais, culturais).

As estratégias para estabelecer essas políticas são as da participação real da população na gestão da coisa pública. Para isto não basta a tradicional democracia representativa. A democracia direta como fiscalização, controle e avaliação é indispensável.

Cada estratégia política tem a eficácia e os limites concretos de seu espaço e tempo. Uma estratégia não pode ser estabelecida como definitiva e absoluta, como dogma político e social. Assim, a Democracia representativa, em que a população delega o poder a um grupo de representantes para que, em seu nome pense, aja e decida, é hoje, cada vez mais limitada em seu alcance ético, político e humano.

Faz-se necessária uma democracia cada vez mais direta e esta se estabelece pela participação.

Uma participação democrática supõe:

O conhecimento público, transparente, das necessidades fundamentais de toda a comunidade (e não apenas

das necessidades de alguns e de seus interesses de domínio público ou inconfessáveis;

Que sejam conhecidos todos os recursos disponíveis para atender a essas necessidades (e não apenas de uma parcela dos recursos que se julga conveniente por em discussão);

Que as necessidades dos mais excluídos e necessitados sejam a prioridade absoluta e a diretriz no estabelecimento de políticas públicas;

Que a participação aconteça

como um processo integral: planejamento, discussão, decisão, execução e avaliação;

Que o compromisso de igualdade gere a simetria de todos os participantes, na voz, no voto, e na realização;

Que ninguém pode ser dono, condutor iluminado, vanguarda do processo de participação;

A educação para a participação se faz na participação;

O início do processo necessita de uma renúncia ao poder ditatorial de

quem está no poder, não apenas como estratégia de manipular o poder, mas como forma eficaz de aprofundar o poder, de fortalecer o poder do povo. Pois: "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente..." diz nossa Constituição.

A característica do PSB como um Socialismo Democrático exige que a participação popular seja nosso maior compromisso.

Proposta de tese da JSB /Pelotas: candidaturas e alianças no Campo da Esquerda - o PSB, como projeto alternativo, sustentável e articulado

A conjuntura nacional e internacional após o atentado terrorista de 11 de setembro configurou uma nova realidade política e econômica internacional, com reflexos já sentidos pela economia brasileira. Mas muito antes da trágica e violenta ação terrorista cometida contra os norte-americanos, a situação econômica e política no Brasil como nos Estados Unidos com a recessão americana, agravou-se ainda mais com o endividamento e a quebra da Argentina na América do Sul. Neste contexto, o Brasil submetido ao FMI, manteve a política das privatizações irresponsáveis e criminosas contra a nação. O nosso endividamento cada vez mais pernicioso além de ser ilegítimo coloca o país numa situação de caos, devido o aumento do desemprego e da violência urbana e rural. O governo de Fernando Henrique Cardoso, não resolveu até agora (e nem irá cumprir até ao final de seu governo desastroso) o compromisso assumido durante sua campanha com questões estruturais na área da economia e do social. Muito menos apresentou um projeto de política de desenvolvimento da nossa indústria assim como não tem resolvido a maioria das questões de interesse do país, como reformas importante junto ao Congresso Nacional. Ao contrário tem financiado instituições financeiras e empresas estrangeiras no processo das privatizações.

O cenário do qual estamos submergidos pela política de submissão gerou as crises da energia, da educação, petrolífera, agrário, social além da crise ética na política brasileira no Congresso Nacional e no Senado. Lideranças e aliados do próprio governo estão envolvidos em corrupção e desvio de verbas públicas.

Neste quadro político e econômico em nível internacional o Brasil se encontra e continua agravando-se a nossa situação frente ao teatro /terror provocado pela intolerância e arrogância dos norte-americanos no envolvimento da guerra contra o terrorismo internacional, é uma desculpa para impor sua lógica de hegemonia econômica, militar e política. É bom lembrar que existe uma pressão muito grande por parte da opinião pública, da mídia, da população, investidores e políticos americanos em relação ao desaquecimento da economia de seu país— e uma guerra neste momento contribuirá muito para a retomada das perdas econômicas e territórios(mercados) estratégicos. Em 2005, o Brasil terá que optar em fazer ou não parte da ALCA (Aliança Livre Comércio das Américas). Isto é objeto de preocupação para nós, pois significa o nosso **"nó entrelaçado"** aos interesses americanos com decisões econômicas e políticas que nos afetam e irá nos afetar se não tivermos bem claro os objetivos e propósitos dos acordos e instrumentos jurídicos que asseguraram nossa participação de forma que não sejamos prejudicados além de inviabilizados em nosso crescimento.

No atual cenário político brasileiro, encontramos, uma conjuntura de articulações em torno da sucessão presidencial no pleito eleitoral de 2002. Com a impopularidade gerada pelas crises em

(*) Corrigido erros de português e modificado o texto original segundo às proposições feita pelos delegados da JSB/RS.

que passa a administração de FHC e os reflexos da crise da Argentina e às consequências imprevisíveis da guerra no Afeganistão, tem favorecido para o debate, a respeito do projeto de desenvolvimento e crescimento do Brasil, frente a crise econômica e política em nível internacional assim como da perspectiva da esquerda chegar ao poder. Nas pesquisas recente, o crescimento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) do PT para presidência têm apontado um forte desejo de mudança por parte da população e setores organizados da sociedade. Ao mesmo tempo que também começa uma articulação forte por parte do governo federal, preocupado com essa realidade, busca apresentar um nome que possa ganhar a simpatia e o voto do eleitor descontente com sua gestão, dando assim a continuidade do projeto neoliberal implantado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Nossa análise conclui que o momento em que estamos vivendo politicamente nos permitir fazermos uma reflexão profunda a respeito da necessidade de **unirmos forças em prol de um projeto novo com todas as lideranças e partidos descontentes com a realidade que temos.**

Assim estamos apresentando nossa contribuição junto ao fórum deliberativo do Congresso Estadual da JSB e PSB a proposição em relação às candidaturas a governos estaduais e para presidência da república em nível federal, bem como das coligações regionais. Nosso sentimento e desejo quanto militantes da base do PSB, é que nosso partido venha ser o projeto político de desenvolvimento econômico e sustentável como alternativa de governo nas esferas municipais, estaduais — onde já possuímos experiências importantes, assim como desejamos ser em nível nacional.

Nosso entendimento é de que o partido deva **apresentar uma candidatura própria buscando agregar ao nosso projeto de governo socialista com uma articulação dos partidos da esquerda e centro-esquerda.** Enten-

demo que a indicação do nosso representante como candidato precisa passar pelo clivo da discussão e avaliação em torno do comprometimento com nossas propostas, possuir uma trajetória política socialista e moralmente ética, além das estratégias e do projeto de governo para o Brasil, avaliando a partir do resultado das eleições no pleito municipal de 2000, a melhor alternativa para chegarmos ao poder. Se vamos sair sozinhos ou vamos buscar uma composição com forças da esquerda e diversas?

Cabe lembrar que a estratégia da direção nacional do partido para às eleições municipais de 2000 valorizou optando pela flexibilidade das composições variada com diversas forças políticas de direita, centro - esquerda e esquerda, respeitando as realidades regionais, bem como orientando para uma composição mais identificada com os princípios socialistas.

A candidatura do PSB em nível nacional deverá ser o objeto político de discussão e articulação dos partidos da esquerda, contando, principalmente, com o apoio do PT numa composição da frente popular.

Entendemos que ainda não temos às condições suficientes para ganharmos sozinhos uma eleição em nível federal, mas se buscarmos ser um intermediador assim como uma proposta de candidatura, poderemos atrair apoios importantes para construção da vitória da esquerda no Brasil.

Coligações regionais:

Partindo do pressuposto da análise do pleito municipal de 2000 e, consequentemente da expectativa superada pelo desempenho do partido em relação à cláusula de barreira, nas eleições passadas considerando como saldo positivo, achamos importante dar continuidade **nas alianças com partidos da esquerda** e lutar para construirmos onde não tivemos essa possibilidade.

Acreditamos que é no debate

das discussões e na avaliação da realidade de cada região, que buscaremos a orientação da direção partidária em prol dos interesses do PSB como projeto socialista para a sociedade brasileira. Assim queremos propor aos companheiros a proposta de defendermos coligações em nível federal com a frente-popular, consolidando o projeto da esquerda do qual o PSB está inserido em muitos estados e municípios.

Projeto de esquerda do PSB no RS:

A sustentação do projeto de esquerda no estado, bem como o apoio político junto à Frente Popular, passa pela reflexão da nossa participação como força política e aliados junto ao governo do Partido dos Trabalhadores — independente das secretarias, órgãos, departamentos, etc. que ocupamos — assim como do projeto de governo que queremos ter no próximo pleito, em 2002.

Fazendo uma avaliação crítica da nossa participação entendemos que às reivindicações e bandeiras de luta do PSB no governo Olívio Dutra não receberam atenção devida em relação a fidelidade e apoio junto ao governo. Achamos também que houve setorização de espaços limitando nossa participação na **tomada de decisão e discussão das política e projetos do governo para setores importantes como o da juventude.** Além da maioria das vezes, neutralizar nossa participação no governo de forma mais ampliada.

Não queremos com isso, inviabilizar a continuação do projeto de esquerda que ajudamos a construir aqui no estado do Rio Grande do Sul e, sim fortalecê-lo com maior participação da nossa militância e das forças aliadas, sem cometermos equívocos e nem tampouco impedirmos o crescimento do nosso partido. Somos favoráveis à manutenção da coligação com a Frente Popular na luta para consolidar o nosso projeto de esquerda no Rio Grande do Sul.

Assim nos posicionando, holisticamente, mas sem perder a

autocrítica, oferecendo nossa contribuição como forma de ajudar na luta contra os sistema capitalista e seus modelos e organismos internacionais, acreditamos que este espaço: o congresso do Partido Socialista Brasileiro como fórum adequado para o debate, a polêmica e discussão que converge para consolidar e afirmar o socialismo democrático como alternativa e sistema de uma sociedade mais justa, tolerante, solidária, fraterna e democrática. Viva o socialismo! Fora capitalismo!

Assinam esta tese os companheiros:

- ☐ Alex Sandro da Rosa Cunha – Secretário de Formação Política da JSB/Pelotas
- ☐ Carlos Roberto Soares Ferreira – Secretário – geral da JSB/Nacional e membro do Diretório Municipal do PSB/Pelotas-RS e-mail> Tablados@bol.com.br
- ☐ Frederico Moreira – Secretário – geral da JSB/Pelotas - RS e-mail> fred_oliveira@hotmail.com

- ☐ Maicon de Almeida Machado – Secretário de Finanças da JSB/Pelotas-RS
- ☐ Leandro Teixeira – militante da JSB/ estudante secundarista – Pelotas-RS
- ☐ Vladimir Aguilar Antunes – Secretário de juventude da JSB/Pelotas –RS e-mail> vladistony@hotmail.com
- ☐ Ademilton Nunes – militante da JSB/ Pelotas –RS.

Por um Brasil Socialista

Alexandre Ortiz Aguirre, Daiane de Camargo, Cristiano Ouro, Paulo Sérgio, Rubiane Deise Barcelos, Neiva de Mello, Cinara Ortiz Aguirre, Diogo Bozzetto, Otávio Reichert, Vanuza Ortiz Aguirre, Vanesa Ribas, Fabricio Da Rosa, Romeu Panseira Viera, Joel Ortiz, Rafael Pes.

Os jovens estão decepcionados com os rumos de nosso país. Acreditam, em sua "ampla maioria", que não vale a pena lutar porque o país não "muda", devido ao alto índice de corrupção que existe na política nacional, que está as claras e aberta para que a população possa acompanhar as falcas das "nossas representantes", que estão na realidade representando interesses próprios e de pequenos grupos com grande poder econômico, deixando assim nossa Nação na mais perene miséria. Não podemos permitir que um país com o poderio enorme de biodiversidade, de recursos energéticos, de enorme riqueza cultural, fique subjugado a interesses de poucos que tem uma visão limitada que alcança apenas o seu próprio umbigo. Nosso país vive uma crise de moral, ética e de valores em geral. Por este motivo, temos de repensar nossos atos como indivíduos e como jovens engajados na política. Devemos nós começarmos uma campanha de conscientização da juventude de nosso estado, da importância de se ter critérios em escolher pessoas com valores éticos e com preocupação social clara, podendo assim ter indivíduos capazes de representar verdadeiramente os interesses de nosso povo e nossa juventude.

Abrimos os jornal todos os dias e pelo menos uma notícia de corrupção, rombo dos cofres públicos, tráfico de influências, uso indevido da máquina pública, entre outras das grandes falcatruas dos nossos pseudo-representantes. Muito se lutou pela democracia, muito se lutou por um Brasil livre da mordida do regime militar, muito se lutou pela liberdade de expressão, muito lutou-se para que o Brasil mostrasse sua cara. E hoje se escuta – Mas até parece que no tempo dos militares o país era mais honesto. – É o que dizem alguns dos jovens que se encontram descontentes com os FHCs com os BARBALHOS os PCs e ANÕES DA PREVIDÊNCIA que não param de surgir dia-a-dia no cenário nacional. Porém, esquecem estes, que no tempo dos militares isto não surgia porque os militares não permitiam a liberação deste tipo de informação para não macular a imagem da corporação militar. Mas a corrupção existia: pessoas foram mortas para manter este aspecto sem corrupção nos governos militares. Muita tortura, muitos dos direitos fundamentais do ser humano foram desrespeitados pelos militares em nome do "BEM ESTAR DA NAÇÃO". Este ranço da chaga do GOLPE MILITAR vamos carregar ainda por muito tempo, além da influência grande do "QUARTO PODER" (a mídia) que ao invés de auxiliar e abrir os horizontes dessa gente que quer construir sua própria história, fecha as portas de uma programação mais esclarecedora e mantém uma visão mais

alienante. Deixa assim, a força política mais eficiente de uma nação desfalcada de seus instrumentos de pressão, A JUVENTUDE.

O país vive uma crise ética que começou a 500 anos onde índios iludidos trocaram riquezas de uma utilidade ímpar por espelhos e uma série de bugigangas sem nenhuma utilidade. E nosso povo continua com este tipo de atitude, trocando riquezas de utilidade ímpares para o bem comum por bugigangas. Nosso povo levado pela eterna crise de riquezas concentradas nas mãos de poucos, pelas atitudes alienantes dos meios de controle social, pela crise educacional que perdeu sua função de formação de indivíduos pensantes para uma função de indivíduos alimentados. Junta-se todos estes aspectos para dentro de uma nação que "agoniza" com as faltas de perspectivas para um futuro mais justo, que vise o bem comum, desanimando a muitos de lutar por um mundo melhor, facilitando a formação de anti-valores que ao invés de construir destroem uma NAÇÃO.

"Uma grande nação só é conquistada,

Quando sua estrutura já está podre por dentro"

(A Queda do Império Romano)

Paulo Freire já afirmava que só existem dominadores quando os dominados permitem que os dominadores lhes dominem.

Nós brasileiros, temos tendência de continuarmos achando que por conseguirmos pequenas coisas devemos dar nosso voto, que nada mais é que a "GRANDE RIQUEZA" de um país democrático.

Por este motivo, nós da Juventude Socialista Brasileira, devemos deflagrar uma campanha pela moralização do voto, para que nossos jovens deixem de ser alienados e passem a ser indivíduos pensantes, conscientes e construtores de sua história. Vamos às escolas, comunidades, trabalho explicando a importância do voto e as consequências de seu mau uso. Auxiliando assim na formação de uma juventude política e capaz de construir uma nação mais igualitária.

Não podemos esquecer que o Jovem não é o futuro da nação e sim o presente, precisa ter condições para assumir um país de tamanha importância no cenário mundial. Por isso precisamos de representantes preocupados com a formação e manutenção de nossa Juventude.

PROPOSTAS: POR UM BRASIL SOCIALISTA

↳ Deflagrar uma campanha de conscientização nas escolas: pela valorização do voto

↳ SUSPENSÃO do pagamento da DÍVIDA EXTERNA até a realização de uma TOTAL AUDITORIA

↳ Desenvolver tecnologias de ponta para não dependermos do petróleo importado

↳ NÃO a PRIVATIZAÇÃO DA PETROBRAS E das outras empresas de energia.

↳ Investir e desenvolver a saúde preventiva no país

Pequenos negócios grande desenvolvimento da sociedade

Rogério Fraga — Presidente do PSB de Esteio/RS

Prezados Companheiros Socialistas:

Aproveitamos o ensejo e a ocasião deste Congresso Municipal para apresentar a presente tese como alternativa de tornar viável um projeto de Brasil Socialista, dentro do lema do nosso partido, que socialismo é liberdade. O nosso país, com toda a sua diversificação econômica (10ª economia em PIB) apresenta um quadro social extremamente contrário a este PIB. Historicamente os pequenos empreendimentos empresariais, em sua maioria não chegam ao final do primeiro ano de atividade e creio, baseado na minha experiência como microempresário que, basicamente, deve-se esta grande inviabilidade dos pequenos negócios à falta de uma política governamental de assistência creditícia subsidiada. As linhas de crédito que existem atualmente, via SEBRAE, CEF, Banco do Brasil e Banrisul tornam-se inacessíveis pelo fato de exigirem, dos pequenos empreendedores, a estrutura de uma grande empresa.

Ora, meus companheiros! Isto vale dizer a mesma coisa que não querer conceder o crédito. Um sistema subsidiado e de fácil acesso alavanca o desenvolvimento econômico e o nível de emprego. Isto fica comprovado através da pujança econômica das nações ricas, as quais tem sua base econômica alicerçada nos pequenos empresários.

Podemos citar a Alemanha, a qual tem mais de 1,5 milhões de pequenos negócios empregando 70% da População Economicamente Ativa (PEA), movimentando, assim, todos os sistemas. O governo alemão tem agências de desenvolvimento em cada cidade para assessorar, orientar e assistir aos pequenos. O mesmo acontece nos Estados Unidos. O governo municipal de Porto Alegre criou, em 1996, a Instituição de Crédito Comunitário Porto do Sol que, apesar de tímida, cresceu e já se espalhou para Novo Hamburgo e Gravataí. Vejam: começou, na época, com um fundo de apenas R\$ 1.000.000,00, sendo que uma boa parte desse valor veio a fundo perdido da própria Alemanha, através de uma agência de desenvolvimento. O atual governo gaúcho, através do BRDE, está com seguindo implantar uma linha de crédito para os pequenos que é excelente para alavancar recursos com prazo de pagamento alongado e juros baixos, nem por isso o banco irá falir. O governo federal nunca implantou uma política de crédito voltada aos pequenos e quando o faz, funciona apenas na propaganda televisiva e, que, na prática, o tal crédito é tão burocratizado que o empreendedor vira as costas e procura o sistema bancário privado.

Senhores! Acredito que realmente podemos implantar um projeto de Brasil Socialista, mas, para isso, devemos facilitar e assessorar os pequenos negócios afim desses poderem tornar o Brasil mais pujante economicamente e mais igualitário socialmente.

A produção tecnológica como solução para o País

Luis Carlos de César (Engenheiro Mecânico - Secretário Especial da Executiva Estadual do PSB-RS
Diretor Superintendente da SPH - Superintendência de Portos e Hidrovias do Rio Grande do Sul)

Síntese: Na questão tecnológica reside o principal problema do Brasil. Gargalos: formação da elite, colonialismo, dependência do conhecimento, endividamento externo e interno, centralização, financiamento, diferenças regional-culturais, políticas públicas, aculturação e controle da informação, ações externas de desagregação interna (estado-instituições de financiamento-estruturas de educação-empresas-cidadãos), falta de determinação e idéia de futuro.

01 – Sem idealizar uma sociedade, mas partindo da realidade objetiva onde a produção de bens depende do conhecimento acumulado que permite a tecnologia necessária, a geração de riqueza de cada país, de cada região, município ou comunidade, está diretamente associada à forma como as pessoas se organizam para acumular conhecimento, criar e desenvolver tecnologia, bem como da forma como se apropriam dessa produção.

02 – O grau de satisfação coletiva está diretamente ligado aos excedentes que são produzidos e do nível de distribuição dos bens entre a população. Depende do processo de acumulação de capital, bem como da sua apropriação.

03 – Historicamente, o Brasil (logicamente estados, regiões e municípios ou comunidades) é dependente do conhecimento externo, do financiamento externo, tendo se desenvolvido de forma reflexa devido à inexistência de uma elite interessada em realizar seu próprio projeto através da independência tecnológica e de capitais. Preferiu as alianças externas (primeiro a Europa; após, também, os EUA), pois dessa forma realizava-se (e realiza-se) sem a necessidade das transformações e afirmações capitalistas a exemplo da inglesa e americana.

04 – Essa cultura da dependência institucionalizou-se via governos, bancos, meios de comunicação, empresas e escolas de todos os níveis, onde a questão do “projeto nacional” jamais foi (e não é) objeto de reflexão para a formação de gerações realizadoras.

05 – Após as fases anteriores da dependência (primeira e segunda revoluções industriais), ingressamos no pior tempo com a terceira (mundo pós-industrial), onde o processo de globalização delimita outras fronteiras e estabelece outras formas de divisão internacional do trabalho, trazendo novos fenômenos como o retrocesso de regiões em direção à barbárie.

06 – O Brasil inviabiliza-se na medida em que é submetido ao garrote da dívida externa e interna, vende e perde seu patrimônio, aprofunda a dependência tecnológica via atração de empreendimentos do exterior, desestrutura continuamente os mecanismos de financiamento, abre mão dos setores estratégicos (energia e comunicações) entrega o sub-solo, os meios de informação e não se apropria das próprias riquezas, mergulhando numa dependência total que nos coloca sob risco de perda completa de identidade e capacidade de criar uma idéia e um projeto próprio de futuro, soberano e sob nosso controle.

07 – Essa perda de soberania, juntamente com outros países periféricos como a Argentina, fortalece a hegemonia do capital financeiro internacional e seus detentores, concentrados sobremaneira na Coroa Britânica e nos EUA, revelando a existência de ações de desagregação controlada por eles e seus associados.

08 – O regime da usura imposto (e aceito), penaliza permanentemente amplas camadas da sociedade, mostrando a forte presença do capital financeiro organizado que encontra, aqui, um campo fértil para a acumulação direta de capital (sem passar pela produção) via taxas de juro sem precedentes na História. O Brasil é, cada vez mais, provedor importante da acumulação internacional dirigida pela oligarquia financeira apátrida e globalizante.

09 – Esses movimentos do capital afastam, cada vez mais, a possibilidade da sua concentração e inversão na produção científica e tecnológica ditada soberanamente, mesmo que integrada internacionalmente através do comércio global. Como agravante, assistimos à uma inversão da lógica da acumulação da forma mais perversa: vender patrimônio para financiar grandes empreendimentos de grandes empresas multinacionais, ações patrocinadas pelo modelo neo-liberal comandado pelo Plano e muitos estados, mostrando uma ingerência organizada dentro do nosso

próprio governo (FMI, Banco Mundial), claramente vinda de fora, nitidamente definida, objetivamente programada e enquadrada na geopolítica da nação hegemônica mundial: EUA e sócios menores.

10 – A centralização histórica do poder político e econômico transforma-se, hoje, e cada vez mais, num dos maiores entraves ao desenvolvimento tecnológico e social, na medida em que submete às regiões modelos e projetos não gestados da base social das mesmas, mas definidos centralizadamente. O erro de Brasília se transforma no erro de todo o território. O poder verticaliza-se mais e mais, consolidando o autoritarismo que desagrega a base social, de onde deve surgir a cidadania organizada e produtora de representações democráticas e descentralizadas – a horizontalização das relações.

11 – A centralização dita as políticas públicas, concentra os recursos, controla a política de financiamento (desprezível) à tecnologia própria, submete os currículos escolares, anacrônicos e deformados, concentra a informação e molda a opinião num processo alienante e nefasto à construção da cidadania com justiça.

12 – Os estados estão garroteados pela União, via dívida pública e esta aos credores internacionais, num sufoco permanente e inviabilizador dos grandes investimentos necessários ao salto tecnológico, à sociedade do saber, da criação e da produção em larga escala segundo as necessidades sociais do conjunto da população.

13 – O endividamento, o pagamento absurdo de juros, a dependência do ingresso de capitais externos e de tecnologias, colocam o país na condição de colônia moderna e de forma permanente.

14 – A desarticulação interna entre o poder político (executivos e legislativos), as estruturas de formação (escolas, institutos técnicos e de pesquisa, Universidades), as estruturas de produção (empresas do setor primário e se-

cundário) e as estruturas de financiamento (bancos), emperram da mesma forma o desenvolvimento em todos os campos. Essa unidade só está presente nos países ricos.

15 – As diferenças culturais entre as várias regiões, juntamente com os estágios diferentes de acumulação de capital observados, configuram a necessidade de políticas não centralizadoras, mas regionalizadas e socialmente definidas. A criação de governos regionais (dentro dos próprios estados), com autonomia orçamentária incluída, é passo essencial para a ruptura com a centralização. Jamais virá, de Brasília, as soluções regionais.

16 – A forma como a informação está organizada no país, igualmente centralizada e de forma perversa (controle absoluto), é, igualmente, obstáculo ao desenvolvimento. Submete o indivíduo, afasta-o da consciência sobre a natureza do seu problema, entope sua cabeça com estímulos dirigidos, como as horas diárias sobre o campeonato brasileiro de futebol, anestesia de longa data e de grande eficácia.

17 – Dado o potencial fantástico de desenvolvimento, o Brasil é submetido permanentemente à ações de desagregação controlada (já reconhecida, inclusive), como forma de manutenção do controle da oligarquia financeira internacional, dentro da geopolítica americano-inglesa (com seus sócios menores).

18 – A resultante fundamental deste quadro é o sentimento de impotência, aliado à ignorância, a ausência de uma clara idéia de futuro, jogando os cidadãos no hedonismo não-produtor, no “a vida é aqui e agora”, característica dos povos dominados.

19 – O hedonismo alastrado adormece outro sentimento, este fundamental para o grande movimento social: a determinação. O brasileiro do futebol, do aqui e agora, sem idéia de futuro (e, em consequência, sem projeto), é prisioneiro de uma prática social não-

construtiva, despendendo suas energias e capacidades apenas na continuidade da sua condição de dependente, sem questionamento (como regra).

20 – Contudo, resiste a possibilidade da inversão da lógica do poder dominante, com suas conseqüências. O país (e cada pedaço dele), pode romper com a dependência, com a submissão e iniciar outro caminho de desenvolvimento, integrador dos cidadãos, criador e produtor, tendo como base os recursos disponíveis, naturais e de capitais, de conhecimento e de tecnologias existentes. Pode se realizar em 20 anos, a exemplo do ocorrido em outras partes do mundo (Itália moderna do norte, regiões da Espanha, Irlanda etc.)

21 – O pressuposto para essa fantástica transformação reside na organização do conhecimento, da criatividade e da produção, segundo outras políticas públicas que tenham como base a descentralização, o respeito às culturas regionais, na direção da PRODUÇÃO TECNOLÓGICA, pulverizada nacionalmente e indutora de micro e médios empreendimentos resultantes de elaborações locais.

22 – Sua viabilização requer o combate à desarticulação presente, unificando poderes públicos com empreendedores, com as escolas e universidades e agentes financiadores, visando produ-

tos para o mercado local e global. Um outro movimento gerador de riqueza, partindo do município ou da região, quebrando a centralização.

23 – Essa produção tecnológica exige modificações institucionais e administrativas, criando-se governos regionais e/ou, nos municípios de certa dimensão, as SECRETARIAS MUNICIPAIS DE TECNOLOGIA, consideradas como o centro gerador de novas atividades produtivas locais. Essas Secretarias deverão induzir, localmente, a criação, a organização da produção, a política de formação, interagindo fortemente, e cada vez mais, com as estruturas de educação e de financiamento.

24 – Onde há a presença de instituições de pesquisa, de Escolas Técnicas e de Universidades, os cursos deverão ser reorientados para a interação local e regional, desenvolvendo os pacotes tecnológicos a serem oferecidos aos novos (ou mesmo já presentes) empreendedores, grupos de cidadãos organizados e chamados para a sua execução.

25 – Essa descentralização de política tecnológica não elimina a continuidade de ações que, por sua natureza, deverão ser centralizadas, como a alta tecnologia de comunicações (ex.: satélites próprios).

26 – O grande protagonista dessa formidável mudança e avanço, ple-

namemente possíveis, é a JUVENTUDE BRASILEIRA, presente nas escolas de segundo grau e universidades, sensíveis a uma nova idéia e projeto de futuro. Formação para a realização de empreendimentos, ao invés de meros diplomas para a disputa de empregos num mercado desorganizado, frágil e submisso.

27 – Por fim, esse grande salto na produção tecnológica – A TECNOLOGIA COMO SOLUÇÃO PARA O PAÍS, deverá interagir fortemente com as forças armadas, estabelecendo uma sinergia capaz de garantir nossa soberania, além de potencializar nossa capacidade de criação tecnológica.

Nenhum país será capaz de pagar melhores salários, oferecer moradia, assistência médica, previdência decente, bens de consumo, preservar o meio ambiente, se não for capaz de desenvolver continuamente seu próprio conhecimento, afirmando sua identidade, controlando suas próprias riquezas, criando novos artigos e intensificando suas relações de comércio com os demais países. Ou nos construímos a nós mesmos, ou disputaremos cada vez mais as migalhas resultantes da histórica dependência, hoje mais sutil, mas igualmente perversa. Ou criamos o que queremos e necessitamos, ou marcharemos para a barbárie. Ninguém virá aqui resolver nossa miséria.

OS FILHOS DA ÉPOCA

Somos os filhos da época,
e a época é política.
Todas as coisas - minhas, tuas, nossas,
coisas de cada dia, cada noite
são coisas políticas.
Queiras ou não queiras,
teus genes têm um passado político,
tua pele, um matiz político,
teus olhos, um brilho político.
O que dizes tem ressonância,
o que calas tem peso,
de uma forma ou de outra - político.
Mesmo caminhando contra o vento
dás passos políticos
sobre solo político.
Poemas apolíticos também são políticos
e lá em cima a lua já não dá luar.
Ser ou não ser: eis a questão.
Oh, querida que questão mal parida.
A questão política.
Não precisas nem ser gente
para teres importância política.
Basta ser petróleo, ração,
qualquer derivado, ou até
uma mesa de conferência cuja forma
vem sendo discutida meses a fio.
Enquanto isso, os homens se matam,
os animais são massacrados,
as casas queimadas,
os campos se tornam agrestes,
como épocas passadas
e menos políticas.

(Wisława Szymborska)